

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL**

**Maria Cristina kupczyk**

**A influência do “Primeiro-Damismo” na política de Assistência Social  
no governo local do município de Guaratuba.**

**MATINHOS  
2015**

**Maria Cristina Kupczyk**

**A influência do “Primeiro-Damismo” na política de assistência social no governo local do município de Guaratuba.**

**Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Giselle Ávila Leal de Meirelles**

**MATINHOS  
2015**

À minha filha  
Aos meus pais  
Aos meus irmãos e sobrinhos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e forças, e permitir chegar até aqui.

Agradeço minha filha Angélica, motivo de toda minha força e vontade em concluir esta graduação.

Ao meu pai. Obrigada por tudo! Saudades eternas!

À minha mãe, obrigada pela compreensão, colaboração, pela imensa ajuda e suporte, e por toda dedicação.

Aos meus irmãos Rosangela e Luis Fernando, e aos meus sobrinhos Cassiano, Rafaella e Olívia por toda ajuda.

À Universidade Federal do Paraná – Litoral, direção e administração e demais funcionários, pela oportunidade de realizar o curso.

À Professora Dra. Giselle Ávila Leal de Meirelles, orientadora deste trabalho, obrigada pelo incentivo, paciência, a qual não foi pouca, pelo empenho e tempo dedicado, pelos ensinamentos, por transmitir seus conhecimentos e por fazer parte desta caminhada. Será sempre lembrada com muito carinho.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, obrigada pela dedicação, ensinamentos e pelo exemplo ao longo desta caminhada. Muito obrigada!

Ao professor José Geraldo, que apesar do pouco tempo fazendo parte desta caminhada, tanto nos transmitiu. Obrigada pela dedicação.

À minha turma, a qual sentirei enorme saudades. Obrigada a todos pelos quatro anos de convivência e ensinamentos. Dedico um agradecimento especial às minhas grandes amigas Simone, Claudinha, Mariana e Sara por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável. Amizade para sempre!

E agora chegou a sua vez Pri. Minha amiga, me diz como agradecer a você pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em tantos momentos? Amiga que tanto admiro, obrigada por tudo!

Agradeço a todos que fizeram parte da minha formação profissional nos campos de estágio, em especial as assistentes sociais: Suzete Borges, Caroline Michely da Silva, Márcia Regina Wansovicz, Regina Sartori e Maricel

Auer, que para mim é um exemplo de profissional. Agradeço também aqui, a todos os usuários. Muito obrigada!

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada. Meu enorme agradecimento!

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

Charles Chaplin

## RESUMO

O tema pesquisado é o “primeiro-damismo”, e para que possamos entendê-lo, iniciamos com a história da formação da sociedade brasileira. A pesquisa foi realizada através de estudos para que pudéssemos investigar sua origem e seus fundamentos.

A escolha do tema se deve que, durante o período da graduação, realizei o resumo de um capítulo do livro “As Primeiras-Damas e a Assistência Social – relações de gênero e poder” de Iraídes Caldas Torres, o interesse pelo tema foi imediato, o qual me levou a uma maior reflexão e estudo sobre o assunto durante a realização deste trabalho.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas, sendo que, pudemos refletir e compreender o papel das primeiras-damas dentro do contexto social brasileiro. Ao longo deste trabalho foram analisados e destacados alguns pontos, entre eles: o papel da mulher na sociedade patriarcal; histórico da assistência social no Brasil; Darcy Vargas e a fundação da LBA; Era Collor com o ressurgimento do primeiro-damismo; Ruth Cardoso; Assistência Social após a Constituição de 1988. Como resultado temos o entendimento do papel de uma primeira-dama .

**Palavras-chave:** Primeiro-Damismo. Assistência Social. Políticas Sociais.

## **Resumen**

El tema de investigación es la “primera damismo”, y para que podamos entenderlo, que comenzó con la historia de la formación de la sociedad brasileña. La encuesta se realizó a través de estudios para que pudiéramos investigar su origen y sus fundamentos.

La elección del tema es que durante el período de la graduación, se dio cuenta del resumen de un capítulo del libro “Las Primeras Damas y de la Asistencia Social – las relaciones de género y poder” de Iraildes Caldas Torres, el interés en el tema no se hizo esperar, que me llevó a una mayor reflexión y estudio sobre el tema durante este trabajo.

La encuesta se realizó a través de entrevistas, y hemos sido capaces de reflexionar y comprender el papel de las primeras damas en el contexto social brasileño.

A lo largo de este trabajo se analizaron y destacó algunos puntos, como por ejemplo: el papel de las mujeres en la sociedad patriarcal; historia del trabajo social en el Brasil; Darcy Vargas y la Fundación de la LBA; Collor fue con el resurgimiento del Primer damismo; Ruth Cardoso; La asistencia social después de la Constitución de 1988. Como resultado tenemos la comprensión del papel de una primera dama.

**Palabras clave:** Primer Damismo. Asistencia Social. Las políticas sociales.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE</b>	
1.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.....	12
1.2 PRIMEIRAS-DAMAS DO BRASIL.....	19
1.2.1 AS PRIMEIRAS-DAMAS NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA.....	23
1.2.2 O PERÍODO DO ESTADO NOVO.....	25
1.2.3 O PERÍODO DA REPÚBLICA NOVA.....	26
1.2.4 AS PRIMEIRAS-DAMAS DO REGIME MILITAR.....	28
1.2.5 AS PRIMEIRAS-DAMAS DURANTE A NOVA REPÚBLICA.....	29
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	
2.1 DIREITOS DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL.....	33
2.2 A MULHER E O PRIMEIRO-DAMISMO.....	39
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL</b>	
3.1 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO.....	43
3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	50
3.3 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	52
<b>METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	58
4.2 RELATÓRIO DE PESQUISA.....	60
4.2.1 EXPERIÊNCIA PESSOAL.....	62
4.2.2 EXPERIÊNCIA NA SECRETARIA E COM AS POLÍTICAS SOCIAIS..	64
4.2.3 EXPERIÊNCIA POLÍTICA.....	66
4.2.4 ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

Pretendemos estudar as mulheres designadas Primeiras-Damas, sendo que, a partir da década de 1940 as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, benemerente no plano da atenção à pobreza. A referência dos empreendimentos das Primeiras-Damas no Brasil foi constituída pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), implantada em 1942.

A problematização foi construída a partir de observações e estudos realizados como acadêmica do curso de Serviço Social. Durante este período de curso, levantei questionamentos quanto ao poder exercido pelas primeiras-damas em alguns municípios do litoral paranaense, sendo que estas encontram-se na gestão das Secretarias de Assistência Social.

Quanto aos objetivos, o geral refere-se a compreender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no governo local do Município de Guaratuba.

Os objetivos específicos são problematizar a atuação da Primeira-Dama na esfera pública e compreender os papéis desempenhados por elas na Assistência Social; compreender a relação da Primeira-Dama com as/os Assistentes Sociais do Município de Guaratuba.

A metodologia usada trata-se inicialmente de um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica é fundamentada teoricamente em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases on line, entendemos ser uma pesquisa exploratória.

Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo. Para a coleta de dados, fizemos o uso de entrevistas parcialmente estruturadas. Estas entrevistas foram feitas com uma ex primeira-dama e duas assistentes sociais que atuam no Município de Guaratuba. A escolha destas se deu em função de sua importância no processo sócio-político recente do município.

As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a algumas razões, entre elas a dificuldade de acesso a documentos, dados e também a dificuldade de acesso aos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa.

Para maior entendimento, classificamos as entrevistadas com numerais de 1 a 3. Desse modo, a entrevistada de número 1, faz referência à ex primeira-dama, sendo as demais, de 2 a 3, relacionadas às entrevistadas assistentes sociais.

O presente trabalho encontra-se organizado em 3 capítulos, seguidos pela consideração final.

No primeiro capítulo, fazemos uma abordagem sobre o caminho histórico do Município de Guaratuba, partindo de 1765, ano de sua origem, passando pela fundação da Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba e o primeiro ato a celebração da Santa Missa no dia 29 de abril de 1771. No dia 30 de abril do mesmo ano, foi levantado o Pelourinho e no ano de 1792, a Vila elege seu primeiro Prefeito, até finalmente pela Lei nº. 2 de 10 de outubro de 1947, ser oficialmente instalada como município em 25 de outubro do mesmo ano.

Apresentamos seus aspectos geográficos, praias e ilhas. Mostramos seus principais pontos turísticos, entre estes, a parte histórica da cidade e finalizamos o primeiro capítulo citando a economia do município, tendo destaque o turismo e a pesca artesanal.

No segundo capítulo, pretendemos demonstrar a realidade da condição feminina na sociedade patriarcal e a progressiva ascensão e participação das mulheres na esfera pública, na política e na sociedade ao longo dos períodos históricos.

Apontamos para a centralidade da figura masculina na sociedade patriarcal e a aceitação social da exploração do homem sobre a mulher.

Também será destaque neste capítulo a representação das primeiras-damas no Brasil, desde a perspicácia política de Dona Leopoldina, até o governo de Getúlio Vargas, no qual reaparece a figura da primeira-dama e a criação da LBA. O primeiro-damismo passa despercebido no período da Ditadura Militar e ressurgiu novamente na Era Collor, em 1990.

Ainda neste capítulo, apresentamos um resgate histórico do Serviço Social. Abordamos o feudalismo, o capitalismo, a Revolução Industrial, e a emergência do Serviço Social e das políticas sociais.

Apresentamos ainda, a evolução do Serviço Social no Brasil, que conforme Yasbek (1980), passa por quatro fases. Mostramos a importância da

década de 1930 para o país, com os movimentos da classe trabalhadora e a intervenção do Estado. O período Vargas e criação da LBA e as mudanças políticas, econômicas e sociais. Continuamos até o final do período ditatorial em 1985 e a redemocratização no país. Para finalizar o capítulo, abordamos a instauração da Assistência Social como política pública em 1988, posteriormente a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e no ano de 2005, a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

## **1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE**

### **1.1.HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA**

No ano de 1765 originou-se Guaratuba, a partir da ordenação da coroa portuguesa de criar um povoado na enseada, selecionando 200 casais para povoarem o local.

Segundo Mafra (1952),

O bando mandado lançar por Dom Luís em 5 de Dezembro de 1765, para a formação da nova povoação, convidava 200 casais de homens para cultivarem as terras descobertas, ordenando que toda pessoa que quizesse entrar no número dos duzentos casais se apresentaria ao Sargento Mór das Ordenanças, para lhes demarcarem as terras de que carecessem e dar-se lhes as ferramentas necessárias, segundo as possibilidades que cada um tivesse (MAFRA, 1952, p. 33).

Passados cinco anos, foi fundada a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba.

O Rei de Portugal, D. José I, assessorado pelo Marquês de Pombal, através de recomendação datada de 26 de janeiro de 1765, ordenou ao Capitão Geral da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão que fundasse vias e povoados em pontos mais convenientes aos sítios volantes ou dispersos, para morarem em povoações civis. Através de Portaria de 05 de Dezembro do mesmo ano, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, incumbiu seu primo Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, Tenente coronel das Tropas Auxiliares, de formar uma povoação na enseada de Guaratuba. Sendo assim, foi determinado aos 200 casais, que demarcassem as terras de que necessitavam, de acordo com as possibilidades de cada um e as cultivassem.

No dia 13 de maio de 1768, D. Luiz concedeu os favores pedidos pelo fundador da nova povoação, os quais consistiam na criação e manutenção de uma igreja, enviando assim, monumentos para a nova igreja. Cita Mafra (1952), que “os moradores de Guaratuba representaram ao Governador da Capitania sobre a necessidade de haver aí uma Igreja onde pudessem receber o Pasto Espiritual” (MAFRA, 1952, p.34).

Necessidades de ordem militar, principalmente a tentativa de ocupação da Ilha de Santa Catarina em 1768 por forças espanholas, levaram o Governo da Capitania à execução de medidas preventivas no setor meridional da Capitania de São Paulo, surgindo a necessidade da elevação de Guaratuba a categoria de Vila.

Cumprindo a Portaria de 23 de janeiro de 1770, do Governador Geral de São Paulo Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, em companhia de Lourenço Maciel Azamor - Ouvidor Geral da Comarca, do Capitão Francisco Aranha Barreto, do Tenente Joaquim Coelho da Luz, oficiais e soldados, juntamente com os esmaritas, Francisco e mais Bento Gonçalves Cordeiro e a população, fundou a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba.

Conforme Mafra (1952), no dia 29 de abril de 1771, deu-se a solenidade de fundação da Vila, e como primeiro ato a celebração da Santa Missa pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro, auxiliado pelos padres Frei João de Santana Flores e Francisco Borges.

No dia 30 de abril do mesmo ano, foi levantado o Pelourinho, solenidade que culminou com uma missa oficiada pelo pároco local, o vigário Bento Gonçalves Cordeiro.<sup>1</sup>

Conforme Mafra (1952), mais tarde, realizou-se a eleição da primeira Câmara Municipal, com aprovação do fundador da Vila e do Ouvidor Geral, ficando constituída pelo Alferes Antonio Carvalho Bueno, Juiz Manoel de Miranda Coutinho, Vereador José Martins Ferreira, o Procurador do Conselho e alcaide Gregório Francisco, e o Escrivão da Câmara Constantino José Cardoso (MAFRA, 1952, p.45).

A Vila de Guaratuba permaneceu dirigida pelos vereadores e assistida pelo Presidente da Província até a Proclamação da República, quando passou

---

<sup>1</sup> Trecho do Termo de Levantamento de Pelourinho, escrito por Joseph Joaquim da Costa, Escrivão da Ouvidoria Geral, cita que "aos trinta dias do mês de Abril de mil setecentos e setenta e um anos, nesta Vila Nova de São Luiz de Guaratuba, na praça Pública, dela, onde se achava presente o Tenente Coronel Ajudante das Ordens Afonso Botelho de Sam Payo e Souza o Ouvidor Geral da Comarca Lourenço Maciel de Azamor, comigo, escrivão do seu cargo adiante nomeado, a Câmara do Rio de São Francisco, o Capitão Mór, Sargento Mór, o Diretor da mesma Vila, o reverendo vigário dela Padre Comissário Frei João de Santana Flores, o Padre Francisco Borges, o Capitão Francisco Aranha Barreto, o tenente Joaquim Coelho da Luz e toda a mais nobresa e povo, e sendo aí pelo dito Tenente Coronel foi proferido que êle devia ser o primeiro mais principal que pegassem no pelourinho a levantá-lo em obséquo do aumento dos Estados de S. M., e pegando êle Ouvidor e Camaristas, pegaram todos os mais" (JOAQUIM DA SILVA MAFRA, 1952, p. 41).

a eleger seu primeiro Prefeito, que assumiu o cargo em 1792. Perdurando assim, até a data de 20 de outubro de 1838, quando por força do Decreto Lei Estadual nº 7572, foi extinto o Município de Guaratuba, passando a constituir um Distrito Municipal de Paranaguá. Pela Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947, foi restaurado o Município de Guaratuba, sendo instalado oficialmente no dia 25 do mesmo ano.

O nome Guaratuba foi dado pelos índios que habitavam a região na época do descobrimento do Brasil. Significando muitos guarás, devido à grande quantidade de pássaros guarás, uma ave de plumagem vermelha, onde atualmente pouquíssimas são vistas na região. GUIRÁ significa a ave, a garça e TUBA significa muito.

Quanto aos aspectos geográficos, Guaratuba está localizada no litoral paranaense, distante 120 km da capital Curitiba, possui 22 km de orla dividida em 06 (seis) praias: Villarreal, Central, Cristo, Brejatuba ou Braba, Praia das Caieiras e a Prainha. Sua área é de 1.327,3 km, e a população estimada é de 32.095 habitantes, no ano de 2010.

A Baía de Guaratuba é segunda maior do Estado do Paraná. Sendo a primeira a Baía de Paranaguá. Localizada no litoral sul do estado, com uma área de 48,57 Km. Ilhas, mangues, vegetação típica e rios, fazem parte dessa paisagem da natureza, e era o único acesso que a comunidade dispunha para chegar à antiga Vila no começo da colonização. A cada nove dias a água da baía é renovada através das ações das correntes e no processo de vazante e enchente da maré, em função do tamanho do canal da entrada da barra, este é o tempo mínimo para uma limpeza natural ideal. Na baía encontram-se várias ilhas, entre estas: Ilha do Capim, Ilha das Garças, Ilha dos Ratos, Ilha do Capinzal, Ilha de Itacolomi, Ilha do Chapéu e outras. A Ilha do Capim era conhecida anteriormente pelo nome de Guará, por ser preferida para o pouso de aves do mesmo nome.

Os municípios limítrofes ao município são: ao norte encerra-se Morretes e Paranaguá. Ao sul, o município de Itapoá em Santa Catarina, ao leste Matinhos e a Oeste os municípios de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O Município de Guaratuba é uma cidade turística, repleta de belezas naturais e atrações turísticas. Entre estas atrações, sendo uma das mais

importantes e um símbolo para o município, encontra-se um mirante natural, o Morro do Cristo. Este oferece uma bela paisagem do Oceano Atlântico e uma vista de toda a cidade. Sua inauguração ocorreu no dia 23 de junho de 1953. Possui 38,50 metros de altura, e o acesso ao alto do morro é feito por uma escadaria com 190 degraus. Encontra-se no alto, uma imagem do Cristo Redentor com 8,50 metros, que tem um braço estendido em direção à cidade, e outro sobre o corpo, com a mão no coração. Esta imagem foi doada ao município no ano de 1952 pela família João Cândido Ferreira. Cita-se como curiosidade que no coração da imagem foi colocado um frasco contendo água benta. Em 13 de maio de 2000, a imagem foi deslocada de sua base original, ganhando um pedestal de 6,5 metros de altura, com uma sala de memória, oratório e mirante.

O contato com a natureza também acontece no Salto do Paraty. É um recanto do município, que possui uma cachoeira, onde forma-se embaixo desta, uma lagoa de água cristalina. O recanto é ladeado pela Mata Atlântica totalmente preservada, possui trilhas, é de difícil acesso, sendo feito apenas de barco, moto, bicicleta ou a pé.

Outro local em grande harmonia com a natureza, onde também encontra-se a Mata Atlântica, rios, mangues e montanhas, é o Cabaraquara, que na língua Tupy/Guarani significa: ninho ou lugar de branco. Ostras nativas cultivadas no local e certificadas, são servidas em sítios e restaurantes ali instalados.

Outro ponto turístico que não se pode deixar de citar é a Gruta Nossa Senhora de Lourdes. A gruta situa-se no logradouro chamado Fonte do Itororó, na encosta do morro do Pinto. É uma fonte de água pura e cristalina, que abasteceu a comunidade por várias décadas até a implantação da rede de abastecimento em 1974. Desde que se tem conhecimento nunca faltou água nesta fonte. A imagem de Nossa Senhora de Lourdes abençoa este largo desde 30 de julho de 1935. Conta uma lenda que sua água é "benta", e quem bebe sempre retorna à cidade.

Situado no bairro Centro do município, o Largo da Carioca, onde uma fonte de água potável supriu a população que aqui se estabeleceu. Neste Largo encontra-se a imagem de São Luis de França, padroeiro de Guaratuba. São Luis nasceu no Castelo de Poissy, na França, no dia 25 de abril de 1215 e



foi canonizado em 1927 pelo Papa Bonifácio VIII. São Luis foi o quadragésimo Rei da França desde o início da monarquia, e nunca a França experimentou tanta paz e prosperidade como em seu período.

Próximo ao Largo da Carioca, na parte histórica de Guaratuba, está situada a Praça Coronel Alexandre Mafra, conhecida também como Praça Central.

O município também possui construções históricas, que são pontos turísticos, como a Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, que no ano de 1768 começou a ser construída. Foi desenhada por Afonso Botelho e construída pela comunidade, é de arquitetura religiosa colonial, suas paredes tem quase um metro de largura e apresenta uma fachada simples de alvenaria, assim como eram as demais igrejas litorâneas da época. Igreja pequena, da segunda metade do século XVIII, recebeu a benção do Reverendo Bento Gonçalves Cordeiro no dia 28 de abril de 1771, e no dia 29 de abril celebraram a primeira missa, data de comemoração do município. Durante um período de 86 anos, os sepultamentos eram realizados na Matriz, assim, várias ossadas foram retiradas na reforma da igreja na década de 30.

Quanto à economia, o Município de Guaratuba possui terras férteis onde são cultivados milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, laranja, banana, que atualmente faz parte da maior plantação do município. A pecuária destaca-se com rebanho de búfalos. A pesca, ainda artesanal, possui grande destaque sendo uma das suas principais fontes de riqueza. No setor terciário, o turismo, apesar de ser sazonal, também constitui fonte de receita para o município. Guaratuba é visitada anualmente por turistas de todo o país e também do exterior.

Com relação aos recursos de assistência social, o município de Guaratuba possui atualmente um (01) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que segundo o MDS e Combate à Fome

é a unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel construir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (Perguntas e Respostas, 2011, p. 10).

O CREAS oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Programa de Atendimento Especial de Medidas Sócio-Educativas – PAEMSE.

Guaratuba conta também com a Casa da Criança e do Adolescente, proteção de alta complexidade, sendo que de acordo com o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

O município também possui um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo este uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

De acordo com o MDS, o CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. O CRAS também possui a atribuição de gestão territorial da rede de assistência social básica, desenvolvendo a organização e a articulação das unidades a ele referidas e a administração dos processos nele envolvidos.

Seu principal serviço ofertado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

O CRAS de Guaratuba recebe o nome de CRAS Novos Horizontes, este atualmente possui 4.305 famílias cadastradas. Os serviços ofertados são: plantão social; atendimento psicossocial; INSS; Passe Livre; Cadastro Único; Programa Bolsa Família. Ainda são componentes integrantes do trabalho do CRAS: encaminhamento para acesso do Passe Livre do Deficiente; Programa Leite das Crianças; visitas domiciliares e acompanhamento domiciliar; encaminhamento para os Programas Tarifa Social de Água e Energia Elétrica; Programa Horta Comunitária; Carteirinha do Idoso; acompanhamento do Programa BPC na escola; carteirinha do idoso visando o estacionamento em vaga privativa. Além do CRAS urbano, o município de Guaratuba oferta o CRAS Volante que presta atendimento social às famílias em situação de

vulnerabilidade e risco social que residem na zona rural, garantindo o acesso aos serviços ofertados.

O CRAS Novos Horizontes é constituído pela seguinte equipe de profissionais: cinco (06) Assistentes Sociais, sendo um deles coordenador; um (01) psicólogo; um (01) orientador; um (01) técnico administrativo - recepção; um (01) gestor do Bolsa-Família; um (01) técnico administrativo – cadastro do leite; um (01) técnico administrativo – cadastro; dois (02) motoristas; dois (02) serviços gerais.

Guaratuba conta também com programas, sendo estes: Programa Família Paranaense, o qual tem como atribuição articular as políticas públicas de várias áreas do Governo, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em maior situação de vulnerabilidade e risco no Paraná. Seu objetivo é estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside.

Há também, o Programa de Erradicação da Evasão Escolar, desenvolvido em parceria com as escolas do município e estado, visando combater o abandono escolar, no qual as famílias que possuem crianças/adolescentes com uma grande quantidade de faltas sem justificativa, são visitadas, orientadas e acompanhadas no intuito de promover o retorno dos mesmos no ambiente educacional.

O Programa Jovem Aprendiz é coordenado pelo CRAS e acontece em parceria com empresas privadas e SENAC, no intuito de oportunizar aos adolescentes na faixa etária de 14 a 16 anos a conseguirem o primeiro emprego formal e adquirir experiência no mercado de trabalho, contribuindo para a formação profissional do mesmo.

O CRAS também desenvolve um programa com gestantes. Semanalmente, nas dependências do CRAS, realiza-se a confecção de variados trabalhos manuais, onde gestantes preparam artigos para constituir o enxoval de seus bebês. Já as mulheres, em suas oficinas, aprendem crochê, bordados, pinturas em panos de prato, decoração em caixas de MDF, entre outros.

Também acontecem em alguns encontros palestras/orientações apresentadas por um médico da UBS do bairro Piçarras, juntamente com sua equipe, formada por enfermeira e agentes comunitários, voltadas a assuntos de interesses das gestantes, como primeiros cuidados com o recém-nascido, amamentação, etc, e das mulheres, como hipertensão arterial, tabagismo, menopausa, e outros. As oficinas são supervisionadas pela orientadora social, e pela psicóloga, a qual faz atendimento psicossocial às participantes.

O órgão gestor é a Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social, responsável pela formação, execução e organização da Política de Assistência Social no Município de Guaratuba, tendo atualmente como secretária, a senhora Nilsa Borges.

A secretaria executiva dos conselhos é composta pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

As reuniões dos Conselhos acontecem todos os meses e são abertas à comunidade em geral.

Outro serviço ofertado pelo município é realizado através do Centro de Convivência Sofia Kempinski Vieira, SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Idosos. São realizadas atividades para completar o trabalho social com a família, prevenindo circunstâncias de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; promove atividades com acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades, com acompanhamento do CRAS. Participam das atividades: idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; idosos com vivências de isolamento por ausência de possibilidade a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e desimpedimentos indiquem a inclusão no serviço.

Tem-se também, a Unidade Social Marcílio Dias – USMD, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a15 anos – SCFV. Esta Unidade possui como objetivo a promoção de atividades com crianças, familiares e

comunidades, para consolidar relações e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente combinado ao PAIF com seguimento do CRAS.

## 1.2 PRIMEIRAS-DAMAS DO BRASIL.

Primeira-dama é o título que recebe a esposa de um governante em várias posições do poder. Atribui-se principalmente à esposa do presidente de um país, mas também, quando o homem é eleito governador ou prefeito. O marido da mulher que é eleita para um cargo político, por sua vez, é denominado de primeiro-cavalheiro, como é o caso do Município de Guaratuba, onde tem-se uma mulher como governante, a Prefeita Evani Justus.

Segundo Moíza Siberia Silva de Medeiros (2012)

de acordo com o site da National Library First Ladies (Biblioteca Nacional das Primeiras-Damas) dos Estados Unidos, a denominação First Lady ou primeira-dama teria surgido nos Estados Unidos quando o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) teria utilizado-o para referir-se à mulher de seu antecessor James Madison, na cerimônia fúnebre dela". (MEDEIROS, 2012, p. 16).

O termo, "primeira-dama", não é um título oficial, mas é comumente utilizado principalmente pela comunicação social em todo o mundo para designar a mulher de um governante.

Um trecho da palestra pronunciada por Isabel Amaral, na Escuela Internacional de Protocolo – EIP – (2008), em Madrid, cita que,

a Primeira Dama, com efeito, cedo fez parte da vida política norte americana. Basta recordar que, já em 1877, Lucy, a mulher do presidente Rutherford B. Haynes, não hesitou em definir a sua própria agenda e em ter um programa autônomo, sobretudo no plano da ação e da solidariedade social. Depois dela, muitas foram as mulheres dos presidentes dos Estados Unidos que adotaram comportamento idêntico ao de Lucy Haynes, com destaque para Eleanor Roosevelt – que levou a extremos nunca vistos o papel de Primeira Dama (AMARAL, 2008).

O exemplo da América do Norte foi seguido pelos seus vizinhos do Centro e do Sul, que passaram a empregar este termo em alguns países, conforme indica Amaral (2007),

a partir do século XX, a figura da primeira-dama desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços aos quais ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher (AMARAL, 2007, *apud* MEDEIROS, 2012, p. 17).

O quadro começa a alterar-se na Europa na segunda metade do século XX, e a esposa do chefe de Estado, desde que não seja uma rainha, vai progressivamente participando na vida pública do seu país. Isto tem a ver com mudanças ocorridas nas sociedades europeias, entre elas a autonomia da mulher, sua entrada no mercado de trabalho e a crescente ação na vida política.

Afirma Isabel Amaral (2008), em outro trecho da palestra na EIP,

a Primeira Dama ocupa (é verdade que em nome do marido, em sua representação) espaços a que ele não chega, produz discursos e representa papéis que, melhor entendidos pelo fato de terem origem numa mulher, prolongam e consolidam o estatuto, o poder e a popularidade do marido (AMARAL, 2008, p. 2).

O papel da primeira-dama, acima de tudo feminino, destaca-se e reforça a idéia de que a mulher e a assistência social se completam por estarem ambas ligadas aos ideais humanitários e à percepção para as atividades caritativas.<sup>2</sup>

Por isso, Torres (2002) analisa que

aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações (TORRES, 2002, p. 22).

---

<sup>2</sup> Cita Torres (2002), que “o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a intervir no social, através de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o Estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerando-se que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia” (TORRES, 2002, p.24).

Na história do Brasil, os papéis sociais das primeiras-damas remetem ao período sócio-histórico do Brasil. De acordo com Torres (2002), “há indícios de que a figura da primeira-dama no Brasil comece a aparecer desde o século XIX quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil” (TORRES, 2002, p. 79).

Maria Leopoldina Josefa Carolina nasceu em Viena no dia 22 de janeiro de 1797, e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826. Foi arquiduquesa da Áustria, imperatriz do Brasil entre os anos de 1822 a 1826, e rainha de Portugal por um curto período de oito dias.

Segundo Silva (2009), “D. Leopoldina recebeu uma educação requintada, tornando-se uma pessoa culta, tendo por hábito a leitura, pintura e a poesia” (SILVA, 2009, p. 60).

Ainda de acordo com a mesma autora (2009), “Dom João, rei de Portugal e Brasil, desejava casar o seu herdeiro, Dom Pedro Orleans Bragança com a D. Maria Leopoldina, pertencente à família tradicional da Europa” (SILVA, 2009, p. 60). O casamento ocorreu no mês de maio de 1817, celebrado por representação, sendo uma espécie de tratado de interesses econômicos e políticos entre países, com objetivo de realizarem bons acordos políticos.

Após a Revolução do porto de 1820, e o regresso de Dom João VI a Portugal em abril do ano de 1821, Dom Pedro I assume como regente no Brasil. Surgem assim, demonstrações de descontentamento aos primeiros sinais de esforço de recolonização.

Dom Pedro recebia informações de fatos ocorridos na Europa, através de D. Leopoldina, que além de bom olhar político, era quem daria motivos ao príncipe para renunciar à idéia de retorno a Portugal.

Torres (2002) entende que

a lucidez com que essa mulher percebeu o jogo político da corte portuguesa é impressionante. O fato de Dom Pedro I ter ouvido os seus conselhos – pois vivia-se em uma época em que ser mulher implicava inexpressividade e uma condição de passividade e de imanência doméstica, a ponto de a mulher ser, inclusive, confundida

com as propriedades do seu senhor – indica que, possivelmente, Dona Leopoldina recebera uma educação diferente, de princípios nobres, altivos...devendo-se concluir que ela fora formada fundamentalmente para ser imperatriz, isto é, para ter poder de participação e de decisão política própria dos nobres, papel que mais tarde seria decisivo nos rumos políticos da nação brasileira (TORRES, 2002, p. 80-81).

Assim, após manifestações de apoio para que o regente permanecesse no Brasil, Dom Pedro I anunciou sua decisão no dia 9 de janeiro de 1822, o qual torna-se conhecido como o “Dia do Fico”. Neste mesmo ano, do dia 1º de agosto, Dom Pedro declarou inimigas todas as tropas enviadas de Portugal que não possuíssem sua autorização.

Com a proximidade de uma guerra civil, onde se pretendia separar a Província de São Paulo do resto do Brasil, Dom Pedro I passou o poder para D. Leopoldina no dia 13 de agosto de 1822, partindo após, para São Paulo. Assim, D. Leopoldina foi nomeada Chefe de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil, com todos os poderes legais para governar o país durante a ausência de seu esposo.

Ainda neste período, D. Leopoldina recebe a informação de uma imediata ação contra o Brasil, a qual exigia o retorno do príncipe à Portugal, pois a presença de Dom Pedro no Brasil dificultava o desejo do governo português de recolonizar o país.

No dia 2 de setembro de 1822, sem aguardar o retorno de Dom Pedro, D. Leopoldina reuniu-se com o Conselho de Estado e assinou o Decreto da Independência, significando a separação do Brasil de Portugal.

Torres explica que,

é assim que Dona Leopoldina assumiu um compromisso como imperatriz ao lado do príncipe Dom Pedro I na vida pública da nação brasileira, tanto que a sua independência contou com a decisão fundamental dessa mulher que tinha ascensão sobre o governante, chegando, inclusive, a exigir-lhe uma posição: é agora ou nunca (TORRES, 2002 p. 82).

A participação dessa primeira-dama foi importante no quadro político brasileiro, pois foi naquele contexto que nasceu o primeiro-damismo no país.



Posteriormente e afastando-se de suas origens, o primeiro-damismo começou a desenvolver atividades assistencialistas e paternalistas.

Torres (2002) relata que desde essa época nunca se ouviu falar de outro trabalho que tivesse sido exercido por outra primeira-dama. Que durante o período do Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), não foi informado pela historiografia, qualquer trabalho realizado pelas primeiras-damas (TORRES, 2002, p. 84).

#### 1.2.1 As primeiras-damas no período da República Velha

Na República Velha, várias foram as primeiras-damas do Brasil. Começando com Dona Mariana Cecília de Sousa Meirelles da Fonseca, tendo ocupado tal posição de 1889 até 1891. Foi esposa do primeiro presidente do Brasil, Manuel Deodoro da Fonseca.

Na sequência pode-se citar Josina Vieira de Araújo Peixoto, esposa de Manuel Floriano Vieira Peixoto, o qual presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894. Josina manteve a família sempre afastada da vida política de seu marido, não se tendo conhecimento de qualquer atividade social ou benemerente desenvolvida nesse período.

A próxima primeira-dama foi Adelaide Benvinda da Silva Gordo de Moraes e Barros, esposa de Prudente de Moraes e Barros, o terceiro presidente da República do Brasil, entre os anos de 1894 e 1898.

A primeira-dama vinda na sequência é Dona Ana Gabriela de Campos Sales, esposa de Manuel Ferraz de Campos Sales, o qual governou entre os anos de 1898 e 1902.

Ainda na República Velha, tivemos como quinto presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, ocorrendo seu mandato entre os anos de 1902 e 1906. Como já era viúvo de Ana Guilhermina de Oliveira Braga, suas duas filhas assumiram o papel de primeiras-damas.

Após vieram como primeiras-damas Dona Maria Guilhermina de Oliveira Pena, esposa de Afonso Augusto Moreira Pena, com mandato entre os anos de 1906 e 1909; Dona Anna de Castro Belisário Soares de Sousa, cujo apelido era Anita, deixou a casa paterna para viver com uma tia e, assim, poder se casar com Nilo Peçanha, um cidadão pobre e mulato, embora político com

futuro favorável. Exerceu o cargo de primeira-dama do país entre os anos de 1909 e 1910.

A próxima primeira-dama foi Orsina Francioni da Fonseca, primeira esposa de Hermes da Fonseca, casando-se com seu primo-irmão no dia 17 de dezembro de 1877, aos dezoito anos de idade. Logo após a morte de Orsina, em homenagem à falecida, adicionou-se ao Instituto Profissional Feminino o nome Orsina da Fonseca. A primeira-dama, juntamente com o marido, havia visitado um instituto e se afeiçoara às meninas pobres, a maioria órfã, prestando-lhes assistência social. Além disso, auxiliou o Marechal Emílio Mallet na fundação do Orfanato Osório. Faleceu no Palácio Guanabara aos cinquenta e três anos, no dia 30 de novembro de 1912. Em janeiro de 1913, Hermes da Fonseca casou-se com a caricaturista Nair de Tefé Von Hoonholtz, sucedendo Orsina como primeira-dama do Brasil.

Na sequência a primeira-dama foi Maria Carneiro Pereira Gomes, casada com Wenceslau Braz Pereira Gomes, tendo seu mandato de presidente entre os anos de 1914 e 1918.

Francisca de Abreu Ribeiro foi primeira-dama do Brasil no período de 1918 e 1919, durante a presidência de Delfim Moreira, seguida por Maria da Conceição de Manso Saião, segunda esposa de Epitácio Pessoa que governou o país de 1919 a 1922. Após foi a vez de Clélia Vaz de Melo, esposa de Artur Bernardes, presidente no período entre 1922 e 1926.

Sophia Oliveira de Aguiar e Paes de Barros foi primeira-dama do Brasil entre os anos de 1926 e 1930, mulher de Washington Luís Pereira de Sousa. E, Alice Viana, casada com Júlio Prestes de Albuquerque, o último presidente do Brasil na República Velha. Júlio Prestes acabou não assumindo o cargo de presidente da República, impedido devido à Revolução de 1930.

### 1.2.2 O período do Estado Novo

O período que vai do ano de 1937 a 1945 é conhecido como Estado Novo. Neste período, entre os anos de 1934 e 1945, tem-se como primeira-dama Dona Darcy Vargas, esposa de Getúlio Dornelles Vargas.

Segundo Simili (2008), “Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Casou-se com Getúlio Dornelles Vargas no ano de 1911, aos 15 anos de idade” (SIMILI, 2008, p. 1). Portanto, Dona Darcy,

como ficou conhecida, acompanhou a trajetória política de Getúlio Vargas desde o período em que ele foi deputado estadual Getúlio Vargas (1909-1913 e 1917-1921) e deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1922-1926). Getúlio Vargas também foi Ministro da Fazenda no governo Washington Luis (1926-1927), governador do estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), chefe do governo provisório instalado em 1930, e presidente da República (1934-1945) e (1951-1954).

No Rio Grande do Sul, no ano de 1930, Dona Darcy criou a Legião da Caridade, uma associação constituída por mulheres da elite gaúcha. Conforme Simili (2008), “estas mulheres produziam roupas, arrecadavam e distribuíam alimentos para as famílias, cujos pais, maridos e filhos seguiram acompanhando Getúlio Vargas na política (SIMILI, 2008, p. 2).

Dona Darcy, como primeira-dama nos anos entre 1930 e 1940, participou da fundação de várias entidades assistenciais salientando-se nesse decorrer a criação em 1938, da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, tendo como objetivo, prestar assistência a crianças e adolescentes, denominados menores, que se dedicavam à venda de jornais no centro da capital carioca. Segundo Simili (2008), a Casa do Pequeno Jornaleiro era

uma obra destinada à infância, desvalida, impondo, assim, sua participação no âmbito das políticas assistenciais defendidas pelo Estado e pelo empresariado no que tange ao tratamento, de questões sociais relativas à infância (SIMILI, 2008, p. 82, *apud* SILVA, 2009).

O papel social das esposas dos presidentes brasileiros, ou seja, de primeiras-damas como estamos concebendo neste estudo, reapareceu no Brasil com o Governo de Getúlio Vargas. O presidente criou uma instituição de Bem-Estar social para a atuação da primeira-dama Darcy Vargas, que assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Concordamos com Torres (2002), quando afirma que Getúlio Vargas criou a LBA e colocou sua esposa como presidente do órgão “com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política”. (TORRES, 2002, p. 86).

A atuação de Dona Darcy na presidência da LBA, durante o período de

participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi um acontecimento expressivo em sua trajetória de mulher pública e primeira-dama. Com sua extrema habilidade e capacidade de articulação política, conseguiu agregar o trabalho de inúmeras mulheres voluntárias, para a realização de ações de caráter assistencialista e filantrópico.

No ano de 1943, quando ocupava a presidência da LBA e também administrava a Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, Dona Darcy sofre o choque pela perda de seu filho caçula, Getúlio Vargas Filho, aos 23 anos de idade, afastando-se assim, da presidência da LBA. Com este afastamento a instituição enfraquece em sua base, adquirindo novo impulso somente mais tarde, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), com a primeira-dama Sarah Kubitschek.

### 1.2.3 O período da República Nova

Na sequência tem-se o período da República Nova, tendo entre as primeiras-damas Dona Luísa Linhares, casada com José Linhares, que governou o Brasil entre o dia 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Dona Luísa Linhares é seguida por Carmela Teles Leite Dutra, esposa de Eurico Gaspar Dutra. Chamada de Dona Santinha foi primeira-dama do Brasil no período de 31 de janeiro de 1946 até a sua morte em 1947. Católica e influente sobre o marido, Dona Carmela foi responsável, como primeira-dama, em abril de 1946 pela proibição do jogo no Brasil, e a extinção do PCB - Partido Comunista Brasileiro, em maio do mesmo ano. A pedido da primeira-dama foi construída uma capela situada nos jardins do Palácio da Guanabara, sendo inaugurada no dia 30 de setembro de 1946. A Capela Santa Terezinha, como é chamada, foi oferecida à Nação.

Novamente, Dona Darcy Vargas volta a ser primeira-dama do Brasil entre os anos de 1951 e 1954. Depois, como sua sucessora, Dona Jandira Carvalho de Oliveira, entre os anos de 1954 e 1955, esposa de João Fernandes Campos Café Filho. Após, tem-se Graciema da Luz, esposa de Carlos Coimbra da Luz, presidente interino da República, de 8 a 11 de novembro de 1955, tornando-se o presidente do Brasil que ocupou a cadeira presidencial pelo menor espaço de tempo.

Segue-se com Beatriz Ramos, esposa de Nereu Ramos, que assume o Governo provisoriamente no período de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.

Depois de Dona Darcy, a primeira-dama de maior expressão foi Dona Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, esposa de Juscelino Kubitschek, que governou o país entre os anos de 1956 a 1961. Sara Kubitschek foi a fundadora da Organização das Pioneiras Sociais e realizou um trabalho assistencialista de grande expressão no país, destacando-se a construção de escolas no interior e a implantação de hospitais-volantes em vários estados, e ainda, hospitais flutuantes nas regiões ribeirinhas.

Entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, foi a vez de Dona Eloá do Vale Quadros, esposa de Jânio Quadros, que renunciou ao mandato.

Dona Sílvia Mazzilli é a próxima primeira-dama, em dois breves períodos, 1961 e 1964. Era esposa de Pascoal Ranieri Mazzilli.

Segue-se com Maria Thereza Fontella Goulart, esposa do presidente João Goulart, que foi primeira – dama no período de 1961 até 1964, quando seu marido foi deposto pelo golpe militar. Foi a primeira-dama mais nova da história do Brasil, com vinte e um anos de idade à época da posse. Ela foi responsável pela fundação da sede da LBA em Brasília. Ela atraía a alta sociedade paulista e brasiliense para eventos de caráter beneficente.

#### 1.2.4 As primeiras-damas do Regime Militar

Durante o regime militar as primeiras-damas não ocuparam papel de destaque. Torres (2002) informa que naquela conjuntura histórica,

a figura da primeira-dama é pouco divulgada. Isto é, as mulheres dos presidentes militares não assumiram função de destaque no regime. Com exceção de Dona Yolanda Costa e Silva, elas assumiram a a presidência de honra da LBA – e desenvolveram atividades assistencialistas, sobretudo no âmbito dos estados, incentivando o trabalho das primeiras-damas estaduais (TORRES, 2002, p. 97).

Ainda assim, optamos por manter a sequência histórica das primeiras-damas, iniciando por Antonieta Castelo Branco Diniz, primeira-dama do Brasil

durante o período de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967. Ela era filha de Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro da série de presidentes do Regime Militar, instituído pelo golpe militar de 1964. Castelo Branco já era viúvo de Argentina Vianna, falecida em 1963. Dona Antonieta não teve grande evidência e expressão em seu posto, apenas acompanhava seu pai em solenidades oficiais.

Na seqüência tem-se Dona Yolanda, primeira-dama do Brasil entre os anos de 1967 e 1969. Era esposa de Arthur da Costa e Silva. Dona Yolanda Costa e Silva escreveu um livro de memórias chamado “A Verdade, Nada Mais que a Verdade” e faleceu no dia 28 de julho de 1991, aos 81 anos de idade.

Continuando, tem-se Scila Gaffrée Nogueira, esposa de Emílio Garrastazu Médici, que exerceu o cargo de primeira-dama do país no período entre os anos de 1969 a 1974. Dona Scila tornou-se primeira-dama com a idade de um pouco mais de sessenta anos, limitando-se aos afazeres de dona-de-casa. Faleceu aos noventa e cinco anos de idade, no dia 25 de janeiro de 2003, no Rio de Janeiro.

Lucy Markus Geisel era esposa de Ernesto Geisel, seu primo em primeiro grau. Ela formou-se professora primária em Cachoeira, e foi primeira-dama do Brasil entre os anos de 1974 e 1979. A primeira-dama era discreta, vista em raras cerimônias oficiais. Ficou viúva em setembro de 1996. Dona Lucy faleceu no Rio de Janeiro, no dia 3 de março de 2000, em um acidente de carro provocado por um motorista que desrespeitou o sinal vermelho, aos oitenta e dois anos de idade.

Após, temos Dona Dulce Maria de Guimarães Castro Figueiredo, casada com o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Foi a última primeira-dama do período da Ditadura Militar no país, sendo que aquele presidente governou o Brasil entre os anos de 1979 a 1985. Seu falecimento é recente, em 6 de junho de 2011, aos oitenta e três anos de idade, no Rio de Janeiro.

#### 1.2.5 As primeiras-damas durante a Nova República

Risoleta Guimarães Tolentino Neves, não chegou a ser oficialmente primeira-dama do Brasil, devido ao falecimento de seu marido Tancredo Neves,

antes de tomar posse da presidência. Dona Risoleta faleceu aos oitenta e seis anos de idade, no dia 21 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro.

Segue-se com Dona Marly Macieira Sarney, esposa do ex-presidente José Sarney. Primeira-dama durante o mandato de seu marido, entre os anos de 1985 e 1990. Atuou como presidente do Conselho Administrativo da LBA até 1988.

Na seqüência tem-se Dona Rosane Collor de Mello, primeira-dama do Brasil durante a presidência do ex-marido Fernando Collor de Mello, entre os anos de 1990 e 1992. A atuação de Rosane Collor de Mello deixou uma amarga impressão na história recente do país.

Aos dez anos de idade, Rosane mudou-se para Maceió, onde estudou no Colégio Santíssimo Sacramento, um colégio de freiras. Dona Rosane possui diploma em Administração de Empresas, e trabalhou como recepcionista da seção alagoana da LBA, isto antes de conhecer Fernando Collor.

O casamento entre Dona Rosane e Fernando Collor realizou-se no ano de 1984. No dia 20 de março de 1990, Dona Rosane Collor assume o cargo de Presidente da LBA, que era considerado o principal órgão de assistência social do governo federal.<sup>3</sup>

Ao iniciar seu trabalho na LBA, Rosane Collor percorreu todo o país, identificando as desigualdades sociais existentes no Brasil. Seu objetivo resumia-se na diminuição dessas desigualdades, por intermédio do atendimento das necessidades da população de baixa renda assistida pela LBA.

Falcão (1990) afirma que o primeiro-damismo, sob a compreensão ideológica do projeto do governo Collor intitulado *Minha Gente* “volta a ressurgir na Era Collor com a missão de contribuir para alterar o quadro sócio-econômico do país, reduzindo as desigualdades sociais pelo atendimento das necessidades da população de baixa renda assistida pela LBA” (FALCÃO, 1990, *Apud* Torres, 2002, p. 98)

Todos os que apoiavam o governo, citavam Rosane Collor como sendo uma pessoa que se dedicava aos que Fernando Collor chamou de

---

<sup>3</sup> Segundo Sposati (1995) “a LBA era considerada uma instituição tão importante no ‘Brasil Novo’ que, para presidí-la o presidente Collor designou sua própria mulher” (SPOSATI, 1995).

“descamisados”. Na realidade, a primeira-dama assume a presidência da LBA colocando em sequência um desempenho assistencialista e deprimente junto aos setores pauperizados. Afirma Paixão (1991, p.139) que “vivemos a reiteração da visão fragmentária, administrativa, burocratizada e desprofissionalizante da questão social” (PAIXÃO, 1990, *apud* Torres, 2002, p. 100)

O governo Collor não admitiu as representações da sociedade, excluindo as forças populares do processo decisivo na sociedade “lateralizando as organizações políticas dos trabalhadores, estabelecendo o discurso diretamente com a grande massa, com os descamisados”. (PAIXÃO, 1990 *apud* Torres, 2002, p. 101).

Na verdade, não ocorreram atividades significativas com o retorno do primeiro-damismo, já que a LBA não procurou solucionar as condições de pobreza da população. Ocorreu um retorno ao clientelismo, ao voluntariado, ao nepotismo político e às antigas práticas assistenciais, contrárias aos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Num contexto de acusações de corrupção dentro da LBA, Rosane Collor deixa o cargo de presidente do órgão em 1991.

Após o impeachment do presidente Fernando Collor, quem assume interinamente o papel de presidente da república é Itamar Franco, no dia 29 de dezembro de 1992. Itamar Franco era divorciado de Ana Elisa Junerus, e governou o Brasil entre os anos de 1992 e 1995. Itamar Franco faleceu no dia 2 de julho de 2011, em decorrência de leucemia.

Após tem-se como primeira-dama, Dona Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dona Ruth, como ficou conhecida, viveu em sua terra natal, Araraquara, até dezoito anos de idade. Depois, mudou-se para São Paulo, onde estudou antropologia na Universidade de São Paulo (USP). Dona Ruth era doutora em antropologia e atuou como docente e pesquisadora na USP e em várias instituições universitárias de diferentes países, tais como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a Universidade do Chile e a Universidade de Colúmbia. Também era membro do Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e membro da equipe de



pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo.

Enquanto Primeira-Dama, Dona Ruth criou e assumiu a presidência do Programa Comunidade Solidária-PCS, que foi instituído pelo Decreto nº 1.366 de 12 de janeiro de 1991, tendo como objetivo, o combate à exclusão social e à pobreza.

Muitos intelectuais acreditaram que aquele programa representava uma mudança de paradigmas em relação a assistência social, como Mota (2009) quando afirma que o Programa Comunidade Solidária

é um divisor de águas que apresenta a fórmula encontrada para substituir as velhas práticas de filantropia, financiadas pelo Estado brasileiro – muito próprias da história da assistência – e as “novas propostas de parceria entre Estado e sociedade, expressas na Reforma do Estado (MOTA, 2009, p.160).

Entretanto, para Torres (2002) o Programa Comunidade Solidária, declara uma característica ideopolítica bem definida, tratando-se de um programa assistencialista, e que atua acima das forças sociais. O mesmo autor afirma que

esse programa não só promove o desmanche dos direitos sociais, mostrando-se desfavorável à consolidação da assistência social como política pública, conforme estabelece a constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência, como também dá plenas condições ao trabalho político-partidário da primeira-dama, a qual visita todos os estados mostrando-se preocupada com os problemas sociais, envolvendo em suas ações órgãos federais de credibilidade, como as universidades e alguns ideólogos da socialdemocracia (TORRES, 2002, p. 105).

Assim, reafirma-se o primeiro-damismo como a regulação das ajudas e dos favores, como sendo estritamente assistencialista. Mantêm-se o conservadorismo característico do populismo tradicional, permanecendo as classes subalternas sob a dominação paternalista do Estado através do merecimento (TORRES, 2002).

Em 2000 Dona Ruth criou a organização não governamental Comunitas, onde atuou até a sua morte, no dia 24 de junho de 2008, em São Paulo, aos 77 anos.

Por fim, têm-se Dona Marisa Letícia Rocco Casa, primeira-dama do Brasil entre o período de 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2011, período em que seu marido, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) foi presidente da República. Dona Marisa não participou ativamente de nenhum projeto durante os oito anos como primeira-dama.

Nesse período, a assistência social alcançou maior visibilidade com a execução de políticas sociais vinculadas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual é responsável também pela gestão do maior programa de transferência de renda do país, o programa de governo denominado Bolsa Família.

Atualmente quem está governando o Brasil é Dilma Rousseff, divorciada de Carlos Franklin Paixão de Araújo. No âmbito da assistência social, os programas desenvolvidos representam uma continuidade do governo Lula.

Quanto às primeiras-damas de Guaratuba, não encontramos fontes sócio-históricas que informassem seus nomes e atividades desenvolvidas. Por isto, trazemos somente aquelas que obtivemos algum tipo de informação. Podemos citar os nomes de Dona Esther de Souza Jamur e de Dona Ivone.

Dona Esther é casada com Miguel Jamur, ex-prefeito de Guaratuba. Os mandatos assumidos pelo ex-prefeito foram: 1952/1955; 1960/1963; 1969/1972, tendo neste como vice-prefeito, Diógenes Caetano dos Santos, e o último mandato entre os anos 2005/2008 o vice-prefeito foi Everson Ambrósio Kravetz.

Outra primeira-dama de destaque foi Dona Ivone, esposa de José Ananias dos Santos. O ex-prefeito governou durante dois mandatos, 1993/1996, tendo como vice-prefeito Celso Nascimento Cordeiro e 2001/2004, sendo Miguel Jamur o vice-prefeito.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1.DIREITOS DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL**

As organizações humanas nem sempre foram patriarcais, pois estudos indicam que no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, tendo sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram

bastante igualitárias. A partir do momento em que o homem começou a produzir seus próprios alimentos, surgiram definições para os papéis de homens e mulheres.

Durante a história foram sendo organizadas diferentes formas de cultura social, sendo uma destas a patriarcal, a qual possui como centro a figura masculina. Com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades começaram a se fixar em um território. A caça cabia aos homens, e o cultivo da terra e o cuidado com as crianças cabia às mulheres por serem consideradas mais frágeis. Suas relações passaram a ser monogâmicas, tendo como objetivo a garantia da herança aos filhos legítimos. Os filhos mais velhos tinham privilégios, mas às mulheres tudo era proibido desde que não se destinasse à procriação.

Na Idade Média, as mulheres consideradas da elite mantinham pouco contato com os filhos, os quais confiavam às amas-de-leite e governantas. O mesmo destino das mães era reservado às filhas quando não lhes restava o celibato ou a vida religiosa. Tudo era pensado e elaborado para que o patrimônio (material ou moral) da família fosse aumentado e preservado. Segundo Torres (2002),

É preciso ressaltar que, no que concerne à educação de meninos e meninas em várias sociedades, inclusive na sociedade brasileira, permanece ainda um veio cultural assimétrico de resquícios da cultura do patriarcado, no sentido de primazia do sexo masculino sobre o feminino, presente na escola, nas instituições, nas organizações, enfim, nas relações sociais (TORRES, 2002, p. 75).

O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens ou do masculino, enquanto categoria social, e baseia-se fundamentalmente na exploração do homem sobre a mulher. O chefe de família além de possuir o poder econômico e político, ainda exercia sua autoridade sobre a mulher, filhos, e sobre agregados que estivessem sob sua tutela, podiam ser ricos ou pobres, não importava, trabalhavam nas suas terras e obedeciam. O patriarca decidia o que era certo e o que era errado, decidia também o futuro e o destino de seus filhos, levando em conta as necessidades da família e não de cada membro desta.

No Brasil Colônia, a mulher era tida como uma propriedade, primeiro do

pai, o qual arranjava o casamento da filha, e depois ao se casar era tida como propriedade do marido. As mulheres casavam muito cedo, entre doze e treze anos, pois aos quinze anos, segundo os homens, elas já haviam perdido o viço da juventude. Casando saíam da dominação de seus pais para entrarem na dominação de seus maridos, e assim, aquela que não gerasse filhos poderia até ser devolvida para a sua família, onde seria mantida em casa, humilhada ou seria mandada para um convento ou hospício. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, sendo assim, eram comuns os casamentos entre parentes para que a fortuna do clã e suas propriedades se mantivessem indivisíveis sob a chefia do patriarca.

Com a instalação dos portugueses no Brasil, além do marido, mulher e filhos, a família era composta também por outras pessoas, tendo como exemplos: amigos, padrinhos, afilhados e ex-escravos, as quais respeitavam e temiam o patriarca. O patriarca possuía o direito de controlar a vida de todos, e também de administrar as propriedades de sua esposa e filhos.

As mulheres e crianças eram amedrontados e não significavam nada, sendo que a mulher permanecia em casa supervisionando o trabalho doméstico dos escravos como a confecção de roupas e a destilação de vinhos. O patriarca era proprietário de terras imensas, nas quais se plantavam cana-de-açúcar, café, cacau e outros, os quais eram as bases da economia do Brasil. A sociedade colonial no Brasil, desenvolveu-se patriarcal principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia.<sup>4</sup>

Até metade do século XIX, a Casa Grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal. Os numerosos filhos e netos do patriarca nasciam na Casa Grande, onde eram traçados os destinos da fazenda e educados os futuros dirigentes do país. Segundo Freyre (2005),

no Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de

---

<sup>4</sup> Aqui, vale a lembrança de que em países de capitalismo central, sobretudo, Inglaterra, França e Alemanha, a Revolução Industrial consolidava o capitalismo concorrencial através da introdução e do desenvolvimento de novas forças produtivas. Nesse período, os donos dos meios de produção encontraram nas mulheres e crianças uma maneira de baratear a força de trabalho e aumentar os seus lucros. Por outro lado, os baixos salários recebidos pelos homens já não eram mais suficientes para o sustento da família, surgindo assim, a necessidade da mulher de receber um salário, sendo obrigada a vender sua força de trabalho para as indústrias. Apesar dessa nova organização familiar, permanece ainda a estrutura familiar tradicional patriarcal, sendo que nesse período de transição a mulher esteve submetida ao domínio, tanto de seu marido quanto do capital.

engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil (FREYRE, 2005, p. 271).

Naquele período, a Igreja ditava as normas a serem seguidas e obedecidas pela família. Os patriarcas eram contribuintes da igreja e se achavam os donos das capelas, mas não reconheciam a autoridade religiosa dos padres. Com o passar do tempo as normas religiosas foram enfraquecendo, deixando espaço para as normas legais admissíveis ao desenvolvimento social.

Nos primeiros anos da República a família patriarcal começou a enfraquecer, pois as cidades, as novas profissões, a luz elétrica, os bondes, as lojas comerciais, e as indústrias ameaçavam o patriarca, chegando assim o momento de abandonar a Casa Grande e mudar-se para um palacete na capital. O império do patriarca se reduz, agora ele é um industrial, um pioneiro no melhor estilo capitalista, um banqueiro, um grande negociante e também um fazendeiro. O patriarca é obrigado a ampliar seus negócios nos centros urbanos para que não perca seu patrimônio, assim, além da fazenda ele irá aplicar dinheiro em outras atividades.

No Brasil, assim como nos demais países do mundo, sinais de transformações de forma isolada começaram a ser vistos com os movimentos abolicionistas e republicanos. Devido à grande diferença da formação cultural existente no Brasil, a evolução dos direitos da mulher seguiu atrasada e lentamente. De acordo com Couto (2006),

as mulheres, os índios, as crianças e as minorias étnicas e religiosas foram incorporados como portadores de direitos somente a partir de grandes discussões, e suas inclusões deram-se em momentos diferentes, em sociedades distintas, e não de maneira homogênea e linear (COUTO, 2006, p 37).

Com a Constituição de 1824 surgem as primeiras escolas destinadas à educação da mulher voltadas a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e

ensino brasileiro de instrução primária, sendo ainda proibido que mulheres frequentassem escolas masculinas, tendo como motivos o convívio entre homens e mulheres que segundo a igreja poderia provocar relacionamentos não verdadeiros, e também, porque sendo a instrução dada aos homens em nível mais elevado, não poderiam as mulheres frequentar as mesmas escolas, sendo permitido apenas no século XX.

Neste mesmo século, através de uma participação ativa na sociedade, a mulher através de muita luta, foi adquirindo seus direitos. A Constituição de 1824 organizou o Estado brasileiro que passou a ser composto por quatro poderes, sendo estes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O direito de votar ficou estabelecido para todos os cidadãos livres, do sexo masculino, que tivessem 25 anos ou mais, e uma renda mínima de 100 mil réis. O limite de idade diminuía para 21 anos se o cidadão se tratasse de chefe de família, oficial militar, bacharel, clérigo e empregado público. Assim excluíram-se do direito do voto os escravos, as mulheres e os homens que não fizessem parte das exigências descritas, ou seja, analfabetos e pobres.

No dia 8 de março de 1857, na cidade norte americana de Nova York, 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, cruzaram os braços lutando pelo fim das péssimas e desumanas condições de trabalho. Entre estas, a luta pela redução da jornada de trabalho diária para dez horas, e não dezoito horas como eram exigidas. A polícia, a mando dos patrões, fechou as saídas da fábrica e a incendiaram. Assim, no ano de 1910 em uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o "Dia Internacional da Mulher" seria comemorado no dia 8 de março, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica. A data só foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975.<sup>5</sup>

A mulher para ser considerada absolutamente capaz, iniciou uma longa caminhada na busca de sua própria identidade. Quanto à legislação pertinente

---

<sup>5</sup> Com relação a discussão sobre direitos civis, políticos e sociais, vale lembrar que “data do século XVIII a discussão sobre os direitos civis, que se constituíram, em um primeiro momento, sob a égide do pensamento filosófico do jusnaturalismo e na perspectiva de confronto com o Estado absolutista, defendendo o direito do homem à liberdade, à segurança, à propriedade e à vida. É importante destacar que em parte daquele século a humanidade convivia com a escravidão, com o conceito de incapacidade em relação às mulheres, às crianças, aos índios, e era considerada natural a não-extensão desses direitos a esses segmentos populacionais, bem como a exclusão de homens escravos e não proprietários (COUTO, 2006, p.46).

a ampliação de direitos à mulher, destaca-se a Lei 4.121, de 27 de agosto 1962, Estatuto da Mulher Casada, o qual dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada e o Art 233 do Código Civil que reconhece a mulher como integrante da sociedade conjugal, ainda que de forma subordinada. Reza o referido Artigo, que “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos” (Código Civil, 1916).

Várias mudanças na organização social surgiram requerendo assim uma nova forma de valor, na busca às individualidades e ao imediatismo, surgindo assim, a procura por igualdade de gênero. São estabelecidos novos papéis familiares, os quais modificam a forma de relacionamento entre os homens e as mulheres, e entre os pais e os filhos. Contudo, na atual realidade social, podemos observar que a sociedade ainda assume a força patriarcal, gerando inclusive, algumas expressões da “questão social”, cujo exemplo mais contundente refere-se as inúmeras formas de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

No campo do trabalho houve a criação de leis, mas restando ainda muitas barreiras a serem ultrapassadas, principalmente em se tratando de proteção e incentivo ao trabalho da mulher.

Na década de 1930 as mulheres ocupavam cargos nas indústrias, entre elas: tecelagem, fiação, calçados, vestuário e outros, com faixas salariais mais baixas. Uma das conquistas femininas da história do Brasil é o direito ao voto, pois até 1932, isto era direito apenas dos homens. Em 24 de fevereiro de 1932 o exercício da cidadania foi concedido às mulheres casadas, viúvas e solteiras desde que tivessem renda própria, mas essas restrições foram eliminadas em 1934. Somente em 1946 a obrigatoriedade em votar foi estendida às mulheres.

No Brasil, em termos jurídicos, somente na Constituição Federal de 1988 é que a mulher conquista, ao menos na letra da lei, princípios de igualdade socio-político-econômica. No artigo 5º. da Constituição de 1988, considerada a mais cidadã já elaborada em nosso país, consta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

igualdade, à segurança e à propriedade” (CF, 1988).<sup>6</sup>

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, que substituiu o Código Civil de 1916, consolidaram alguns direitos femininos já existentes no conjunto das relações sociais. A família não seria mais regida pelo pátrio poder. A Constituição da República Federativa do Brasil é considerada o marco de mudança social de quebra de paradigmas, fazendo referência aos homens e mulheres de forma igualizada.

A partir da década de 1960, nos Estados Unidos, começaram a surgir os Movimentos Feministas, que após espalharam-se pelos países ricos do ocidente, promovendo a categorização de gênero, disseminada a partir da década de 1970.

No ano de 1975, realizou-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU-Organização das Nações Unidas, instituindo-se a década da mulher. Nos anos 1990, o movimento social de mulheres foi ampliado e surgiram várias organizações não-governamentais (ONGs), destinadas a defesa de direitos da mulher. A Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977 instituiu a Lei do Divórcio, a partir da qual as pessoas divorciadas passam a ter novas oportunidades de regularização de suas relações afetivas. Ainda assim, o casamento permaneceu como a única entidade de união estável reconhecida pelo direito brasileiro.

## 2.2. A MULHER E O PRIMEIRO-DAMISMO.

A vida cotidiana do ser humano é guiada e constituída por relações sociais, valores, representações materiais, reproduções do imaginário e normas morais. O ser social busca firmar sua individualidade, sua construção social, sua auto imagem, saber quem ele é, tanto em relação à sociedade, quanto em relação aos outros seres sociais e a si próprio.

Neste sentido, Torres (2002) afirma que,

---

<sup>6</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a primeira das sete constituições brasileiras que faz menção expressa aos homens e mulheres, sendo um marco de mudança social de quebra de paradigmas, buscando igualdade dos direitos humanos.



é clara a nossa compreensão de que a identidade de homens e mulheres é uma construção social que advém da formação do ser social, da forma como o mundo da vida lhes foi apresentado, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social (TORRES, 2002, p. 38).

Dessa forma, é dentro de uma sociedade que os sujeitos históricos se reconhecem e são reconhecidos e, inserida nesta ordem de construção da identificação social, está a identidade de gênero. Homens e mulheres se definem e se reconhecem, sendo que esta construção é histórica e tem sua origem na formação do ser social e do modo como sua vida está incluída no mundo, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social.<sup>7</sup>

O Estado brasileiro, durante a Segunda-Guerra, viu-se pressionado a elaborar planos para enfrentar os problemas sociais, assim, o Estado lança mão de princípios assistencialistas para impressionar a sociedade nas problemáticas vinculadas à “questão social”, sendo que as atividades de filantropia e assistencialismo ficam centralizadas na primeira-dama. Neste sentido, Torres (2002) analisa que “a assistência social não é apresentada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes” (TORRES, 2002, p. 40).

Essas relações políticas vêm nas atividades das primeiras-damas meios estratégicos essenciais para garantir as características de certas administrações do governo. Através de suas atividades assistencialistas, acabam dando apoio político ao poder local, sendo esses trabalhos analisados pelos setores subalternizados como ações humanitárias realizadas pelos próprios governantes.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Levando-se em consideração a presença de uma cultura patriarcal na formação sócio histórica brasileira, Torres (2002) reafirma que “é preciso ressaltar que, no que concerne à educação de meninos e meninas em várias sociedades, inclusive na sociedade brasileira, permanece ainda um veio cultural assimétrico de resquícios da cultura do patriarcado, no sentido de primazia do sexo masculino sobre o feminismo, presente na escola, nas instituições, nas organizações, enfim, nas relações sociais.” (TORRES, 2002, p. 75).

<sup>8</sup> Entretanto, Torres (2002), alerta para o fato de que “não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essa mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local. Isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas”(TORRES, 2002, p. 21-22)

A representação da primeira-dama no Brasil começou a aparecer quando Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, resolveu assumir sua participação política nos rumos da Independência do Brasil.

A atuação das primeiras-damas dos governos posteriores passaram a desenvolver atividades assistenciais ligadas ao clientelismo, a filantropia e ao assistencialismo, diferente do governo de Dom Pedro I, onde o primeiro-damismo nasce como gestão política de racionalidade decisória.

Após esse período, somente no governo de Getúlio Dornelles Vargas reaparece a expressividade da figura de primeira-dama no Brasil, com a presidência da LBA por parte de D. Darcy Vargas. As atividades exercidas pelas primeiras-damas, a partir da década de 1940, foram fixando-se como ações de método filantrópico–benemerente no contexto da atenção à pobreza, onde a LBA, constituiu o marco das ações das primeiras-damas no Estado brasileiro.

A LBA, Segundo Falcão (1990), foi “um órgão benevolente chefiado pela primeira-dama que permitiu ao presidente da República e aos governadores dos estados estenderem as suas mãos aos pobres, dando vazão ao populismo e à demagogia” (Falcão, 1990 *apud* Torres, 2002, p. 92). Ainda de acordo com o mesmo autor, “a filantropia, a benesse dos governantes e as primeiras-damas se confundem e idealizam a assistência social aos pobres, isso tudo no imaginário comum” (idem).

Durante o período de ditadura, é pouco divulgada a figura da primeira-dama, período este, no qual as mulheres dos presidentes não assumiram função de destaque. Para Torres (2002), isto ocorre porque “o Estado passa a assumir as “rédeas” da sociedade civil, inclusive das iniciativas voluntárias, criando um circuito de medo. Acrescente-se a isso a característica autoritária do militarismo, extensiva à família, em que as mulheres dos militares tendiam a ser submissas e obedientes às determinações do marido”. (TORRES, 2002, p. 97)

Naquele período, excetuando-se a esposa do presidente Artur da Costa e Silva, Dona Yolanda Costa e Silva, as Primeiras-Damas assumiram a presidência de honra da LBA, desenvolvendo trabalhos assistencialistas,

---

especialmente na área dos estados, promovendo o trabalho das primeiras-damas estaduais.

O Primeiro-Damismo volta apenas a ressurgir na era Collor, onde, no dia 20 de março de 1990, Rosane Collor assume o cargo de presidente da LBA. Pouco tempo depois, antes do impeachment de Fernando Collor, a primeira-dama é afastada da LBA, devido a corrupção e desvio de verbas ocorrido na sua gestão.

Em 1989, a proposta da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), prevista na Constituição de 1988, é aprovada pelo Congresso Nacional, recebendo mais tarde o veto do então presidente Fernando Collor, por inserir o auxílio à família entre os benefícios. Sposati (1995) analisa aquele veto da seguinte forma:

a assistência social no Brasil, jamais se limitou à função *stricto sensu* (fornecedora de ajudas emergenciais). Ela cumpriu e cumpre igualmente a função de distribuidora de serviços sociais aos segmentos caracterizados como pobres ou excluídos. É talvez por isso que a proposta de Lei Orgânica da Assistência Social, vetada em 13-10-1990 pelo presidente da República, não obteve grande repercussão de resistência. A lei deixava explícito o seu vínculo orgânico à previdência social mais que às demais políticas sociais (SPOSATI, 1995, p. 28).

Por parte do governo Collor, não havia interesse em aprovar um projeto que promoveria a assistência social à posição de política pública.

Acrescente-se a esse cenário a condição subalterna que o país assume frente ao projeto neoliberal e às forças internacionais e mercado, que têm no Consenso de Washington (1989) o ponto decisivo.

Essa era a característica de um governo que se dobrava facilmente às orientações político-ideológicas do neoliberalismo, que não estabelecia interlocução com a sociedade civil organizada e que conduzia a nação acima das forças políticas, denotando um tipo de autoritarismo em que só o Estado arbitrava as suas ações.

Somente no ano de 1993, a lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS, foi aprovada no governo de Itamar Franco e a partir de então, a assistência social passa a contar com uma regulamentação própria e prevê a universalização de direitos sociais, conforme indica já o seu art. 1º.:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais,

realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Durante vários anos a questão social não esteve presente nas formulações de políticas no país, sendo recente a implantação do direito universal à política de assistência social. A condição de política pública à assistência social é consolidada na Constituição de 1988, formando o tripé da seguridade social brasileira, juntamente com a saúde e a previdência social.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi extinta a LBA, e criado o Programa Comunidade Solidária para a direção de políticas sociais em associação com a iniciativa privada e organizadas com a sociedade através das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Esse programa era presidido pela antropóloga e primeira-dama do Brasil, Ruth Cardoso. O objetivo era a troca do assistencialismo e do clientelismo por um atendimento aos direitos fundamentais da cidadania. Dirigido sobretudo pelo Gabinete Civil da Presidência da República, o programa Comunidade Solidária, tinha uma Secretaria Executiva, da qual a função seria coordenar e desenvolver uma inter-relação com todos os setores comprometidos nesse plano de luta contra à exclusão social.<sup>9</sup>

O plano possuía também um Conselho nomeado pelo presidente da República. Para execução do programa Comunidade Solidária foram priorizadas cinco áreas de atuação, sendo estas a da saúde, nutrição e alimentação; serviços urbanos; emprego e renda; defesa de direitos; e desenvolvimento rural.

### 3.3. PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

#### 3.3.1 A Emergência do Serviço Social no Mundo

As sociedades na antiguidade eram organizadas pelos clãs, onde em períodos de crise econômica, devido às invasões, guerras e calamidades naturais destacava-se a miséria. Em períodos que não havia crises, a produção

---

<sup>9</sup> De acordo com Sposati (1995), “Isto significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que, na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de manifesta “bondade”, “sensibilidade” e não de políticas públicas” (Sposati *apud* Torres, 2002 p. 102)

excedente da atividade agropastoril era distribuída entre todos igualmente. Naquela sociedade eram considerados pobres apenas os velhos, os doentes, as viúvas, as crianças abandonadas ou órfãs. Nos demais casos, a família, tribo, ou clã, era responsável por assistir os necessitados.

Segundo Oliveira (1996), naquele contexto

não se exaltava a caridade como virtude, nem se tinha consciência de seu papel nas relações sociais. Estas relações com o início da exploração agropecuária – nova forma de atividade econômica - sofreram uma ruptura com o modo de vida anterior, em função da estratificação social daí decorrente. Surgiu, então, a escravidão, a dominação de uns sobre os outros com fins econômicos, fato que se estendeu até a civilização greco-romana (OLIVEIRA, 1996, p. 86).

A caridade passa a ter importância e significado como forma de ajuda a partir do Cristianismo, e, durante a Idade Média as obras de caridade foram administradas pela Igreja. Instituições especializadas como hospitais, orfanatos e escolas começaram a aparecer, e entre os séculos XIII e XIV surgem as irmandades religiosas, dedicando-se principalmente à assistência social. Assim, o Estado não possuía a incumbência de preocupar-se com os pobres, sendo esta preocupação encampada pela Igreja.

Com a dissolução do feudalismo, ocorreu a desarticulação agrária e o deslocamento de enormes massas da população camponesa sem terra em direção às cidades primitivas, formando assim, o primeiro exército de reserva de força de trabalho formado por indigentes, mendigos, pedintes e ambulantes que procuravam auxílio. O Estado para reconhecer-se no poder passou também a intervir no campo da pobreza.

Neste sentido, Oliveira (1996) esclarece que

se durante a Idade Média os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima como das ferramentas com que trabalhavam, do século XVI ao século XVIII, passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados, detendo apenas a propriedade dos instrumentos de trabalho (OLIVEIRA, 1996, p. 90),

-

Do século XVI ao século XVIII, emerge o capitalismo e os trabalhadores são destituídos dos seus instrumentos de trabalho, ampliando à propriedade privada dos meios de produção. Na Inglaterra o capitalismo se expandiu, no início, em grande escala, assim, suas origens ali são mais visíveis.

Segundo Huberman (2010),

O fechamento de terras e a elevação dos arrendamentos, no século XVI, expulsaram muitos camponeses de suas plantações para as estradas, onde se tornaram mendigos, vagabundos, ladrões. (HUBERMAN, 2010, p. 130).

Cria-se desse modo, uma classe trabalhadora livre da servidão feudal, porém, sem propriedades e sem instrumentos próprios de trabalho, do que resulta a necessidade de venda da sua força de trabalho para os capitalistas em ascensão. No século XIX, ocorre novamente o fechamento de terras, sendo este mais abrangente. Um exército de trabalhadores excluídos e sem terra, que tinha que vender sua força de trabalho em troca de salário, apresentou grande aumento (HUBERMAN, 2010, p. 130).

Os fechamentos do século XVI encontraram relutância, não só dos camponeses, mas também do governo, que tinha receio da violência por parte do exército de pessoas levadas à fome. Tratando-se dos fechamentos do século XVIII, estes foram realizados com a proteção das Leis de Fechamento, as quais foram baixadas por um governo de latifundiários e para os latifundiários (HUBERMAN, 2010, p. 131). Desse modo, o trabalhador sem suas terras estava pronto a ir para a indústria como trabalhador assalariado.

O movimento de fechamento foi mais específico na Inglaterra, mas ocorreu também no continente europeu, o que Huberman (2010), analisa como a ampliação de lucros para os donos de terra. Ele afirma que os capitalistas da época “estavam interessados apenas em arrancar maiores lucros da terra. Se pudessem ganhar mais dinheiro não fechando as propriedades, não teriam fechado”. (HUBERMAN, 2010, p. 131).

Do século XVI até início do século XIX, na Inglaterra, este sistema de tirar o camponês da terra foi constante. Na França a camada social do pequeno camponês proprietário cresceu, não acontecendo o mesmo na Inglaterra, onde o capitalismo industrial progrediu mais rápido do que em qualquer outro lugar e o pequeno proprietário desapareceu quase totalmente.

Segundo Keynes (1923),

Economizar e investir tornaram-se ao mesmo tempo o dever e o prazer de uma grande classe. As economias raramente eram desfalcadas e, com a acumulação do juro composto, foi possível o triunfo material que todos hoje conhecemos. A moral, a política, a literatura e a religião reuniram-se numa grande conspiração para promoção da poupança. Deus e Mammon se reconciliaram.

Paz na terra aos homens de bons recursos. O rico podia, no final das contas, entrar no reino dos céus – apenas se economizasse. (KEYNES, 1923, p. 7, *apud* HUBERMAN, 2010, p. 135).

Com o aumento do comércio e a exploração dos meios naturais, cujos principais exemplos são a África, a América e a Ásia, e também, o desenvolvimento das indústrias manufatureiras, metalúrgica e têxtil, ficou determinado o progresso para poucos e a miséria propagada para muitos (OLIVEIRA, 1996, p.90).

A população rural transferiu-se para atuar na área secundária da economia, ocorrendo assim, um processo de urbanização gradativa, trazendo consigo problemas nas áreas da saúde, educação, trabalho e transporte, intensificando-se o abuso da força de trabalho feminina e infantil.<sup>10</sup>

O capitalismo é baseado na livre troca de mercadorias e possui como objetivo a obtenção do lucro. Sendo assim, o Estado, como objeto de interesse da nobreza, passa a ser uma ferramenta de uma nova classe, a burguesia.

Como enfrentamento à imensa pauperização ocasionada pela expropriação dos meios de produção, no dia 14 de agosto de 1834 foi sancionada, pelo Parlamento Inglês e pelo Rei George III, a Segunda Lei dos Pobres.

Segundo Oliveira (1996), manteve-se, assim, “o princípio e o sistema de auxílio aos sem trabalho, mas alteraram-se as condições em que este deveria ser oferecido. Deste modo, todos os requerentes de auxílio público seriam obrigados a ingressar nas Casas de Trabalho”. (OLIVEIRA, 1996, p. 99).

O objetivo das Casas de Trabalho era fornecer ajuda aos pobres, porém, com um regulamento prisional, onde eram atendidas pessoas excluídas da sociedade, entre eles: homens, mulheres, crianças, ociosos, criminosos e doentes. (OLIVEIRA, 1996). Na verdade, as Casas foram criadas para pressionar os pobres a integrar-se no mercado de trabalho.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> De acordo com Oliveira (1996), “a longa transição do modo de produção feudal, característico da Idade Média, para o modo de produção capitalista, imprimiu nova racionalidade ao sistema de mercado. A decomposição do feudalismo provocou a desarticulação agrária e o deslocamento de grandes massas da população camponesa sem terra, na direção das primitivas cidades” (OLIVEIRA, 1996, p. 90).

<sup>11</sup> “Essas casas eram denominadas de “Bastilha” pelos homens pobres e configuravam uma verdadeira prisão. Seus altos muros e a disciplina carcerária previam, entre outros aspectos, a

No ano de 1869, na Inglaterra, a iniciativa privada destaca-se com a criação das Charities Organization Society, criadas como “uma reação contra a teoria liberal ortodoxa dos meados do século XIX, que propunha deixar à própria sorte aqueles que não conseguissem vencer por conta própria no mercado competitivo” (OLIVEIRA, 1996, p. 104).

O objetivo das “Charities Organization Society” era administrar o trabalho das obras particulares, buscando evitar conflitos entre as classes sociais. Essa instituição foi acolhida em toda a Europa e eram dirigidas por senhoras inglesas, sendo após ampliadas para os Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos foram criadas instituições similares que deram origem, em 1898, à Escola de Filantropia de Nova York. “destinada a formar profissionais habilitados a identificar as questões sociais, diagnosticá-las e abordá-las tecnicamente. Surgiu, dessa forma, o Serviço Social, nova estratégia no tratamento da problemática social” (OLIVEIRA, 1996, p. 102).

Para muitos estudiosos do Serviço Social é a partir da Escola de Filantropia de Nova York que surge a profissão Serviço Social, tendo como precursora Mary Richmond. Ao lado de um grupo de pessoas relacionadas à Sociedade de Organização de Caridade de Nova York, Richmond acreditava que apenas pela reforma social haveria possibilidades de superar os problemas produzidos pelo intensivo processo de industrialização que ocorreu ao longo do século XIX. Neste aspecto, Oliveira (1996) destaca que

Mary repudiava o papel da “trabalhadora social”, reduzido a investigar a verdade da miséria tendo em vista apenas os aspectos econômicos de uma determinada situação e propunha que o indivíduo fosse estudado em seu ambiente social (família, escola, amigos), com vistas à reconstrução social das relações sociais. O atendimento a este deveria ser individualizado, para que se prestasse ao mesmo uma assistência mais técnica e sistemática (OLIVEIRA, 1996, p. 105).<sup>12</sup>

---

separação dos membros da família, trabalho pesado para os homens refeições magras e em silêncio, a proibição de fumar, as visitas raras e pouco conforto” (OLIVEIRA, 1996, p. 99).

<sup>12</sup> Entre as obras de Mary Richmond destaca-se *O Diagnóstico Social* (1917), e *O que é o Serviço Social de Casos* (1922). Cita Oliveira (1996), que Mary Richmond “ao propor que a pessoa humana se reajustasse conscientemente e individualmente ao seu meio social, Richmond direcionou a profissão para os problemas de ajustamento do homem ao meio. As soluções dos problemas econômicos deveriam ser da alçada do Estado, cabendo ao Serviço Social ocupar-se do estudo das relações sociais do indivíduo e sua readaptação à sociedade”. (OLIVEIRA, 1996, p. 105).



Naquela perspectiva, o Serviço Social distinguia-se da caridade ou da filantropia. A ajuda material aos necessitados devia caracterizar-se como parte do ofício, e não como o próprio ofício. A prática da assistência social poderia ser realizada pelas trabalhadoras sociais, contanto que a base do tratamento social de casos individuais estivessem nos princípios do Serviço Social que, empregados através de uma ação reflexiva, levariam ao avanço da personalidade dos “clientes”.

No percurso sócio-histórico do Serviço Social, a preocupação com as adequações individuais ampliou-se progressivamente para a preocupação com as adequações grupais e comunitárias, que no caso brasileiro, perdurou ao longo de quase todo o século XX. Para Oliveira (1996), “pode-se afirmar que o Serviço Social surgiu, como profissão, com o objetivo de atenuar os efeitos das contradições criadas pela consolidação do sistema capitalista mundial em fins do século XIX e início do século XX (OLIVEIRA, 1996, p. 107).

Ao logo do tempo, o profissional do Serviço Social, o assistente social, ao prestar atendimento aos “clientes” tornou-se um agente social de grande importância.

Confirma Oliveira (1996) que este profissional

contrapondo-se às ações apostolares voluntárias, este profissional procurou diferenciar o Serviço Social da caridade tradicional, encarada como mera reprodutora da pobreza, propondo uma ação educativa junto à família trabalhadora, numa linha de prevenção dos problemas sociais (OLIVEIRA, 1996, p. 107-108).

Na época em que o Serviço Social buscava a sua profissionalização, duas encíclicas papais tiveram um papel importante para o fortalecimento da profissão. A primeira é denominada *Rerum Novarum*, divulgada por Leão XIII, nome pontifício do cardeal Gioachino Pecci, a 15 de maio de 1891. A segunda denomina-se *Quadragesimo Anno*, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931. (CASTRO, 2008, p.51).

A *Rerum Novarum* foi escrita no final do século XIX, como enfrentamento da Igreja à expansão crescente do socialismo. A encíclica era uma carta aberta a todos os bispos que tratava sobre questões discutidas durante a Revolução Industrial e as sociedades democráticas. Situava-se em torno da pauperização da classe operária, conforme citação abaixo:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; aos princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.<sup>13</sup>

A encíclica buscava um acordo entre as classes sociais, acreditando em meios compatíveis para conseguir um convívio harmonioso entre capital e trabalho.

Segundo Castro (2008), a encíclica menciona a necessidade de tocar na essência da questão social, explicando que esta tarefa pertence à Igreja pelo motivo da relação que existe entre a sua causa e a do bem comum.

Por um lado, era necessário proteger os trabalhadores explorados e por outro, defendia a preservação da propriedade privada. A encíclica apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, negava o socialismo e defendia os direitos à propriedade privada, sendo que a igreja era possuidora de grandes áreas de terras. O autor explica que a *Rerum Novarum*

salienta as formas de exploração da força de trabalho assalariada, que permitiram a acumulação capitalista. E se é certo que critica a insensibilidade dos “Homens riquíssimos e opulentos”, ela tem, igualmente, o objetivo de enfrentar as propostas socialistas (que, à época, ganhavam numerosos adeptos nas fileiras do movimento operário), defendendo a propriedade privada, pilar fundamental das relações de produção capitalistas (CASTRO, 2008, p. 52).

Além disto, a encíclica desaprova a falta de fundamentos éticos e valores morais na sociedade laicizada de seu tempo, sendo uma das causas dos problemas da sociedade. O Papa Leão XIII recusou as teorias socialistas marxistas, achando que as soluções surgiriam das ações acordadas entre

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://w2.vatican.va/.../documents/hf> . Acesso em: 2015-05-13

Igreja, Estado, empregadores e empregados, procurando uma justiça social na vida socioeconômica e industrial. Sendo que, ao mesmo tempo, o documento critica os excessos do capitalismo e desvaloriza o liberalismo econômico.

A *Rerum Novarum* afirma, em primeiro lugar, que não haverá nenhuma solução aceitável sem o recurso à religião e à Igreja e que qualquer tentativa de resolução dos problemas deverá contar com a cooperação e o esforço dos “príncipes e dirigentes dos Estados, dos patrões e dos ricos e até mesmo dos proletários, de cujo destino se trata”. (Castro, 2008, p. 55).

No documento *Quadragesimo Anno*, de 1931, o Papa Pio XI, em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, exalta a Encíclica anterior e afirma que aquela encíclica “distingue-se particularmente das outras encíclicas por ter traçado, quando era muito oportuno e necessário, normas seguríssimas, para todo o gênero humano, para solucionar os graves problemas da sociedade, compreendidos sob a denominação de “questão social” (Castro, 2008, p.62).

Em seu novo discurso, a Igreja dirigia-se aos novos tempos, baseando-se na expansão do capitalismo. Castro (2008) indica que a proposta das duas encíclicas incidiram “no cenário social e sobre as próprias classes populares, que perderam a sua perspectiva específica, envolvidas pela influência ideológica centralizada pela doutrina da conciliação de classes e da reforma social” (CASTRO, 2008, p. 67).

### 3.2 As Políticas Sociais

Não se pode apontar com exatidão o período de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, sendo que, de acordo com Behring & Boschetti (2009), “elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p.47).

A consolidação e ampliação das políticas sociais encontra-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, principalmente na fase tardia após a Segunda Guerra Mundial.

No ponto de vista econômico, as políticas sociais admitem a função de reduzir os custos da força de trabalho e aumentar a produtividade, e também, manter altos níveis de procura e consumo, em períodos de dificuldade. No ponto de vista político, Behring & Boschetti (2009) indicam que “as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 37).

Mas, as autoras alertam para o fato de que as políticas não podem ser vistas como a solução para as expressões da “questão social”. Elas são insuficientes e parciais, não analisando a essência das contradições próprias do capitalismo. Por isso, para a compreensão das políticas deve-se buscar a gênese dos acontecimentos, ou seja, “as políticas sociais não podem ser avaliadas apenas à partir de sua representação imediata, como um acontecimento social separado, e sim, devem ser situadas como expressão contrária da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da origem”. (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p.39).

Ainda de acordo com as autoras, sobre o ponto de vista histórico, deve-se associar a origem da política social às expressões da “questão social”. Para elas, as políticas devem ser relacionadas às medidas econômicas, que a cada período da história irão dar uma particularidade exclusiva ao capitalismo e às políticas sociais. É preciso refletir e identificar as posições adotadas pelas forças políticas em enfrentamento, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que compõem as camadas sociais. Nas suas palavras,

se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 46).

De maneira geral, os estudiosos são unânimes em indicar que o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BEHRING & BOCHETTI, 2009, p.64).

Quanto à política social no Brasil, Behring & Boschetti (2009), citam “que seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 78).

Ao longo do século XX foram criadas políticas sociais importantes, a partir das lutas sociais travadas pela classe trabalhadora em busca da garantia de direitos.

Em 1927, foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil, orientação que só veio a se modificar substantivamente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ano de 1932 é um período importante para o entendimento da política social brasileira. Aprova-se a Lei Eloy Chaves, através do Decreto-Lei nº 4.682, que determina a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para certas categorias de trabalhadores, dentre estas a dos ferroviários e dos marítimos. As CAPs junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs – foram as formas originárias da previdência social brasileira.

No que diz respeito a assistência social, em 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual cabia decidir sobre as subvenções às entidades privadas, sobretudo para os cuidados com crianças e adolescentes. Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), responsável pela execução de programas em colaboração entre o poder público e o poder privado, realizando trabalho assistencial junto a famílias pobres por todo o país. A presidente (primeira-dama) atuava junto ao Departamento Nacional da Criança criado em 1940, responsável pela implantação de creches, auxílio à idosos, doentes etc., sendo estas as principais praticas assistencialistas do Estado Vargasista.

A política de assistência social, necessita fazer um grande esforço para se concretizar como política pública e para superar algumas características históricas, onde têm-se como exemplo a LOAS, que só foi sancionada no ano de 1993 e efetivada a partir do ano de 1995.

### 3.3 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

O Serviço Social no Brasil tem suas protoformas nas ações da Igreja Católica que, frente às apreensões originadas pelas lutas operárias, preocupou-se em criar uma prática missionária e evangelista juntamente à sociedade. Contudo, as práticas missionárias da Igreja Católica foram progressivamente sendo institucionalizadas no âmbito do Estado, a partir da implantação de instituições sociopolíticas destinadas a assistência social que de acordo com Yamamoto (2009) articulava repressão e coesão. Portanto, no Brasil, o serviço social não se refere a formas profissionalizadas de caridade e filantropia, mas sim, ao conjunto de políticas e medidas sociais destinadas ao enfrentamento das lutas sociais e à ampliação de expressões da “questão social”, no início do século XX.

Segundo Yasbek (1980, p.167) o processo histórico do Serviço Social brasileiro evidencia-se em quatro fases, quais sejam: a primeira fase incluiu o período de 1930 a 1945, caracterizada por influência européia, confessional e utopista; a segunda fase, entre 1945 e 1958, recebeu influência norte-americana tendo destaque na questão metodológica, coincidindo com a expansão da tecnologia moderna; a terceira fase que foi de 1958 a 1965, vivenciou ainda a influência norte-americana no olhar da colaboração do Serviço Social para o processo social do desenvolvimento; a quarta-fase caracteriza-se pelo movimento de reconceituação do serviço social, com início por volta do ano de 1965, e prolonga-se até os dias atuais. (YASBEK *apud* OLIVEIRA, 1996, p.108)

Para que se possa entender o surgimento do Serviço Social, ressalta-se que a década de 1930 foi muito importante para o país. Foi uma época historicamente marcada por movimentos da classe operária e intervenção do Estado nas expressões da “questão social”. De acordo com Medeiros (2010),

a partir da década de 1930, atores mais abastados da sociedade, em especial, as mulheres burguesas, vinham sendo convidados a contribuir para a diminuição dos problemas sociais, principalmente a pobreza, a partir dos ideários católicos de caridade e amor ao próximo. É a partir dessa década que o Estado brasileiro começará a reconhecer a necessidade de empreender ações interventivas na área social. Embora não tenha tomado essa função como eminentemente sua, serão

gestadas as bases para o que passaria a ser a profissão de Serviço Social (MEDEIROS, 2012, p.79).

Estas damas eram senhoras católicas, esposas e filhas de burgueses ou políticos que reservavam uma parte do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade, as quais eram destinadas aos pobres e abandonados.

No primeiro período Vargas, o Estado intervém como mediador e regulador da “questão social”, moderando as lutas entre a burguesia e o proletariado. Através da consolidação das leis trabalhistas e a implementação das políticas sociais, o Estado atendia as reivindicações das pressões do proletariado desde a década de 1920 (IAMAMOTO, 2009, p.249).

Na década de 1930 o Estado assume o “compromisso de classes”, tentando conjugar Welfare State e a política Keynesiana. Este compromisso representa de um lado, a aceitação do lucro e do mercado e, por outro lado, procura garantir padrões mínimos de bem-estar social à classe trabalhadora, implantando programas sociais. Nesse contexto, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o Estado teve como método o crescimento de instituições federais, estando entre estas a LBA (IAMAMOTO, 2009, p.250).

Neste sentido, a primeira grande instituição nacional de assistência social foi a LBA. A LBA nacional surgiu no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, sendo uma instituição voltada para as causas sociais e assistenciais da guerra, apoiando soldados (ex-pracinhas) e seus familiares. Iamamoto (2009) explica que “da assistência ‘às famílias dos convocados’, progressiva e rapidamente a LBA começa à atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. (IAMAMOTO, 2009, p. 251).

O papel tomado prontamente pela LBA será o de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e ao governo ditatorial. Assim, a partir de um fato emocional, a LBA procurará alcançar e encaminhar apoio político para o governo, desse modo, movimentando sua ação assistencialista. Ainda de acordo com a autora (2009),

“[...] nesse mesmo sentido sua organização estará profundamente ligada ao preço a ser pago pelo esforço de guerra – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena – burguesia urbana – e às profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo”. (IAMAMOTO, 2009, p. 251)

Colocando-se na primeira campanha assistencial de plano nacional, a LBA, foi de importância enorme para a implantação e institucionalização do Serviço Social no Brasil. Essa instituição contribuiu para a organização e expansão da rede de obras assistenciais, inserindo ou firmando nestas, os princípios do Serviço Social e também a consolidação e desenvolvimento do ensino qualificado de Serviço Social. É o que explica Iamamoto (2009) quando diz que

a implantação da LBA parece ter propiciado, principalmente, a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do Serviço Social para a organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança de sua qualidade (IAMAMOTO, 2009, p. 253).

Esse foi um período marcado por consideráveis mudanças políticas, econômicas e sociais. Entre os anos de 1942 e 1944, a LBA foi implantada em vários estados brasileiros, associadas de campanhas de característica ídeo-político e de práticas religiosas- assistenciais.

Entre os anos de 1930 até 1945, o governo de Getúlio Vargas vai se formando através da manifestação da “bondade e do favor”, onde as políticas sociais são vistas como doação do Estado. Nesse mesmo período, Getúlio Vargas assume o compromisso de classes através da presença da era Keynes, em acordo com o sistema de bem-estar social. O governo de Getúlio Vargas, paternaliza suas ações ao classificar o pobre e a pobreza como sendo algo natural e individual na sociedade.

Ao final da guerra, após o ano de 1946, a assistência na LBA é ampliada, sendo sua finalidade prestar assistência materno-infantil às crianças de todo o país, foi assim apontada como “mãe dos pobres, necessitados e carentes” (NEVES, 1994, p.18-19).

Quanto ao sistema de proteção social brasileiro, no ano de 1960, é promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, a qual segundo Oliveira (1996),



unifica o Regime Geral da previdência social para atender a todos os trabalhadores sujeitos ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, excluídos, no entanto, os trabalhadores rurais e domésticos e os profissionais autônomos”. (OLIVEIRA, 1996, p. 62).

Partindo da década de 60, conforme Iamamoto e Carvalho (1982), alguns assistentes sociais passam a assumir uma postura mais progressista diante à realidade, sobretudo profissionais vinculados a trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, resultando assim com o movimento de 1964.

Segundo Marangoni (1980), o Movimento de Reconceituação

É um esforço de mudança dos pressupostos filosóficos, da metodologia e da práxis profissional, em busca de adequação deles às exigências da realidade política, econômica, sócio-cultural dos povos latino-americanos, aos novos aportes das ciências sociais e aos valores que as novas gerações transmitem a um mundo que vive em acelerado processo de transformação. É um questionamento de toda práxis profissional com vistas a uma proposta de trabalho dentro da realidade em que se atua, vista e analisada dialeticamente (MARANGONI, 1980, p. 143, apud OLIVEIRA, 1996, p. 117).

A reconceituação teve como marco o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado na cidade de Porto Alegre, tendo como tema “Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina”.

Após, no ano de 1967, foi realizado em Araxá o “1º Seminário de Teorização do Serviço Social”.

Assim, o Assistente Social negou as práticas assistenciais típicas do Serviço Social tradicional e buscou um status profissional a partir da criação de novos métodos e estratégias de ação.

O 2º Seminário de Teorização do Serviço Social foi realizado em Teresópolis, no ano de 1970.

Cita Oliveira (1996), que “o Serviço Social se atualizou, se modernizou, aperfeiçoando seu instrumental técnico e metodológico, mas não interveio objetivamente na eliminação das situações de carência de sua clientela” (OLIVEIRA, 1996, p. 119).

Após o golpe militar de 1964, nos anos de 1970, a pobreza não era mais vista como um fenômeno natural e conjuntural, mas, estrutural à economia

capitalista (SPOSATI, 1995, p. 17).<sup>14</sup> Nesse mesmo período da ditadura militar, surgem denúncias vindas da classe trabalhadora decorrentes da miséria, onde, aumentou a acumulação capitalista, acelerando a desigualdade social e os enfrentamentos existentes entre as classes (NEVES, 1994, p. 25).

Os anos de 1977 a 1984, nos governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, últimos governos militares, iniciou-se o processo de progressiva abertura política. No governo do Presidente Ernesto Geisel foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) sendo seu objetivo “tocar os focos de pobreza absoluta existentes sobretudo no Nordeste e na periferia dos maiores centros urbanos” (NEVES, 1994, p. 25). A partir do II PND é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) e a LBA é incluída ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Nos anos de 1978 e 1979, após o governo de Ernesto Geisel, importantes manifestações ocorreram por parte da sociedade civil, tanto pelos trabalhadores como pelos empresários e, também por parte da classe média que forçava o Estado para obtenção da anistia, melhoria das condições de vida, liberação da economia e outras.

O ano de 1979, época em que o Brasil passava por dificuldades, fazendo empréstimos ao exterior e vivendo a crise do capitalismo, João Figueiredo assume a presidência. Assim, com a pressão da sociedade, o presidente João Figueiredo promove a abertura política com a anistia política e a reavaliação de partidos, originando o pluripartidarismo (NEVES, 1994, p. 26).

A assistência social ganha nova visibilidade a partir do ano de 1977, onde ocorre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A LBA assume a questão da assistência, ampliando sua área de atuação ao incorporar dois programas originários do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo estes, o Programa do Idoso e o Programa do Excepcional.

No ano de 1984, chega ao fim o período ditatorial, inaugurando o processo de redemocratização no país, após amplas mobilizações populares que exigiam eleições diretas, batizada popularmente de “Diretas Já”.

---

<sup>14</sup> De acordo com Sposati (1995), “nos anos 80 buscou-se uma compreensão crítica da pobreza. Através da prática e estudos qualitativos procedeu-se a sua desmontagem e buscou-se apreendê-la por dentro. Ganha-se, aí, um novo patamar de compreensão” (SPOSATI, 1995, p. 18).

Nesse período, o discurso de “Tudo pelo Social” do presidente José Sarney, tinha como objetivo resgatar a dívida social e acabar com a miséria e pobreza, “mas a situação econômica nesse período fez com que o aumento destas fosse produzido” (NEVES, 1994, p. 40).

No ano de 1986 foi criada, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, uma comissão de apoio à reorganização da assistência social, tendo como objetivo a melhora da execução da política assistencial.

Sposati (1986) afirma que “a nova diretriz seria a modernização deste aparato, a descentralização, municipalização e eleição de novos membros na gestão e operação de programas sociais, sendo estes as associações comunitárias e prefeituras” (Sposati, *apud* Neves, 1994, p. 43).

A Constituição de 1988 instaura a assistência social como política pública inserida no tripé da seguridade social.<sup>15</sup>

Entretanto, apesar da regulamentação prevista na LOAS em 1993, as políticas neoliberais implantadas na década de 1990 pelos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), promovem o retrocesso nos princípios universalizantes da seguridade social, previstos na Carta Magna.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) emerge uma renovada configuração institucional para a assistência social no país. Em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “que unificou a política de combate à fome com as políticas de transferência de renda e de assistência social” (Yazbek, 2012, p.308).

Em 2005, respeitando os princípios norteadores da LOAS, o governo Lula implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política pública de assistência social que vislumbra o alargamento “da agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com as suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos” (NOB/SUAS, 2005, p.15). Trata-se de um regime

---

<sup>15</sup> Segundo Torres (2002) “pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida, passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania” (TORRES, 2002, p. 132).

geral de gestão da política de assistência social que “integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993” (NOB/SUAS, 2005, p.8).

Os eixos estruturantes do Sistema estão voltados para a prioridade à família, o que é denominado matricialidade sociofamiliar. Prioriza também, a descentralização político-administrativa e a territorialização, o estabelecimento de novas bases para a relação Estado e sociedade civil supondo a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede territorializada pela complexidade dos serviços e, o que é mais significativo, em parceria com organizações e entidades de assistência social. Os eixos estruturantes apontam, ainda, para o financiamento e o controle social articulados com a participação popular (MEIRELLES, 2014, p.375).

No aspecto técnico-operativo, a metodologia propõe diferentes “tipos e níveis” de gestão socioassistencial. O modelo de atendimento social caracteriza-se pela implantação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – e de Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) em todos os municípios, além de outros tipos de unidades de atendimento, de acordo com a realidade de cada município (MEIRELLES, 2014, 376).

É no atual contexto que realizamos a pesquisa de campo no município de Guaratuba, no sentido de compreender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no governo local ao longo dos últimos anos.

#### 4.METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

##### 4.1. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratavam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica teve seu embasamento teórico em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases on line. Para Gil (2010), a importância da pesquisa bibliográfica, “reside no fato de permitir ao

investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2010, p. 30).

Vale salientar que os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo, que conforme Richardson (2010), “justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a *natureza* de um fenômeno social”. (RICHARDSON, 2010, p. 79). Já para Minayo, “a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Para a coleta de dados e entendimento empírico do objeto de estudo, fizemos o uso de entrevistas com ex primeiras-damas e assistentes sociais que atuam no Município de Guaratuba.<sup>16</sup>

Utilizamos da entrevista parcialmente estruturada, conforme se pode visualizar em anexo (vide anexo II) a qual, conforme Gil (2010), “é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. (GIL, 2010, p. 105).

Sendo assim, as entrevistas atenderam a métodos qualitativos na escolha dos sujeitos a participarem dela, tendo em vista a necessidade de coerência metodológica. Neste caso, privilegiamos sujeitos que tiveram participação ativa na histórica sócio-política do município, ou nas palavras de Neto (2004),

Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objeto de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (NETO, 2004, p. 54).

Quanto ao tipo de pesquisa, entendemos ser exploratória, pois buscamos pelos aspectos ainda desconhecidos do objeto de estudo,

---

<sup>16</sup> Segundo Richardson (2010), a entrevista “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A à uma pessoa B”. (RICHARDSON, 2010, p. 207).

caracterizando uma primeira aproximação.<sup>17</sup>

Para a exposição e análise dos resultados tomamos a precaução de garantir o anonimato dos sujeitos, protegendo a identidade dos participantes que colaboraram com seus depoimentos, deixando evidente que o principal objetivo é compreender o papel da primeira-dama na sociedade e sua relação com o Serviço Social ao longo do tempo.

A escolha dos sujeitos significativos da pesquisa se deu em função de suas representatividades no processo sócio-político recente do município e, também pelo fato de que poderiam disponibilizar informações que não seriam encontradas em documentos da época, tendo-se presente que este depoimento tem o sentido de uma versão.<sup>18</sup>

Foram escolhidas como sujeitos significativos, 1 ex primeira-dama do município de Guaratuba que atuou no período pós Constituição de 1988, não sendo do período atual, por se tratar de uma prefeita. Além da primeira-dama, elegemos 2 assistentes sociais que atuam no município por um maior período de tempo e acompanharam a atuação da primeira-dama selecionada.

Quanto aos instrumentais de pesquisa, utilizamos do gravador de voz para a coleta de dados, sendo estes transcritas por completo e analisados.

A aplicação da entrevista foi realizada mediante a prévia assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido individual (**Vide Apêndice 3**) que pretendeu informar aos participantes sobre os objetivos da pesquisa, a sua participação voluntária e os benefícios da mesma. As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a alguns motivos, entre eles a dificuldade de acesso a documentos, dados e também a dificuldade de acesso aos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa, sobretudo as primeiras-damas em função da

---

<sup>17</sup> De acordo com Gil (2010), o método exploratório “objetiva determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 2010, p. 152).

<sup>18</sup> Inspiramo-nos em Triviñus, que entende os sujeitos significativos de uma pesquisa como “aqueles que detem o conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que envolvem determinados aspectos da realidade social, podendo expressar o essencial e o detalhe que enriquece a compreensão de determinado objeto de estudo” (TRIVIÑUS, 1987, p. 32).

idade avançada ou de falta de tempo para conceder a entrevista.

Para uma maior compreensão, classificamos as entrevistadas com numerais de 1 a 3. Dessa forma, a entrevistada de número 1, faz referência à ex primeira-dama, sendo as demais, de 2 a 3, relacionadas às assistentes sociais entrevistadas.

## 4.2 RELATÓRIO DE PESQUISA

Primeiramente, dado o exposto, gostaria de relembrar que as determinações das relações familiares reguladas pelo patriarcado atravessaram a história e ainda permanecem na atualidade. Neste processo, as mulheres buscam a igualdade social, econômica e política e conquistaram, aos poucos, seu espaço na sociedade.

Apesar da persistência de inúmeras situações de desvantagens, as mulheres não querem mais ser consideradas como um mero objeto. Nos dias atuais, elas lutam pelos seus ideais, não se dedicam apenas ao marido e aos filhos, contribuem no sustento econômico da família, mesmo tendo sua capacidade de trabalho desvalorizada. Apesar de toda uma luta histórica, da conquista de vários direitos, muitas mulheres ainda desconhecem seus verdadeiros direitos. Durante muitos séculos, os homens determinaram as formas de ser e agir das mulheres, assim, elas caminham lutando contra este poder, desejam ter o direito de opinar, de escolher, e não apenas servir.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconheceu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, permitindo avanços significativos para a efetivação de uma ruptura cultural conservadora em relação à desigualdade de gênero.

Este trabalho de pesquisa deriva de observações e estudos realizados enquanto acadêmica do curso de Serviço Social, onde busquei respostas quanto às relações e poder exercidas pelas primeiras-damas gestoras da assistência social em Guaratuba.

A pesquisa visa conhecer a atuação das primeiras-damas na gestão da secretaria da assistência social de Guaratuba e a compreensão do olhar dado à assistência social e aos seus usuários. Assim, ao final do percurso para

realização deste trabalho conseguimos destacar algumas considerações relativas ao Serviço Social, à assistência social e às primeiras-damas.

Através de entrevistas, tomamos como base a fala de uma ex primeira-dama e de duas assistentes sociais, atuantes no município de Guaratuba, buscando entender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no município.

A primeira entrevista foi dividida por blocos temáticos (**Vide Apêndice 1**) sendo realizada com uma ex primeira-dama do município de Guaratuba, que atuou nesta posição sócio-política por 16 anos.

#### 4.2.1 EXPERIÊNCIA PESSOAL

O primeiro bloco de entrevista diz respeito à experiência pessoal da ex primeira-dama, sendo que a primeira pergunta é voltada para a sua opinião sobre as funções de uma primeira-dama.

De acordo com a entrevistada, uma primeira-dama deve “manter tudo em ordem” e neste sentido sua função “tornou-se um pouco complicada”.

.Ela relatou que na época não havia pessoas para ajudar, que tudo era visto em cima da hora, e que além do seu serviço, realizava também, o serviço de outras pessoas.

Ao perguntarmos o que ela acredita que poderia ser diferente nas funções de uma primeira-dama, ela afirma que “era uma verdadeira salada” e que muita coisa deveria mudar. Mas, aqui, referia-se somente ao local onde atuava. Relatou que cuidava da terceira idade – Centro de Convivência da Terceira Idade – Segundo registros no site da Prefeitura de Guaratuba, o Centro de Convivência onde realizava reuniões em três dias da semana, com atividades de artesanatos e trabalhos manuais para as mulheres e jogos de mesa para os homens. O Centro de Convivência contava com aproximadamente 320 idosos associados e cadastrados, e durante um dia da semana era realizado um baile.

A ex primeira-dama contou também, que cuidava das “creches” da prefeitura, naquela época, vinculadas à Secretaria Municipal do Bem Estar Social e também da Casa de Passagem. A Casa de Passagem era como se fosse um albergue para pessoas idosas, onde estas podiam passar um ou dois



dias. A ex primeira-dama relata que cuidava da APMI – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Guaratuba – e que funcionava em um espaço doado pela Prefeitura e que atualmente encontra-se abandonado.

Contou ainda, que várias vezes foi pessoalmente à delegacia da cidade, sendo que os pais solicitavam sua ajuda para retirar os filhos que haviam sido presos. Muitas vezes pediam ajuda financeira para que a delegacia soltasse o parente detido, e que ela já compreendia e sabia tudo o que tinha que ser feito.

Na fala da ex primeira-dama, chamou a atenção a maneira como aqueles pais pediam a sua ajuda. Segundo ela, os pais chegavam e diziam: “Primeira-dama, prenderam meu filho, a senhora dá um jeito”?

Quanto aos principais problemas que a ex primeira-dama enfrentou durante o exercício de sua função, diz ter sido a falta de pessoas para ajudar, e como já relatado anteriormente, o fato de ter que resolver qualquer problema que surgisse, inclusive prestar ajuda à Colônia de Pescadores existente na cidade.

Na pergunta de número 5, quando perguntamos se ela acredita ter deixado contribuições para o município, surpreendentemente ela afirma que “em se tratando de projetos, serviços, programas, nenhum foi deixado.” Cita que o governo eleito posteriormente, por questões políticas não continuou com a APMI.

Conta também, que a Terceira Idade já existia, não tendo sido ela a fundadora. Ela diz que “mas era assim... de araque”. Depois fizeram um prédio, o qual ela terminou. Atrás desse prédio, construiu uma creche, que ela cuidava com muito amor. Aqui, não poderia deixar de mencionar Torres (2002), quando analisa que

no trabalho das primeiras-damas, é visível, a utilização dos sentimentos de amor e de doação, por meio dos quais elas vão conquistando a simpatia e a credibilidade das classes subalternas com quem estabelecem relações de serviço, chegando, em alguns casos, a ganhar mais popularidade, que os seus maridos governantes (TORRES, 2002, p. 58).

Quando perguntamos à primeira-dama qual o grau de influência que uma primeira-dama exerce nas decisões políticas do prefeito levando-se em consideração que exerce outras funções na sua vida privada, primeiramente

ela riu e depois esclareceu que tinha bastante abertura para argumentar com o ele, confirmando a análise de Torres (2002), quando afirma que “as primeiras-damas constroem poderes próprios junto às classes subalternas, que vão conquistando no desempenho de seus papéis sociais e nas relações que travam com os usuários dos serviços sociais” (TORRES, 2002, p. 197).

Sobre as vantagens de ser uma primeira-dama, ela relatou que “é só o nome”. Contou que desde quando trabalhava até os dias atuais, todos a querem muito bem, e que após deixar os lugares de trabalho, as pessoas faziam abaixo-assinados para que ela retornasse, cita que “as pessoas da terceira-idade vieram na minha casa e até choraram”.

Relatou que era muito amiga da atual primeira-dama do governo do Estado, Fernanda Richa, da qual recebeu bastante ajuda, sendo que em uma das vezes foram enviados cobertores.

Quanto às desvantagens, a ex primeira-dama não citou nenhuma.

A última pergunta do primeiro bloco, que se refere a indicação de parentes para cargos na prefeitura, ela respondeu que era comum a indicação de familiares para a composição do governo local, mas que nenhum familiar seu havia sido indicado por ela e que nenhum estava na composição do governo local.

Neste primeiro bloco temático, pudemos observar que a atuação desta primeira-dama de Guaratuba confere com as posturas de benemerência e assistencialistas das demais primeiras-damas mencionadas neste estudo, inclusive as esposas de presidentes da República. No decorrer das respostas, observamos que ela não cita nada a respeito da gestão de políticas de assistência social voltadas para os setores pauperizados da sociedade, e também, relata um trabalho apenas de caráter emergencial, sem nenhuma menção à garantia de cidadania. É possível observar também, que ela não concebe as ações sociais desenvolvidas enquanto políticas públicas que envolvem direitos sociais, mas sim, ações sociais que ajudam a população em suas necessidades emergenciais.

Em muitos momentos percebemos que ela fala com emoção, acreditando que se doou intensamente à função de primeira-dama e, mesmo tendo sido muito complicado, ela afirma “ter grande interesse pelas causas sociais”

Verificamos até aqui, através da fala da ex primeira-dama, que ela realizou apenas um trabalho assistencialista, que torna mais evidente os propósitos políticos do governo, promovendo-o junto às classes subalternas.

#### 4.2.2 : Experiência na Secretaria e com as políticas sociais.

Passamos agora ao segundo bloco de perguntas, referentes à experiência da primeira-dama na Secretaria de Guaratuba e com as políticas sociais.

Na pergunta de número 9 perguntamos qual era o nome da Secretaria em que a ex primeira-dama atuou e se o nome foi alterado. A resposta da ex primeira-dama é que atuou na Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social, e que o nome não foi alterado até a presente data.

Quanto às perguntas número 10 e 11, as quais tratam sobre as políticas sociais existentes e as implantadas no seu mandato, a ex primeira-dama não conseguiu responder. Ela disse que “ah, eu não lembro.”

Em seguida, perguntamos quantos técnicos sociais (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) atuavam na Secretaria sob a sua coordenação. Primeiramente ela respondeu que havia oito (8) pessoas que trabalhavam com ela e que eram assistentes sociais. Por ser este um número muito elevado, acreditei haver um engano por parte da ex primeira-dama, refiz a pergunta, e novamente a ex primeira-dama confirma a existência de oito pessoas formadas em Serviço Social na sua gestão como Secretária municipal.

Aqui, é preciso esclarecer que posteriormente, ao entrevistar a assistente social número 2, foi possível detectar ter ocorrido um engano por parte da ex primeira-dama. Observamos também uma contradição, pois anteriormente em uma das respostas, ela cita não ter pessoas para ajudá-la.

Quanto à psicólogos e pedagogos atuando na Secretaria, não soube responder.

Na última pergunta do segundo bloco, onde perguntamos como era sua relação com os técnicos da Secretaria e das instituições sociais, ela respondeu que nunca teve problemas. De acordo com ela, “nunca tive problemas com as assistentes sociais”.

A análise deste bloco de perguntas ficou prejudicada em função de que a ex primeira-dama não soube responder as questões pertinentes as políticas sociais, confirmando a análise já apresentada anteriormente, quando afirmamos que ela concebe as suas ações sociais como ajuda e não como políticas públicas que são implantadas como garantia de direitos à população.

É possível acreditar que a sua maior preocupação está voltada para a auto-imagem de bondade perante a população, confirmando o que Torres (2002) afirma que a imagem das primeiras-damas

remonta a uma mística fundada em valores ditos “femininos” como a caridade, a bondade, a sensibilidade, o amor materno, o que produz no imaginário social a ideia de que as esposas de governantes são mulheres abnegadas, generosas e que trabalham por amor (TORRES, 2002, p.193).

#### 4.2.3 Experiência Política

Passamos ao terceiro e último bloco, que trata sobre experiência política. Neste momento notei que a ex primeira-dama já estava cansada, então passei direto para a última pergunta, onde se desejava saber o que o ex-prefeito achava do seu trabalho. A resposta foi que “ele achava ótimo”.

Podemos comparar a ex primeira-dama entrevistada do município de Guaratuba, com a ex primeira-dama do Brasil, Dona Darcy Vargas, citada anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho, ao observarmos que no Brasil, desde a década de 1940, as ações exercidas pelas primeiras-damas vem se firmando como uma atividade de estrutura filantrópica-benemerente no contexto de atenção à pobreza.

Cito aqui, finalizando, parte de uma entrevista concedida em agosto (1997) por uma assistente social,

as cidadãs brasileiras que chegam ao posto de primeira-dama nos governos estaduais, municipais e federais são pessoas as quais são atribuídas funções para as quais elas não estão preparadas. E muitas vezes, nem conseguem realizar um trabalho dentro das expectativas, dentro dos pressupostos que existem no meio onde elas passam a viver (Entrevista (1997), *apud* Torres, 2002, p. 174).

#### 4.2.4 Entrevistas com as Assistentes Sociais

Na sequência, entrevistamos duas assistentes sociais do município de Guaratuba. Neste caso, as perguntas não estão separadas por blocos temáticos, sendo elaboradas seis perguntas de forma contínua (**Vide Apêndice 2**).

Começamos a entrevista com a assistente social denominada de número1. Perguntamos primeiramente, quais são as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba. A assistente social número 1 nos relata que, durante o exercício de sua profissão, não presenciou muitas gestões de primeiras-damas, e que a última foi há doze anos. Relata que a ex primeira-dama ao assumir a Secretaria, era muito ágil e que resolvia as questões na qual entendia ser seu dever intervir.

A assistente social cita que “naquela época ainda havia muito assistencialismo, muito favoritismo, clientelismo, e que por isto, a secretaria ainda era vista numa forma de ajudar”. Citou também, que “dessa maneira até se conseguia ajudar outras pessoas, mas era um trabalho assistencial, o qual existia bastante naquela época”. O relato da assistente social confirma a análise de Torres (2002), quando diz que essa prática assistencialista refere-se a “atividades desenvolvidas pelas primeiras-damas no âmbito da filantropia e do voluntariado, que não apresentam regularidade, equidade dos serviços e tratamento universalizado da pobreza” (TORRES, 2002, p.24).

Seguindo a entrevista, a assistente social nos relata que depois do mandato da ex primeira dama, os secretários da assistência foram sempre pessoas indicadas, com um posicionamento diferente daquela das primeiras-damas. Ela afirma que “já é uma postura diferente por não ser a primeira-dama, ela já vem com uma outra conotação e uma outra postura”.

Posteriormente, perguntamos à assistente social qual a relação das primeiras-damas com o serviço social. A profissional diz acreditar que persista uma relação de favoritismo e clientelismo vinculados à questão política dos seus maridos governantes. Ou seja, as primeiras-damas, nem sempre

conseguem conquistar seu próprio espaço e, muito menos construir poderes próprios.

Com relação aos conflitos político-ideológicos entre as primeiras-damas e o Serviço Social, a entrevistada respondeu que na sua época, lembrando que foi numa gestão há 12 anos.

Tudo o que um técnico falava ou indicava, a primeira-dama sempre apoiou, embora, o serviço social não tinha o que temos hoje. Tínhamos um número reduzido de assistentes sociais, eram apenas dois (2), não tínhamos psicólogos, pedagogos e todo o aparato que temos atualmente. Então, apagava-se muito o *fogo*, não era feito um trabalho de prevenção e prevenção básica que existe hoje. Além disto, o serviço social não tinha a visão à qual possui atualmente (Assistente Social 1).

No tocante à influência política das primeiras-damas para as políticas sociais do município, a assistente social responde que na realidade, a influência política das primeiras-damas é mais forte quando é uma ação atrelada à ajuda, ao auxílio, ao clientelismo, especialmente, nos períodos próximos a eleições.

A assistente social completa sua resposta, citando que a influência política das primeiras-damas sempre foi bem forte, mas “pelo motivo de não termos mais uma primeira-dama há várias gestões, não saberia dizer como seria a condução de uma primeira-dama nos dias atuais”.

Sobre o primeiro-damismo historicamente exercido em nosso país, A assistente social responde da seguinte forma:

eu não condeno o primeiro-damismo, pois eu acho que nossa profissão começou daí”. Citou também que o primeiro-damismo trouxe consigo o clientelismo, o assistencialismo, mas que na época, não havia esse conhecimento, esse estudo. Com o passar dos anos, o primeiro-damismo foi se remodelando, e com a fundação da primeira escola de Serviço Social, iniciava-se uma evolução, uma outra visão (Assistente Social 1).

Acredita a assistente social, que na realidade, a maior evolução para os assistentes sociais, nos últimos oito anos foi a implantação do SUAS.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Apenas para lembrar, “o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo

Citamos no primeiro capítulo deste trabalho, que o município de Guaratuba possui como atual governante uma mulher, a Prefeita Evani Justus, em seu segundo mandato. Desse modo, perguntamos para a assistente social, se as duas últimas gestões apresentam alguma diferença na gestão das políticas sociais, pelo fato de não ter a influência de uma primeira-dama.

Sua resposta foi que reconhece a diferença não só pelo fato de não ter uma primeira-dama, mas também devido ao SUAS. Relata que as duas últimas gestões já contavam com o SUAS, tendo assim, uma outra perspectiva, e que os técnicos recebem orientações vindas do MDS, desse modo é uma situação totalmente diferente. Nos fala também, que construíram uma equipe de referência para cada setor, para cada trabalho e para cada política. Para ela, “o fato de não haver uma primeira-dama, a gente consegue mais ainda, trabalhar realmente a questão da assistência social, não no assistencialismo”.

Segundo a entrevistada, a atual prefeita do município de Guaratuba, dá carta branca, deixando os assistentes sociais livres para que estes desenvolvam seus trabalhos. Relata que o secretário/a da Assistência é sempre indicação da prefeita/o.

Ao finalizar a entrevista, a assistente social cita que “falta ainda, um pouquinho de reconhecimento da importância do nosso trabalho”.

Passamos agora à entrevista da assistente social denominada de número 2.

Ao perguntar à assistente social número 2, quais as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba, esta responde que começou a trabalhar no município de Guaratuba durante um ano político, de campanha eleitoral, sendo difícil falar pelo motivo de ser um ano muito voltado à questão política.

Em relação à primeira-dama do mandato seguinte ao ano político – ou seja, outra primeira-dama – a assistente social relata não haver contribuição nenhuma e muito pelo contrário, “só atrapalhava a gente”, cita que “ela era o oposto da assistência social”. Cita também que “a primeira-dama era o paternalismo, era a caridade ali pura”. Continua seu relato, dizendo que “a

---

para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal” (MDS).

primeira-dama era o autoritarismo, o abuso de poder, tipo, eu sou primeira-dama, então você tinha que ser amiguinha dela e ir atrás para conseguir as coisas”. Cita também que a primeira-dama “era complicada e que não entendia nada”.

A assistente social relata que a assessoria da primeira-dama, era composta por parentes, e que “era um caos”, “uma fofocarada que rolava”, e que nesta época, estava começando o SUAS. Ela cita o quanto era difícil trabalhar, sendo que a primeira-dama não reconhecia a importância do assistente social, a opinião do técnico não era respeitada, e que “se fazia no oba, oba”.

Ao perguntar para a assistente social qual era o número de assistentes sociais existente na época, esta respondeu que haviam três (3). Assim, podemos comparar com a resposta da ex primeira-dama, que, ao ser entrevistada, nos citou a existência de oito assistentes sociais.

Na sequência, perguntamos qual a relação das primeiras-damas com o serviço social.

A assistente social relata que apesar da ex primeira-dama possuir uma linha de trabalho, esta aceitava a opinião dos técnicos, respeitava o profissional e envolvia bastante o serviço social. Observamos aqui, que a assistente social número 1, possui a mesma opinião. Finalizando a resposta, relatou na sequência, que durante o ano eleitoral, a primeira-dama fez campanha política.

Perguntamos em seguida, se existiam conflitos político-ideológicos entre as primeiras-damas e o serviço social. A resposta imediata da assistente social foi: “ah, com certeza”. A entrevistada cita o seguinte exemplo:

Chegavam cestas básicas. Depois que fechava a secretaria, tinha X quantidade de cestas básicas e quando a gente ia ver tinham sumido. Outra coisa que batíamos de frente era com pedidos de vereador (Assistente Social 2).

No que se refere à influência política das primeiras-damas para as políticas sociais do município, a resposta é de que nunca existiu uma influência positiva. A entrevistada relata que “a influência para mudança da política eu vejo que foi com o SUAS”. Podemos observar aqui, que a assistente social número 1, possui esta mesma visão.



A pergunta de número 5 é sobre o primeiro-damismo historicamente exercido em nosso país. A assistente social relata que o primeiro-damismo foi importante, sendo ele precursor da assistência social.

Chegando à última pergunta, perguntamos se as duas últimas gestões apresentam alguma diferença de gestão das políticas sociais pelo fato de não ter a influência de uma primeira-dama. Em sua resposta, a assistente social relata que

a Prefeita Evani Justus, há um tempo foi secretária da assistência e ela queria... ela tentou agir como uma primeira-dama, com poder absoluto, desse modo, ela entrevistou bastante. Apesar disso, desde quando assumiu a prefeitura, até os dias atuais, aconteceram muitos avanços (Assistente Social 2).

É interessante observar que as duas entrevistadas assistentes sociais entendem que o primeiro-damismo deu origem a profissão. Contudo, vimos anteriormente (vide p. 52), que o Serviço Social no Brasil tem suas protoformas nas ações da Igreja Católica que, frente às apreensões originadas pelas lutas operárias, preocupou-se em criar uma prática missionária e evangelista juntamente à sociedade. Contudo, as práticas missionárias da Igreja Católica foram progressivamente sendo institucionalizadas no âmbito do Estado, a partir da implantação de instituições sociopolíticas destinadas a assistência social que de acordo com Iamamoto (2009) articulava repressão e coesão.

Portanto, no Brasil, o serviço social não se refere a formas profissionalizadas de caridade e filantropia, mas sim, ao conjunto de políticas e medidas sociais destinadas ao enfrentamento das lutas sociais e à ampliação de expressões da “questão social”, no início do século XX.

Vimos também que, as damas de caridade que participavam da Ação Social da Igreja eram senhoras católicas, esposas e filhas de burgueses ou políticos que reservavam uma parte do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade, as quais eram destinadas aos pobres e abandonados.

Portanto, no tocante às origens da profissão no Brasil, existe um equívoco na interpretação das entrevistadas. Contudo, isto não prejudicou as indicações oferecidas para confirmar atividades assistencialistas por parte de algumas primeiras-damas de Guaratuba. Ao contrário, as entrevistadas demonstraram que em determinados momentos, o assistencialismo vem

acompanhado de elementos que lhe são bastante usuais, tais como o autoritarismo e o clientelismo político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo problematizou a atuação das primeiras-damas na esfera pública para que tivéssemos compreensão das ações que estas realizam na Assistência Social. Também discutiu sobre a relação da primeira-dama com os/as assistentes sociais e as contribuições deixadas no contexto das ações voltadas para a Assistência Social. Vimos que ao longo da história, a mulher foi gradativamente participando da vida pública nas diversas sociedades, e que entre estas mulheres encontram-se as primeiras-damas. Estas possuem uma grande influência junto aos sujeitos sociais com os quais estabelecem relações e desenvolvem uma capacidade de liderança quando se colocam no espaço público.

Observamos que algumas primeiras-damas de Guaratuba exerceram suas funções pautadas no assistencialismo, projetando-se como protagonistas de benemerência e de caridade, e que, não compreendiam a pessoa humana como sujeito de direitos ao intervir nas expressões da “questão social”. Desse modo, podemos lembrar o início da década de 1940, quando as atividades praticadas pelas primeiras-damas já eram de ordem filantrópica e benemerente na “atenção aos necessitados”.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conseguiu-se enxergar um novo momento, quando a assistência social foi definida como uma política pública, com um modelo descentralizado e participativo.

Percebemos através das entrevistas realizadas, que as primeiras-damas assumiram a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social sem compreender o processo de garantia de direitos. Desse modo, realizaram atividades assistencialistas historicamente presentes no país. Coloco aqui a observação de que em nenhum momento da entrevista, a ex primeira-dama verbalizou a palavra “direito”.

Diante disto, podemos afirmar que as primeiras-damas apontadas neste estudo não tem clareza do “porquê” estão inseridas no espaço público com a função de dirigir uma Secretaria de Assistência Social. Ou seja, as primeiras-damas assumem a gestão da Assistência Social, sem diferenciar “Assistência Social” e “Assistencialismo”, desconsiderando inclusive, que as políticas sociais

são resultado de uma luta política sócio-histórica travada pela classe trabalhadora para a ampliação de direitos.

Já nas falas das assistentes sociais entrevistadas, constatamos que elas realizam o que está ao seu alcance. As dificuldades encontradas no exercício da profissão foram muitas e atualmente ainda o são. Elas demonstraram que a assistência social é essencial e que é um direito preconizado no SUAS, mas que na prática diária, precisam enfrentar e lutar contra o assistencialismo. Acreditam que para acontecer uma mudança completa, esta só se dará através de luta e resistência, sendo sua atuação em defesa e proteção dos direitos sociais.

As respostas das profissionais revelam que o primeiro-damismo ainda possui uma resistência muito forte para reconhecer a assistência social como um direito da população, e não como uma caridade, uma benemerência ou assistencialismo, pois as políticas do município tendem a ser aquelas recomendadas pelo SUAS, mas os programas e projetos que poderiam ampliar as políticas municipais não apareceram nas falas das assistentes sociais.

Quando perguntamos sobre as relações das primeiras-damas com os assistentes sociais de Guaratuba, esta pesquisa revelou que as suas ações assistenciais acabam dando legitimidade ao poder local, onde a assistência social é associada à ajuda, ao favor dos governantes, sendo levada sob as velhas práticas paternalistas. Verificamos que as primeiras-damas executam ações assistencialistas, evidenciando os propósitos políticos do governo e, assim, promovendo-o junto aos usuários da política.

Observamos pela fala da assistente social número 2, que a relação com as primeiras-damas tende a ser uma relação conflituosa, com contradições, porém, apesar dos obstáculos, os assistentes sociais demonstram lutar por direitos do cidadão, e que seria de suma importância que as primeiras-damas entendessem os usuários do serviço social como sujeitos históricos, como cidadãos de direitos.

As primeiras-damas que estão à frente da gestão da assistência devem ter o conhecimento de que existe uma lei regulamentada, sendo que esta deve ser posta em prática. Estas devem ter total conhecimento da lei, com capacitação e qualificação.

Esperamos que este trabalho possibilite a ampliação desta discussão,

debatendo as abordagens sobre as primeiras-damas e os direitos sociais dos usuários, para que possamos ter uma atuação dos assistentes sociais adequada com a realidade contemporânea. Além disto, entendemos que o primeiro-damismo é muito forte nos municípios do litoral do Paraná, o que muitas vezes acaba dificultando a atuação do assistente social.

A realização desta pesquisa nos ofereceu um maior entendimento sobre a relação da prática com a teoria, ou seja, da práxis profissional do assistente social. Esta relação será como um guia para nossa trajetória profissional, sem esquecer o projeto ético-político, base para o assistente social exercer sua profissão e, do qual, as primeiras-damas não possuem conhecimento para suas ações fragmentadas e imediatistas.

## REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história** /Elaine Rossetti Boschetti. Ivanete Boschetti – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

Carta Encíclica Rerum Novarum. Disponível em:

[http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_lxiii\\_enc\\_150518\\_91\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_150518_91_rerum-novarum.html) Acesso em: 2015-05-15

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicaohtm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicaohtm) Acesso em: 05 nov.2014

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**/ Berenice Rojas Couto. - 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 50. ed. rev. – São Paulo: Global, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil – 5. ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**/Leo Huberman. – 22. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**/Marilda Villela Iamamoto. – 29. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Livreto Perguntas e Respostas: Centro de Referência de Assistência Social-CREAS. Brasília, 2011.

[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03-livreto-perguntas-respostascreas-impressao-20-12\\_editado.pdf.pagespeed.ce.9bE518Hh99.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03-livreto-perguntas-respostascreas-impressao-20-12_editado.pdf.pagespeed.ce.9bE518Hh99.pdf) Acesso em: 2015-06-06

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**/Joaquim da Silva Mafra. – Guaratuba, 1952.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. Primeiro-damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do

Ceará. Fortaleza, 2012.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. *Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores*. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ESS/UFRJ, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/Maria Cecília de Souza Minayo. – 23. ed. – Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**/Ana Elizabete Mota. – 3. ed. –São Paulo: Cortez, 2009.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NEVES, Angela Vieira. A Assistência Social: do discurso à prática profissional – as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, Heloisa M. J. **Assistência Social: do discurso do estado à prática do serviço social**/ Heloisa Maria José de Oliveira. – 2.ed. – Florianópolis: Ed.da UFSC, 1996.

Histórico do Município de Guaratuba

Prefeitura Municipal de Guaratuba. Disponível em:

<http://www.guaratuba.pr.gov.br/portal/> Acesso em: 2015-05-20

Proteção Social Especial. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial> Acesso em: 2015-05-15

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**/Roberto Jarry Richardson. – 3. ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2010.

Secretaria de Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia> Acesso em: 2015-05-20

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social**/Lianzi dos Santos Silva; orientadora: Ana Maria Quiroga. - 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e Política: A Trajetória da Primeira- Dama Darcy Vargas (1930-1945).São Paulo: Editora UNESP. 2008 Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.13, núm. 1, 2009, pp. 243-246 Universidade Estadual de Maringá Brasil.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**/ Iraíldes Caldas Torres. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

TRIVIÑUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.[www.br.monografias.com/trabalhos](http://www.br.monografias.com/trabalhos) Acesso em: 01 maio 2015

Palestra com Isabel Amaral na EIP. Disponível em:  
<http://www.isabelamaral.com> Acesso em: 2015-05-20

.



## APÊNDICES

## **APÊNDICE 1:**

### **QUESTÕES DE ENTREVISTA COM PRIMEIRAS DAMAS DE GUARATUBA**

Nome:

Idade:

Curso/Escolaridade:

Períodos em que atuou como primeira dama:

#### **Primeiro Bloco: Experiência pessoal**

- 1) Na sua opinião, quais são as funções de uma primeira dama?
- 2) O que a senhora acredita que poderia ser diferente nas funções de uma primeira dama?
- 3) A Sra poderia me relatar como foi a sua experiência de trabalho como primeira dama de Guaratuba?
- 4) Quais os principais problemas que a senhora enfrentou quando exerceu a função de primeira dama em Guaratuba?
- 5) A Senhora acredita que deixou contribuições para o município?

Caso Sim,

5.1. Quais as principais contribuições a sra acredita ter deixado para o município de Guaratuba?

6) Pela sua experiência, qual o grau de influência que uma primeira dama exerce nas decisões políticas do prefeito levando-se em consideração que exerce outras funções na sua vida privada?

7) Quais as vantagens e desvantagens de ser uma primeira dama?

8) Na (s) sua (s) gestão (ões) como primeira dama ainda era comum a indicação de familiares para a composição do governo local?

Caso sim,

8.1. A senhora indicou algum familiar para atuar na prefeitura ou na secretaria que dirigiu?

#### **Segundo Bloco: Experiência na Secretaria e com as políticas sociais**

- 9) Qual o nome da Secretaria em que a sra atuou? Se o nome foi alterado, porque?
- 10) Quais as principais políticas sociais existentes quando a sra assumiu o mandato?
- 11) Quais as principais políticas implantadas no seu mandato?
- 12) Quantos técnicos sociais (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) atuavam na Secretaria sob a sua coordenação?
- 13) Como era a sua relação com os técnicos da Secretaria e das instituições sociais?

**Terceiro Bloco: Experiência política**

- 14) Nas sua (s) gestão (ões), como era a sua relação com o prefeito municipal?
  - 14.1.) Em algum momento a sra discutia ou decidia encaminhamentos com o prefeito nas suas relações privadas?
  - 14.2.) Caso sim, a sra poderia citar alguns exemplos de decisões que foram tomadas no âmbito das suas relações privadas com o prefeito?
- 15) Como o prefeito avaliava ou avaliou o seu trabalho?

Muito Obrigada.

## **APÊNDICE 2:**

### **QUESTÕES DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA**

- 1) Pela sua experiência, quais as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba?
- 2) Qual a relação das primeiras damas com o Serviço Social?
- 3) Existiam conflitos político-ideológicos entre as primeiras damas e o Serviço Social? Caso sim, você poderia relatar alguns exemplos?
- 4) Qual a influência política das primeiras damas para as políticas sociais do município?
- 5) Qual a sua opinião sobre o primeiro damismo historicamente exercido em nosso país?
- 6) As duas últimas gestões apresentam alguma diferença de gestão das políticas sociais pelo fato de não ter a influência de uma primeira dama?

Muito Obrigada!

### APÊNDICE 3:

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora

Gostaria de convidá-la a participar de um estudo intitulado - Como o “Primeiro-Damismo” influenciou a política de assistência social no governo local do Município de Guaratuba, que tem como objetivos: problematizar a atuação da Primeira-Dama na esfera pública e compreender os papéis desempenhados por elas na Assistência Social; compreender a relação da Primeira-Dama com as/os Assistentes Sociais do Município de Guaratuba; quais as contribuições deixadas no âmbito das ações voltadas para a Assistência Social. A pesquisa, utilizando a metodologia, será realizada primeiramente através de um levantamento bibliográfico; será também realizada pesquisa junto às bases de dados de revistas on line, bancos de teses, dissertações e artigos. Na sequência, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com duas ex-Primeiras-Damas dos últimos governos do município de Guaratuba, e com duas/dois atuais Assistentes Sociais do município. A escolha destes partiu do reforço que poderiam dar à pesquisa, através da disponibilização de informações que não seriam encontradas em documentos da época, tendo-se presente que este depoimento tem o sentido de uma versão.

Consistirá na realização de entrevistas e gravações junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados. Utilizei-me do gravador de voz, na coleta das entrevistas, sendo estas, transcritas por completo e analisadas. Na exposição deste trabalho, a pesquisa tomou a precaução de garantir o anonimato dos sujeitos, protegendo a identidade dos participantes que colaboraram com seus depoimentos. As contribuições deixadas por este trabalho, será o entendimento do verdadeiro papel da Primeira-Dama, se esta tem compreensão sobre as relações sociais, assistência social e poder político, qual o olhar que a Primeira-Dama possui sobre a Assistência social e sobre os usuários.

---

Assistente Social – CRESS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015



## INTRODUÇÃO

Pretendemos estudar as mulheres designadas Primeiras-Damas, sendo que, a partir da década de 1940 as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, benemerente no plano da atenção à pobreza. A referência dos empreendimentos das Primeiras-Damas no Brasil foi constituída pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), implantada em 1942.

A problematização foi construída a partir de observações e estudos realizados como acadêmica do curso de Serviço Social. Durante este período de curso, levantei questionamentos quanto ao poder exercido pelas primeiras-damas em alguns municípios do litoral paranaense, sendo que estas encontram-se na gestão das Secretarias de Assistência Social.

Quanto aos objetivos, o geral refere-se a compreender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no governo local do Município de Guaratuba.

Os objetivos específicos são problematizar a atuação da Primeira-Dama na esfera pública e compreender os papéis desempenhados por elas na Assistência Social; compreender a relação da Primeira-Dama com as/os Assistentes Sociais do Município de Guaratuba.

A metodologia usada trata-se inicialmente de um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica é fundamentada teoricamente em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases on line, entendemos ser uma pesquisa exploratória.

Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo. Para a coleta de dados, fizemos o uso de entrevistas parcialmente estruturadas. Estas entrevistas foram feitas com uma ex primeira-dama e duas assistentes sociais que atuam no Município de Guaratuba. A escolha destas se deu em função de sua importância no processo sócio-político recente do município.

As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a algumas razões, entre elas a dificuldade de acesso a documentos, dados e também a dificuldade de acesso aos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa.

Para maior entendimento, classificamos as entrevistadas com numerais de 1 a 3. Desse modo, a entrevistada de número 1, faz referência à ex primeira-dama, sendo as demais, de 2 a 3, relacionadas às entrevistadas assistentes sociais.

O presente trabalho encontra-se organizado em 3 capítulos, seguidos pela consideração final.

No primeiro capítulo, fazemos uma abordagem sobre o caminho histórico do Município de Guaratuba, partindo de 1765, ano de sua origem, passando pela fundação da Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba e o primeiro ato a celebração da Santa Missa no dia 29 de abril de 1771. No dia 30 de abril do mesmo ano, foi levantado o Pelourinho e no ano de 1792, a Vila elege seu primeiro Prefeito, até finalmente pela Lei nº. 2 de 10 de outubro de 1947, ser oficialmente instalada como município em 25 de outubro do mesmo ano.

Apresentamos seus aspectos geográficos, praias e ilhas. Mostramos seus principais pontos turísticos, entre estes, a parte histórica da cidade e finalizamos o primeiro capítulo citando a economia do município, tendo destaque o turismo e a pesca artesanal.

No segundo capítulo, pretendemos demonstrar a realidade da condição feminina na sociedade patriarcal e a progressiva ascensão e participação das mulheres na esfera pública, na política e na sociedade ao longo dos períodos históricos.

Apontamos para a centralidade da figura masculina na sociedade patriarcal e a aceitação social da exploração do homem sobre a mulher.

Também será destaque neste capítulo a representação das primeiras-damas no Brasil, desde a perspicácia política de Dona Leopoldina, até o governo de Getúlio Vargas, no qual reaparece a figura da primeira-dama e a criação da LBA. O primeiro-damismo passa despercebido no período da Ditadura Militar e ressurgiu novamente na Era Collor, em 1990.

Ainda neste capítulo, apresentamos um resgate histórico do Serviço Social. Abordamos o feudalismo, o capitalismo, a Revolução Industrial, e a emergência do Serviço Social e das políticas sociais.

Apresentamos ainda, a evolução do Serviço Social no Brasil, que conforme Yasbek (1980), passa por quatro fases. Mostramos a importância da



década de 1930 para o país, com os movimentos da classe trabalhadora e a intervenção do Estado. O período Vargas e criação da LBA e as mudanças políticas, econômicas e sociais. Continuamos até o final do período ditatorial em 1985 e a redemocratização no país. Para finalizar o capítulo, abordamos a instauração da Assistência Social como política pública em 1988, posteriormente a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e no ano de 2005, a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

## 1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE

### 1.1.HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA

No ano de 1765 originou-se Guaratuba, a partir da ordenação da coroa portuguesa de criar um povoado na enseada, selecionando 200 casais para povoarem o local.

Segundo Mafra (1952),

O bando mandado lançar por Dom Luís em 5 de Dezembro de 1765, para a formação da nova povoação, convidava 200 casais de homens para cultivarem as terras descobertas, ordenando que toda pessoa que quizesse entrar no número dos duzentos casais se apresentaria ao Sargento Mór das Ordenanças, para lhes demarcarem as terras de que carecessem e dar-se lhes as ferramentas necessárias, segundo as possibilidades que cada um tivesse (MAFRA, 1952, p. 33).

Passados cinco anos, foi fundada a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba.

O Rei de Portugal, D. José I, assessorado pelo Marquês de Pombal, através de recomendação datada de 26 de janeiro de 1765, ordenou ao Capitão Geral da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão que fundasse vias e povoados em pontos mais convenientes aos sítios volantes ou dispersos, para morarem em povoações civis. Através de Portaria de 05 de Dezembro do mesmo ano, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, incumbiu seu primo Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, Tenente coronel das Tropas Auxiliares, de formar uma povoação na enseada de Guaratuba. Sendo assim, foi determinado aos 200 casais, que demarcassem as terras de que necessitavam, de acordo com as possibilidades de cada um e as cultivassem.

No dia 13 de maio de 1768, D. Luiz concedeu os favores pedidos pelo fundador da nova povoação, os quais consistiam na criação e manutenção de uma igreja, enviando assim, monumentos para a nova igreja. Cita Mafra (1952), que “os moradores de Guaratuba representaram ao Governador da Capitania sobre a necessidade de haver aí uma Igreja onde pudessem receber o Pasto Espiritual” (MAFRA, 1952, p.34).

Necessidades de ordem militar, principalmente a tentativa de ocupação da Ilha de Santa Catarina em 1768 por forças espanholas, levaram o Governo da Capitania à execução de medidas preventivas no setor meridional da Capitania de São Paulo, surgindo a necessidade da elevação de Guaratuba a categoria de Vila.

Cumprindo a Portaria de 23 de janeiro de 1770, do Governador Geral de São Paulo Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, em companhia de Lourenço Maciel Azamor - Ouvidor Geral da Comarca, do Capitão Francisco Aranha Barreto, do Tenente Joaquim Coelho da Luz, oficiais e soldados, juntamente com os esmaritas, Francisco e mais Bento Gonçalves Cordeiro e a população, fundou a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba.

Conforme Mafra (1952), no dia 29 de abril de 1771, deu-se a solenidade de fundação da Vila, e como primeiro ato a celebração da Santa Missa pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro, auxiliado pelos padres Frei João de Santana Flores e Francisco Borges.

No dia 30 de abril do mesmo ano, foi levantado o Pelourinho, solenidade que culminou com uma missa oficiada pelo pároco local, o vigário Bento Gonçalves Cordeiro.<sup>1</sup>

Conforme Mafra (1952), mais tarde, realizou-se a eleição da primeira Câmara Municipal, com aprovação do fundador da Vila e do Ouvidor Geral, ficando constituída pelo Alferes Antonio Carvalho Bueno, Juiz Manoel de Miranda Coutinho, Vereador José Martins Ferreira, o Procurador do Conselho e alcaide Gregório Francisco, e o Escrivão da Câmara Constantino José Cardoso (MAFRA, 1952, p.45).

A Vila de Guaratuba permaneceu dirigida pelos vereadores e assistida pelo Presidente da Província até a Proclamação da República, quando passou

---

<sup>1</sup> Trecho do Termo de Levantamento de Pelourinho, escrito por Joseph Joaquim da Costa, Escrivão da Ouvidoria Geral, cita que "aos trinta dias do mês de Abril de mil setecentos e setenta e um anos, nesta Vila Nova de São Luiz de Guaratuba, na praça Pública, dela, onde se achava presente o Tenente Coronel Ajudante das Ordens Afonso Botelho de Sam Payo e Souza o Ouvidor Geral da Comarca Lourenço Maciel de Azamor, comigo, escrivão do seu cargo adiante nomeado, a Câmara do Rio de São Francisco, o Capitão Mór, Sargento Mór, o Diretor da mesma Vila, o reverendo vigário dela Padre Comissário Frei João de Santana Flores, o Padre Francisco Borges, o Capitão Francisco Aranha Barreto, o tenente Joaquim Coelho da Luz e toda a mais nobresa e povo, e sendo aí pelo dito Tenente Coronel foi proferido que êle devia ser o primeiro mais principal que pegassem no pelourinho a levantá-lo em obséquio do aumento dos Estados de S. M., e pegando êle Ouvidor e Camaristas, pegaram todos os mais" (JOAQUIM DA SILVA MAFRA, 1952, p. 41).

a eleger seu primeiro Prefeito, que assumiu o cargo em 1792. Perdurando assim, até a data de 20 de outubro de 1838, quando por força do Decreto Lei Estadual nº 7572, foi extinto o Município de Guaratuba, passando a constituir um Distrito Municipal de Paranaguá. Pela Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947, foi restaurado o Município de Guaratuba, sendo instalado oficialmente no dia 25 do mesmo ano.

O nome Guaratuba foi dado pelos índios que habitavam a região na época do descobrimento do Brasil. Significando muitos guarás, devido à grande quantidade de pássaros guarás, uma ave de plumagem vermelha, onde atualmente pouquíssimas são vistas na região. GUIRÁ significa a ave, a garça e TUBA significa muito.

Quanto aos aspectos geográficos, Guaratuba está localizada no litoral paranaense, distante 120 km da capital Curitiba, possui 22 km de orla dividida em 06 (seis) praias: Villarreal, Central, Cristo, Brejatuba ou Braba, Praia das Caieiras e a Prainha. Sua área é de 1.327,3 km, e a população estimada é de 32.095 habitantes, no ano de 2010.

A Baía de Guaratuba é segunda maior do Estado do Paraná. Sendo a primeira a Baía de Paranaguá. Localizada no litoral sul do estado, com uma área de 48,57 Km. Ilhas, mangues, vegetação típica e rios, fazem parte dessa paisagem da natureza, e era o único acesso que a comunidade dispunha para chegar à antiga Vila no começo da colonização. A cada nove dias a água da baía é renovada através das ações das correntes e no processo de vazante e enchente da maré, em função do tamanho do canal da entrada da barra, este é o tempo mínimo para uma limpeza natural ideal. Na baía encontram-se várias ilhas, entre estas: Ilha do Capim, Ilha das Garças, Ilha dos Ratos, Ilha do Capinzal, Ilha de Itacolomi, Ilha do Chapéu e outras. A Ilha do Capim era conhecida anteriormente pelo nome de Guará, por ser preferida para o pouso de aves do mesmo nome.

Os municípios limítrofes ao município são: ao norte encentra-se Morretes e Paranaguá. Ao sul, o município de Itapoá em Santa Catarina, ao leste Matinhos e a Oeste os municípios de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O Município de Guaratuba é uma cidade turística, repleta de belezas naturais e atrações turísticas. Entre estas atrações, sendo uma das mais

importantes e um símbolo para o município, encontra-se um mirante natural, o Morro do Cristo. Este oferece uma bela paisagem do Oceano Atlântico e uma vista de toda a cidade. Sua inauguração ocorreu no dia 23 de junho de 1953. Possui 38,50 metros de altura, e o acesso ao alto do morro é feito por uma escadaria com 190 degraus. Encontra-se no alto, uma imagem do Cristo Redentor com 8,50 metros, que tem um braço estendido em direção à cidade, e outro sobre o corpo, com a mão no coração. Esta imagem foi doada ao município no ano de 1952 pela família João Cândido Ferreira. Cita-se como curiosidade que no coração da imagem foi colocado um frasco contendo água benta. Em 13 de maio de 2000, a imagem foi deslocada de sua base original, ganhando um pedestal de 6,5 metros de altura, com uma sala de memória, oratório e mirante.

O contato com a natureza também acontece no Salto do Paraty. É um recanto do município, que possui uma cachoeira, onde forma-se embaixo desta, uma lagoa de água cristalina. O recanto é ladeado pela Mata Atlântica totalmente preservada, possui trilhas, é de difícil acesso, sendo feito apenas de barco, moto, bicicleta ou a pé.

Outro local em grande harmonia com a natureza, onde também encontra-se a Mata Atlântica, rios, mangues e montanhas, é o Cabaraquara, que na língua Tupy/Guarani significa: ninho ou lugar de branco. Ostras nativas cultivadas no local e certificadas, são servidas em sítios e restaurantes ali instalados.

Outro ponto turístico que não se pode deixar de citar é a Gruta Nossa Senhora de Lourdes. A gruta situa-se no logradouro chamado Fonte do Itororó, na encosta do morro do Pinto. É uma fonte de água pura e cristalina, que abasteceu a comunidade por várias décadas até a implantação da rede de abastecimento em 1974. Desde que se tem conhecimento nunca faltou água nesta fonte. A imagem de Nossa Senhora de Lourdes abençoa este largo desde 30 de julho de 1935. Conta uma lenda que sua água é "benta", e quem bebe sempre retorna à cidade.

Situado no bairro Centro do município, o Largo da Carioca, onde uma fonte de água potável supriu a população que aqui se estabeleceu. Neste Largo encontra-se a imagem de São Luis de França, padroeiro de Guaratuba. São Luis nasceu no Castelo de Poissy, na França, no dia 25 de abril de 1215 e

foi canonizado em 1927 pelo Papa Bonifácio VIII. São Luis foi o quadragésimo Rei da França desde o início da monarquia, e nunca a França experimentou tanta paz e prosperidade como em seu período.

Próximo ao Largo da Carioca, na parte histórica de Guaratuba, está situada a Praça Coronel Alexandre Mafra, conhecida também como Praça Central.

O município também possui construções históricas, que são pontos turísticos, como a Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, que no ano de 1768 começou a ser construída. Foi desenhada por Afonso Botelho e construída pela comunidade, é de arquitetura religiosa colonial, suas paredes tem quase um metro de largura e apresenta uma fachada simples de alvenaria, assim como eram as demais igrejas litorâneas da época. Igreja pequena, da segunda metade do século XVIII, recebeu a benção do Reverendo Bento Gonçalves Cordeiro no dia 28 de abril de 1771, e no dia 29 de abril celebraram a primeira missa, data de comemoração do município. Durante um período de 86 anos, os sepultamentos eram realizados na Matriz, assim, várias ossadas foram retiradas na reforma da igreja na década de 30.

Quanto à economia, o Município de Guaratuba possui terras férteis onde são cultivados milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, laranja, banana, que atualmente faz parte da maior plantação do município. A pecuária destaca-se com rebanho de búfalos. A pesca, ainda artesanal, possui grande destaque sendo uma das suas principais fontes de riqueza. No setor terciário, o turismo, apesar de ser sazonal, também constitui fonte de receita para o município. Guaratuba é visitada anualmente por turistas de todo o país e também do exterior.

Com relação aos recursos de assistência social, o município de Guaratuba possui atualmente um (01) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que segundo o MDS e Combate à Fome

é a unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel construir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (Perguntas e Respostas, 2011, p. 10).

O CREAS oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Programa de Atendimento Especial de Medidas Sócio-Educativas – PAEMSE.

Guaratuba conta também com a Casa da Criança e do Adolescente, proteção de alta complexidade, sendo que de acordo com o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

O município também possui um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo este uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

De acordo com o MDS, o CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. O CRAS também possui a atribuição de gestão territorial da rede de assistência social básica, desenvolvendo a organização e a articulação das unidades a ele referidas e a administração dos processos nele envolvidos.

Seu principal serviço ofertado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

O CRAS de Guaratuba recebe o nome de CRAS Novos Horizontes, este atualmente possui 4.305 famílias cadastradas. Os serviços ofertados são: plantão social; atendimento psicossocial; INSS; Passe Livre; Cadastro Único; Programa Bolsa Família. Ainda são componentes integrantes do trabalho do CRAS: encaminhamento para acesso do Passe Livre do Deficiente; Programa Leite das Crianças; visitas domiciliares e acompanhamento domiciliar; encaminhamento para os Programas Tarifa Social de Água e Energia Elétrica; Programa Horta Comunitária; Carteirinha do Idoso; acompanhamento do Programa BPC na escola; carteirinha do idoso visando o estacionamento em vaga privativa. Além do CRAS urbano, o município de Guaratuba oferta o CRAS Volante que presta atendimento social às famílias em situação de

vulnerabilidade e risco social que residem na zona rural, garantindo o acesso aos serviços ofertados.

O CRAS Novos Horizontes é constituído pela seguinte equipe de profissionais: cinco (06) Assistentes Sociais, sendo um deles coordenador; um (01) psicólogo; um (01) orientador; um (01) técnico administrativo - recepção; um (01) gestor do Bolsa-Família; um (01) técnico administrativo – cadastro do leite; um (01) técnico administrativo – cadastro; dois (02) motoristas; dois (02) serviços gerais.

Guaratuba conta também com programas, sendo estes: Programa Família Paranaense, o qual tem como atribuição articular as políticas públicas de várias áreas do Governo, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em maior situação de vulnerabilidade e risco no Paraná. Seu objetivo é estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside.

Há também, o Programa de Erradicação da Evasão Escolar, desenvolvido em parceria com as escolas do município e estado, visando combater o abandono escolar, no qual as famílias que possuem crianças/adolescentes com uma grande quantidade de faltas sem justificativa, são visitadas, orientadas e acompanhadas no intuito de promover o retorno dos mesmos no ambiente educacional.

O Programa Jovem Aprendiz é coordenado pelo CRAS e acontece em parceria com empresas privadas e SENAC, no intuito de oportunizar aos adolescentes na faixa etária de 14 a 16 anos a conseguirem o primeiro emprego formal e adquirir experiência no mercado de trabalho, contribuindo para a formação profissional do mesmo.

O CRAS também desenvolve um programa com gestantes. Semanalmente, nas dependências do CRAS, realiza-se a confecção de variados trabalhos manuais, onde gestantes preparam artigos para constituir o enxoval de seus bebês. Já as mulheres, em suas oficinas, aprendem crochê, bordados, pinturas em panos de prato, decoração em caixas de MDF, entre outros.



Também acontecem em alguns encontros palestras/orientações apresentadas por um médico da UBS do bairro Piçarras, juntamente com sua equipe, formada por enfermeira e agentes comunitários, voltadas a assuntos de interesses das gestantes, como primeiros cuidados com o recém-nascido, amamentação, etc, e das mulheres, como hipertensão arterial, tabagismo, menopausa, e outros. As oficinas são supervisionadas pela orientadora social, e pela psicóloga, a qual faz atendimento psicossocial às participantes.

O órgão gestor é a Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social, responsável pela formação, execução e organização da Política de Assistência Social no Município de Guaratuba, tendo atualmente como secretária, a senhora Nilsa Borges.

A secretaria executiva dos conselhos é composta pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

As reuniões dos Conselhos acontecem todos os meses e são abertas à comunidade em geral.

Outro serviço ofertado pelo município é realizado através do Centro de Convivência Sofia Kempinski Vieira, SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Idosos. São realizadas atividades para completar o trabalho social com a família, prevenindo circunstâncias de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; promove atividades com acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades, com acompanhamento do CRAS. Participam das atividades: idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; idosos com vivências de isolamento por ausência de possibilidade a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e desimpedimentos indiquem a inclusão no serviço.

Tem-se também, a Unidade Social Marcílio Dias – USMD, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a15 anos – SCFV. Esta Unidade possui como objetivo a promoção de atividades com crianças, familiares e

comunidades, para consolidar relações e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente combinado ao PAIF com seguimento do CRAS.

## 1.2 PRIMEIRAS-DAMAS DO BRASIL.

Primeira-dama é o título que recebe a esposa de um governante em várias posições do poder. Atribui-se principalmente à esposa do presidente de um país, mas também, quando o homem é eleito governador ou prefeito. O marido da mulher que é eleita para um cargo político, por sua vez, é denominado de primeiro-cavalheiro, como é o caso do Município de Guaratuba, onde tem-se uma mulher como governante, a Prefeita Evani Justus.

Segundo Moíza Siberia Silva de Medeiros (2012)

de acordo com o site da National Library First Ladies (Biblioteca Nacional das Primeiras-Damas) dos Estados Unidos, a denominação First Lady ou primeira-dama teria surgido nos Estados Unidos quando o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) teria utilizado-o para referir-se à mulher de seu antecessor James Madison, na cerimônia fúnebre dela". (MEDEIROS, 2012, p. 16).

O termo, "primeira-dama", não é um título oficial, mas é comumente utilizado principalmente pela comunicação social em todo o mundo para designar a mulher de um governante.

Um trecho da palestra pronunciada por Isabel Amaral, na Escuela Internacional de Protocolo – EIP – (2008), em Madrid, cita que,

a Primeira Dama, com efeito, cedo fez parte da vida política norte americana. Basta recordar que, já em 1877, Lucy, a mulher do presidente Rutherford B. Haynes, não hesitou em definir a sua própria agenda e em ter um programa autônomo, sobretudo no plano da ação e da solidariedade social. Depois dela, muitas foram as mulheres dos presidentes dos Estados Unidos que adotaram comportamento idêntico ao de Lucy Haynes, com destaque para Eleanor Roosevelt – que levou a extremos nunca vistos o papel de Primeira Dama (AMARAL, 2008).

O exemplo da América do Norte foi seguido pelos seus vizinhos do Centro e do Sul, que passaram a empregar este termo em alguns países, conforme indica Amaral (2007),

a partir do século XX, a figura da primeira-dama desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços aos quais ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher (AMARAL, 2007, *apud* MEDEIROS, 2012, p. 17).

O quadro começa a alterar-se na Europa na segunda metade do século XX, e a esposa do chefe de Estado, desde que não seja uma rainha, vai progressivamente participando na vida pública do seu país. Isto tem a ver com mudanças ocorridas nas sociedades europeias, entre elas a autonomia da mulher, sua entrada no mercado de trabalho e a crescente ação na vida política.

Afirma Isabel Amaral (2008), em outro trecho da palestra na EIP,

a Primeira Dama ocupa (é verdade que em nome do marido, em sua representação) espaços a que ele não chega, produz discursos e representa papéis que, melhor entendidos pelo fato de terem origem numa mulher, prolongam e consolidam o estatuto, o poder e a popularidade do marido (AMARAL, 2008, p. 2).

O papel da primeira-dama, acima de tudo feminino, destaca-se e reforça a idéia de que a mulher e a assistência social se completam por estarem ambas ligadas aos ideais humanitários e à percepção para as atividades caritativas.<sup>2</sup>

Por isso, Torres (2002) analisa que

aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações (TORRES, 2002, p. 22).

---

<sup>2</sup> Cita Torres (2002), que “o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a intervir no social, através de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o Estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerando-se que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia” (TORRES, 2002, p.24).

Na história do Brasil, os papéis sociais das primeiras-damas remetem ao período sócio-histórico do Brasil. De acordo com Torres (2002), “há indícios de que a figura da primeira-dama no Brasil comece a aparecer desde o século XIX quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil” (TORRES, 2002, p. 79).

Maria Leopoldina Josefa Carolina nasceu em Viena no dia 22 de janeiro de 1797, e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826. Foi arquiduquesa da Áustria, imperatriz do Brasil entre os anos de 1822 a 1826, e rainha de Portugal por um curto período de oito dias.

Segundo Silva (2009), “D. Leopoldina recebeu uma educação requintada, tornando-se uma pessoa culta, tendo por hábito a leitura, pintura e a poesia” (SILVA, 2009, p. 60).

Ainda de acordo com a mesma autora (2009), “Dom João, rei de Portugal e Brasil, desejava casar o seu herdeiro, Dom Pedro Orleans Bragança com a D. Maria Leopoldina, pertencente à família tradicional da Europa” (SILVA, 2009, p. 60). O casamento ocorreu no mês de maio de 1817, celebrado por representação, sendo uma espécie de tratado de interesses econômicos e políticos entre países, com objetivo de realizarem bons acordos políticos.

Após a Revolução do porto de 1820, e o regresso de Dom João VI a Portugal em abril do ano de 1821, Dom Pedro I assume como regente no Brasil. Surgem assim, demonstrações de descontentamento aos primeiros sinais de esforço de recolonização.

Dom Pedro recebia informações de fatos ocorridos na Europa, através de D. Leopoldina, que além de bom olhar político, era quem daria motivos ao príncipe para renunciar à idéia de retorno a Portugal.

Torres (2002) entende que

a lucidez com que essa mulher percebeu o jogo político da corte portuguesa é impressionante. O fato de Dom Pedro I ter ouvido os seus conselhos – pois vivia-se em uma época em que ser mulher implicava inexpressividade e uma condição de passividade e de imanência doméstica, a ponto de a mulher ser, inclusive, confundida

com as propriedades do seu senhor – indica que, possivelmente, Dona Leopoldina recebera uma educação diferente, de princípios nobres, altivos...devendo-se concluir que ela fora formada fundamentalmente para ser imperatriz, isto é, para ter poder de participação e de decisão política própria dos nobres, papel que mais tarde seria decisivo nos rumos políticos da nação brasileira (TORRES, 2002, p. 80-81).

Assim, após manifestações de apoio para que o regente permanecesse no Brasil, Dom Pedro I anunciou sua decisão no dia 9 de janeiro de 1822, o qual torna-se conhecido como o “Dia do Fico”. Neste mesmo ano, do dia 1º de agosto, Dom Pedro declarou inimigas todas as tropas enviadas de Portugal que não possuíssem sua autorização.

Com a proximidade de uma guerra civil, onde se pretendia separar a Província de São Paulo do resto do Brasil, Dom Pedro I passou o poder para D. Leopoldina no dia 13 de agosto de 1822, partindo após, para São Paulo. Assim, D. Leopoldina foi nomeada Chefe de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil, com todos os poderes legais para governar o país durante a ausência de seu esposo.

Ainda neste período, D. Leopoldina recebe a informação de uma imediata ação contra o Brasil, a qual exigia o retorno do príncipe à Portugal, pois a presença de Dom Pedro no Brasil dificultava o desejo do governo português de recolonizar o país.

No dia 2 de setembro de 1822, sem aguardar o retorno de Dom Pedro, D. Leopoldina reuniu-se com o Conselho de Estado e assinou o Decreto da Independência, significando a separação do Brasil de Portugal.

Torres explica que,

é assim que Dona Leopoldina assumiu um compromisso como imperatriz ao lado do príncipe Dom Pedro I na vida pública da nação brasileira, tanto que a sua independência contou com a decisão fundamental dessa mulher que tinha ascensão sobre o governante, chegando, inclusive, a exigir-lhe uma posição: é agora ou nunca (TORRES, 2002 p. 82).

A participação dessa primeira-dama foi importante no quadro político brasileiro, pois foi naquele contexto que nasceu o primeiro-damismo no país.

Posteriormente e afastando-se de suas origens, o primeiro-damismo começou a desenvolver atividades assistencialistas e paternalistas.

Torres (2002) relata que desde essa época nunca se ouviu falar de outro trabalho que tivesse sido exercido por outra primeira-dama. Que durante o período do Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), não foi informado pela historiografia, qualquer trabalho realizado pelas primeiras-damas (TORRES, 2002, p. 84).

#### 1.2.1 As primeiras-damas no período da República Velha

Na República Velha, várias foram as primeiras-damas do Brasil. Começando com Dona Mariana Cecília de Sousa Meirelles da Fonseca, tendo ocupado tal posição de 1889 até 1891. Foi esposa do primeiro presidente do Brasil, Manuel Deodoro da Fonseca.

Na sequência pode-se citar Josina Vieira de Araújo Peixoto, esposa de Manuel Floriano Vieira Peixoto, o qual presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894. Josina manteve a família sempre afastada da vida política de seu marido, não se tendo conhecimento de qualquer atividade social ou benemerente desenvolvida nesse período.

A próxima primeira-dama foi Adelaide Benvinda da Silva Gordo de Moraes e Barros, esposa de Prudente de Moraes e Barros, o terceiro presidente da República do Brasil, entre os anos de 1894 e 1898.

A primeira-dama vinda na sequência é Dona Ana Gabriela de Campos Sales, esposa de Manuel Ferraz de Campos Sales, o qual governou entre os anos de 1898 e 1902.

Ainda na República Velha, tivemos como quinto presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, ocorrendo seu mandato entre os anos de 1902 e 1906. Como já era viúvo de Ana Guilhermina de Oliveira Braga, suas duas filhas assumiram o papel de primeiras-damas.

Após vieram como primeiras-damas Dona Maria Guilhermina de Oliveira Pena, esposa de Afonso Augusto Moreira Pena, com mandato entre os anos de 1906 e 1909; Dona Anna de Castro Belisário Soares de Sousa, cujo apelido era Anita, deixou a casa paterna para viver com uma tia e, assim, poder se casar com Nilo Peçanha, um cidadão pobre e mulato, embora político com

futuro favorável. Exerceu o cargo de primeira-dama do país entre os anos de 1909 e 1910.

A próxima primeira-dama foi Orsina Francioni da Fonseca, primeira esposa de Hermes da Fonseca, casando-se com seu primo-irmão no dia 17 de dezembro de 1877, aos dezoito anos de idade. Logo após a morte de Orsina, em homenagem à falecida, adicionou-se ao Instituto Profissional Feminino o nome Orsina da Fonseca. A primeira-dama, juntamente com o marido, havia visitado um instituto e se afeiçoara às meninas pobres, a maioria órfã, prestando-lhes assistência social. Além disso, auxiliou o Marechal Emílio Mallet na fundação do Orfanato Osório. Faleceu no Palácio Guanabara aos cinquenta e três anos, no dia 30 de novembro de 1912. Em janeiro de 1913, Hermes da Fonseca casou-se com a caricaturista Nair de Tefé Von Hoonholtz, sucedendo Orsina como primeira-dama do Brasil.

Na sequência a primeira-dama foi Maria Carneiro Pereira Gomes, casada com Wenceslau Braz Pereira Gomes, tendo seu mandato de presidente entre os anos de 1914 e 1918.

Francisca de Abreu Ribeiro foi primeira-dama do Brasil no período de 1918 e 1919, durante a presidência de Delfim Moreira, seguida por Maria da Conceição de Manso Saião, segunda esposa de Epitácio Pessoa que governou o país de 1919 a 1922. Após foi a vez de Clélia Vaz de Melo, esposa de Artur Bernardes, presidente no período entre 1922 e 1926.

Sophia Oliveira de Aguiar e Paes de Barros foi primeira-dama do Brasil entre os anos de 1926 e 1930, mulher de Washington Luís Pereira de Sousa. E, Alice Viana, casada com Júlio Prestes de Albuquerque, o último presidente do Brasil na República Velha. Júlio Prestes acabou não assumindo o cargo de presidente da República, impedido devido à Revolução de 1930.

### 1.2.2 O período do Estado Novo

O período que vai do ano de 1937 a 1945 é conhecido como Estado Novo. Neste período, entre os anos de 1934 e 1945, tem-se como primeira-dama Dona Darcy Vargas, esposa de Getúlio Dornelles Vargas.

Segundo Simili (2008), “Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Casou-se com Getúlio Dornelles Vargas no ano de 1911, aos 15 anos de idade” (SIMILI, 2008, p. 1). Portanto, Dona Darcy,

como ficou conhecida, acompanhou a trajetória política de Getúlio Vargas desde o período em que ele foi deputado estadual Getúlio Vargas (1909-1913 e 1917-1921) e deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1922-1926). Getúlio Vargas também foi Ministro da Fazenda no governo Washington Luis (1926-1927), governador do estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), chefe do governo provisório instalado em 1930, e presidente da República (1934-1945) e (1951-1954).

No Rio Grande do Sul, no ano de 1930, Dona Darcy criou a Legião da Caridade, uma associação constituída por mulheres da elite gaúcha. Conforme Simili (2008), “estas mulheres produziam roupas, arrecadavam e distribuíam alimentos para as famílias, cujos pais, maridos e filhos seguiram acompanhando Getúlio Vargas na política (SIMILI, 2008, p. 2).

Dona Darcy, como primeira-dama nos anos entre 1930 e 1940, participou da fundação de várias entidades assistenciais salientando-se nesse decorrer a criação em 1938, da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, tendo como objetivo, prestar assistência a crianças e adolescentes, denominados menores, que se dedicavam à venda de jornais no centro da capital carioca. Segundo Simili (2008), a Casa do Pequeno Jornaleiro era

uma obra destinada à infância, desvalida, impondo, assim, sua participação no âmbito das políticas assistenciais defendidas pelo Estado e pelo empresariado no que tange ao tratamento, de questões sociais relativas à infância (SIMILI, 2008, p. 82, *apud* SILVA, 2009).

O papel social das esposas dos presidentes brasileiros, ou seja, de primeiras-damas como estamos concebendo neste estudo, reapareceu no Brasil com o Governo de Getúlio Vargas. O presidente criou uma instituição de Bem-Estar social para a atuação da primeira-dama Darcy Vargas, que assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Concordamos com Torres (2002), quando afirma que Getúlio Vargas criou a LBA e colocou sua esposa como presidente do órgão “com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política”. (TORRES, 2002, p. 86).

A atuação de Dona Darcy na presidência da LBA, durante o período de



participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi um acontecimento expressivo em sua trajetória de mulher pública e primeira-dama. Com sua extrema habilidade e capacidade de articulação política, conseguiu agregar o trabalho de inúmeras mulheres voluntárias, para a realização de ações de caráter assistencialista e filantrópico.

No ano de 1943, quando ocupava a presidência da LBA e também administrava a Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, Dona Darcy sofre o choque pela perda de seu filho caçula, Getúlio Vargas Filho, aos 23 anos de idade, afastando-se assim, da presidência da LBA. Com este afastamento a instituição enfraquece em sua base, adquirindo novo impulso somente mais tarde, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), com a primeira-dama Sarah Kubitschek.

### 1.2.3 O período da República Nova

Na sequência tem-se o período da República Nova, tendo entre as primeiras-damas Dona Luísa Linhares, casada com José Linhares, que governou o Brasil entre o dia 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Dona Luísa Linhares é seguida por Carmela Teles Leite Dutra, esposa de Eurico Gaspar Dutra. Chamada de Dona Santinha foi primeira-dama do Brasil no período de 31 de janeiro de 1946 até a sua morte em 1947. Católica e influente sobre o marido, Dona Carmela foi responsável, como primeira-dama, em abril de 1946 pela proibição do jogo no Brasil, e a extinção do PCB - Partido Comunista Brasileiro, em maio do mesmo ano. A pedido da primeira-dama foi construída uma capela situada nos jardins do Palácio da Guanabara, sendo inaugurada no dia 30 de setembro de 1946. A Capela Santa Terezinha, como é chamada, foi oferecida à Nação.

Novamente, Dona Darcy Vargas volta a ser primeira-dama do Brasil entre os anos de 1951 e 1954. Depois, como sua sucessora, Dona Jandira Carvalho de Oliveira, entre os anos de 1954 e 1955, esposa de João Fernandes Campos Café Filho. Após, tem-se Graciema da Luz, esposa de Carlos Coimbra da Luz, presidente interino da República, de 8 a 11 de novembro de 1955, tornando-se o presidente do Brasil que ocupou a cadeira presidencial pelo menor espaço de tempo.

Segue-se com Beatriz Ramos, esposa de Nereu Ramos, que assume o Governo provisoriamente no período de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.

Depois de Dona Darcy, a primeira-dama de maior expressão foi Dona Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, esposa de Juscelino Kubitschek, que governou o país entre os anos de 1956 a 1961. Sara Kubitschek foi a fundadora da Organização das Pioneiras Sociais e realizou um trabalho assistencialista de grande expressão no país, destacando-se a construção de escolas no interior e a implantação de hospitais-volantes em vários estados, e ainda, hospitais flutuantes nas regiões ribeirinhas.

Entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, foi a vez de Dona Eloá do Vale Quadros, esposa de Jânio Quadros, que renunciou ao mandato.

Dona Sílvia Mazzilli é a próxima primeira-dama, em dois breves períodos, 1961 e 1964. Era esposa de Pascoal Ranieri Mazzilli.

Segue-se com Maria Thereza Fontella Goulart, esposa do presidente João Goulart, que foi primeira – dama no período de 1961 até 1964, quando seu marido foi deposto pelo golpe militar. Foi a primeira-dama mais nova da história do Brasil, com vinte e um anos de idade à época da posse. Ela foi responsável pela fundação da sede da LBA em Brasília. Ela atraía a alta sociedade paulista e brasiliense para eventos de caráter beneficente.

#### 1.2.4 As primeiras-damas do Regime Militar

Durante o regime militar as primeiras-damas não ocuparam papel de destaque. Torres (2002) informa que naquela conjuntura histórica,

a figura da primeira-dama é pouco divulgada. Isto é, as mulheres dos presidentes militares não assumiram função de destaque no regime. Com exceção de Dona Yolanda Costa e Silva, elas assumiram a a presidência de honra da LBA – e desenvolveram atividades assistencialistas, sobretudo no âmbito dos estados, incentivando o trabalho das primeiras-damas estaduais (TORRES, 2002, p. 97).

Ainda assim, optamos por manter a sequência histórica das primeiras-damas, iniciando por Antonieta Castelo Branco Diniz, primeira-dama do Brasil

durante o período de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967. Ela era filha de Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro da série de presidentes do Regime Militar, instituído pelo golpe militar de 1964. Castelo Branco já era viúvo de Argentina Vianna, falecida em 1963. Dona Antonieta não teve grande evidência e expressão em seu posto, apenas acompanhava seu pai em solenidades oficiais.

Na seqüência tem-se Dona Yolanda, primeira-dama do Brasil entre os anos de 1967 e 1969. Era esposa de Arthur da Costa e Silva. Dona Yolanda Costa e Silva escreveu um livro de memórias chamado “A Verdade, Nada Mais que a Verdade” e faleceu no dia 28 de julho de 1991, aos 81 anos de idade.

Continuando, tem-se Scila Gaffrée Nogueira, esposa de Emílio Garrastazu Médici, que exerceu o cargo de primeira-dama do país no período entre os anos de 1969 a 1974. Dona Scila tornou-se primeira-dama com a idade de um pouco mais de sessenta anos, limitando-se aos afazeres de dona-de-casa. Faleceu aos noventa e cinco anos de idade, no dia 25 de janeiro de 2003, no Rio de Janeiro.

Lucy Markus Geisel era esposa de Ernesto Geisel, seu primo em primeiro grau. Ela formou-se professora primária em Cachoeira, e foi primeira-dama do Brasil entre os anos de 1974 e 1979. A primeira-dama era discreta, vista em raras cerimônias oficiais. Ficou viúva em setembro de 1996. Dona Lucy faleceu no Rio de Janeiro, no dia 3 de março de 2000, em um acidente de carro provocado por um motorista que desrespeitou o sinal vermelho, aos oitenta e dois anos de idade.

Após, temos Dona Dulce Maria de Guimarães Castro Figueiredo, casada com o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Foi a última primeira-dama do período da Ditadura Militar no país, sendo que aquele presidente governou o Brasil entre os anos de 1979 a 1985. Seu falecimento é recente, em 6 de junho de 2011, aos oitenta e três anos de idade, no Rio de Janeiro.

#### 1.2.5 As primeiras-damas durante a Nova República

Risoleta Guimarães Tolentino Neves, não chegou a ser oficialmente primeira-dama do Brasil, devido ao falecimento de seu marido Tancredo Neves,

antes de tomar posse da presidência. Dona Risoleta faleceu aos oitenta e seis anos de idade, no dia 21 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro.

Segue-se com Dona Marly Macieira Sarney, esposa do ex-presidente José Sarney. Primeira-dama durante o mandato de seu marido, entre os anos de 1985 e 1990. Atuou como presidente do Conselho Administrativo da LBA até 1988.

Na seqüência tem-se Dona Rosane Collor de Mello, primeira-dama do Brasil durante a presidência do ex-marido Fernando Collor de Mello, entre os anos de 1990 e 1992. A atuação de Rosane Collor de Mello deixou uma amarga impressão na história recente do país.

Aos dez anos de idade, Rosane mudou-se para Maceió, onde estudou no Colégio Santíssimo Sacramento, um colégio de freiras. Dona Rosane possui diploma em Administração de Empresas, e trabalhou como recepcionista da seção alagoana da LBA, isto antes de conhecer Fernando Collor.

O casamento entre Dona Rosane e Fernando Collor realizou-se no ano de 1984. No dia 20 de março de 1990, Dona Rosane Collor assume o cargo de Presidente da LBA, que era considerado o principal órgão de assistência social do governo federal.<sup>3</sup>

Ao iniciar seu trabalho na LBA, Rosane Collor percorreu todo o país, identificando as desigualdades sociais existentes no Brasil. Seu objetivo resumia-se na diminuição dessas desigualdades, por intermédio do atendimento das necessidades da população de baixa renda assistida pela LBA.

Falcão (1990) afirma que o primeiro-damismo, sob a compreensão ideológica do projeto do governo Collor intitulado *Minha Gente* “volta a ressurgir na Era Collor com a missão de contribuir para alterar o quadro sócio-econômico do país, reduzindo as desigualdades sociais pelo atendimento das necessidades da população de baixa renda assistida pela LBA” (FALCÃO, 1990, *Apud* Torres, 2002, p. 98)

Todos os que apoiavam o governo, citavam Rosane Collor como sendo uma pessoa que se dedicava aos que Fernando Collor chamou de

---

<sup>3</sup> Segundo Sposati (1995) “a LBA era considerada uma instituição tão importante no ‘Brasil Novo’ que, para presidí-la o presidente Collor designou sua própria mulher” (SPOSATI, 1995).

“descamisados”. Na realidade, a primeira-dama assume a presidência da LBA colocando em sequência um desempenho assistencialista e deprimente junto aos setores pauperizados. Afirma Paixão (1991, p.139) que “vivemos a reiteração da visão fragmentária, administrativa, burocratizada e desprofissionalizante da questão social” (PAIXÃO, 1990, *apud* Torres, 2002, p. 100)

O governo Collor não admitiu as representações da sociedade, excluindo as forças populares do processo decisivo na sociedade “lateralizando as organizações políticas dos trabalhadores, estabelecendo o discurso diretamente com a grande massa, com os descamisados”. (PAIXÃO, 1990 *apud* Torres, 2002, p. 101).

Na verdade, não ocorreram atividades significativas com o retorno do primeiro-damismo, já que a LBA não procurou solucionar as condições de pobreza da população. Ocorreu um retorno ao clientelismo, ao voluntariado, ao nepotismo político e às antigas práticas assistenciais, contrárias aos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Num contexto de acusações de corrupção dentro da LBA, Rosane Collor deixa o cargo de presidente do órgão em 1991.

Após o impeachment do presidente Fernando Collor, quem assume interinamente o papel de presidente da república é Itamar Franco, no dia 29 de dezembro de 1992. Itamar Franco era divorciado de Ana Elisa Junerus, e governou o Brasil entre os anos de 1992 e 1995. Itamar Franco faleceu no dia 2 de julho de 2011, em decorrência de leucemia.

Após tem-se como primeira-dama, Dona Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dona Ruth, como ficou conhecida, viveu em sua terra natal, Araraquara, até dezoito anos de idade. Depois, mudou-se para São Paulo, onde estudou antropologia na Universidade de São Paulo (USP). Dona Ruth era doutora em antropologia e atuou como docente e pesquisadora na USP e em várias instituições universitárias de diferentes países, tais como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a Universidade do Chile e a Universidade de Colúmbia. Também era membro do Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e membro da equipe de

pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo.

Enquanto Primeira-Dama, Dona Ruth criou e assumiu a presidência do Programa Comunidade Solidária-PCS, que foi instituído pelo Decreto nº 1.366 de 12 de janeiro de 1991, tendo como objetivo, o combate à exclusão social e à pobreza.

Muitos intelectuais acreditaram que aquele programa representava uma mudança de paradigmas em relação a assistência social, como Mota (2009) quando afirma que o Programa Comunidade Solidária

é um divisor de águas que apresenta a fórmula encontrada para substituir as velhas práticas de filantropia, financiadas pelo Estado brasileiro – muito próprias da história da assistência – e as “novas propostas de parceria entre Estado e sociedade, expressas na Reforma do Estado (MOTA, 2009, p.160).

Entretanto, para Torres (2002) o Programa Comunidade Solidária, declara uma característica ideopolítica bem definida, tratando-se de um programa assistencialista, e que atua acima das forças sociais. O mesmo autor afirma que

esse programa não só promove o desmanche dos direitos sociais, mostrando-se desfavorável à consolidação da assistência social como política pública, conforme estabelece a constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência, como também dá plenas condições ao trabalho político-partidário da primeira-dama, a qual visita todos os estados mostrando-se preocupada com os problemas sociais, envolvendo em suas ações órgãos federais de credibilidade, como as universidades e alguns ideólogos da socialdemocracia (TORRES, 2002, p. 105).

Assim, reafirma-se o primeiro-damismo como a regulação das ajudas e dos favores, como sendo estritamente assistencialista. Mantêm-se o conservadorismo característico do populismo tradicional, permanecendo as classes subalternas sob a dominação paternalista do Estado através do merecimento (TORRES, 2002).

Em 2000 Dona Ruth criou a organização não governamental Comunitas, onde atuou até a sua morte, no dia 24 de junho de 2008, em São Paulo, aos 77 anos.

Por fim, têm-se Dona Marisa Letícia Rocco Casa, primeira-dama do Brasil entre o período de 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2011, período em que seu marido, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) foi presidente da República. Dona Marisa não participou ativamente de nenhum projeto durante os oito anos como primeira-dama.

Nesse período, a assistência social alcançou maior visibilidade com a execução de políticas sociais vinculadas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual é responsável também pela gestão do maior programa de transferência de renda do país, o programa de governo denominado Bolsa Família.

Atualmente quem está governando o Brasil é Dilma Rousseff, divorciada de Carlos Franklin Paixão de Araújo. No âmbito da assistência social, os programas desenvolvidos representam uma continuidade do governo Lula.

Quanto às primeiras-damas de Guaratuba, não encontramos fontes sócio-históricas que informassem seus nomes e atividades desenvolvidas. Por isto, trazemos somente aquelas que obtivemos algum tipo de informação. Podemos citar os nomes de Dona Esther de Souza Jamur e de Dona Ivone.

Dona Esther é casada com Miguel Jamur, ex-prefeito de Guaratuba. Os mandatos assumidos pelo ex-prefeito foram: 1952/1955; 1960/1963; 1969/1972, tendo neste como vice-prefeito, Diógenes Caetano dos Santos, e o último mandato entre os anos 2005/2008 o vice-prefeito foi Everson Ambrósio Kravetz.

Outra primeira-dama de destaque foi Dona Ivone, esposa de José Ananias dos Santos. O ex-prefeito governou durante dois mandatos, 1993/1996, tendo como vice-prefeito Celso Nascimento Cordeiro e 2001/2004, sendo Miguel Jamur o vice-prefeito.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1.DIREITOS DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL**

As organizações humanas nem sempre foram patriarcais, pois estudos indicam que no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, tendo sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram

bastante igualitárias. A partir do momento em que o homem começou a produzir seus próprios alimentos, surgiram definições para os papéis de homens e mulheres.

Durante a história foram sendo organizadas diferentes formas de cultura social, sendo uma destas a patriarcal, a qual possui como centro a figura masculina. Com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades começaram a se fixar em um território. A caça cabia aos homens, e o cultivo da terra e o cuidado com as crianças cabia às mulheres por serem consideradas mais frágeis. Suas relações passaram a ser monogâmicas, tendo como objetivo a garantia da herança aos filhos legítimos. Os filhos mais velhos tinham privilégios, mas às mulheres tudo era proibido desde que não se destinasse à procriação.

Na Idade Média, as mulheres consideradas da elite mantinham pouco contato com os filhos, os quais confiavam às amas-de-leite e governantas. O mesmo destino das mães era reservado às filhas quando não lhes restava o celibato ou a vida religiosa. Tudo era pensado e elaborado para que o patrimônio (material ou moral) da família fosse aumentado e preservado. Segundo Torres (2002),

É preciso ressaltar que, no que concerne à educação de meninos e meninas em várias sociedades, inclusive na sociedade brasileira, permanece ainda um veio cultural assimétrico de resquícios da cultura do patriarcado, no sentido de primazia do sexo masculino sobre o feminino, presente na escola, nas instituições, nas organizações, enfim, nas relações sociais (TORRES, 2002, p. 75).

O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens ou do masculino, enquanto categoria social, e baseia-se fundamentalmente na exploração do homem sobre a mulher. O chefe de família além de possuir o poder econômico e político, ainda exercia sua autoridade sobre a mulher, filhos, e sobre agregados que estivessem sob sua tutela, podiam ser ricos ou pobres, não importava, trabalhavam nas suas terras e obedeciam. O patriarca decidia o que era certo e o que era errado, decidia também o futuro e o destino de seus filhos, levando em conta as necessidades da família e não de cada membro desta.

No Brasil Colônia, a mulher era tida como uma propriedade, primeiro do



pai, o qual arranjava o casamento da filha, e depois ao se casar era tida como propriedade do marido. As mulheres casavam muito cedo, entre doze e treze anos, pois aos quinze anos, segundo os homens, elas já haviam perdido o viço da juventude. Casando saíam da dominação de seus pais para entrarem na dominação de seus maridos, e assim, aquela que não gerasse filhos poderia até ser devolvida para a sua família, onde seria mantida em casa, humilhada ou seria mandada para um convento ou hospício. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, sendo assim, eram comuns os casamentos entre parentes para que a fortuna do clã e suas propriedades se mantivessem indivisíveis sob a chefia do patriarca.

Com a instalação dos portugueses no Brasil, além do marido, mulher e filhos, a família era composta também por outras pessoas, tendo como exemplos: amigos, padrinhos, afilhados e ex-escravos, as quais respeitavam e temiam o patriarca. O patriarca possuía o direito de controlar a vida de todos, e também de administrar as propriedades de sua esposa e filhos.

As mulheres e crianças eram amedrontados e não significavam nada, sendo que a mulher permanecia em casa supervisionando o trabalho doméstico dos escravos como a confecção de roupas e a destilação de vinhos. O patriarca era proprietário de terras imensas, nas quais se plantavam cana-de-açúcar, café, cacau e outros, os quais eram as bases da economia do Brasil. A sociedade colonial no Brasil, desenvolveu-se patriarcal principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia.<sup>4</sup>

Até metade do século XIX, a Casa Grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal. Os numerosos filhos e netos do patriarca nasciam na Casa Grande, onde eram traçados os destinos da fazenda e educados os futuros dirigentes do país. Segundo Freyre (2005),

no Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de

---

<sup>4</sup> Aqui, vale a lembrança de que em países de capitalismo central, sobretudo, Inglaterra, França e Alemanha, a Revolução Industrial consolidava o capitalismo concorrencial através da introdução e do desenvolvimento de novas forças produtivas. Nesse período, os donos dos meios de produção encontraram nas mulheres e crianças uma maneira de baratear a força de trabalho e aumentar os seus lucros. Por outro lado, os baixos salários recebidos pelos homens já não eram mais suficientes para o sustento da família, surgindo assim, a necessidade da mulher de receber um salário, sendo obrigada a vender sua força de trabalho para as indústrias. Apesar dessa nova organização familiar, permanece ainda a estrutura familiar tradicional patriarcal, sendo que nesse período de transição a mulher esteve submetida ao domínio, tanto de seu marido quanto do capital.

engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil (FREYRE, 2005, p. 271).

Naquele período, a Igreja ditava as normas a serem seguidas e obedecidas pela família. Os patriarcas eram contribuintes da igreja e se achavam os donos das capelas, mas não reconheciam a autoridade religiosa dos padres. Com o passar do tempo as normas religiosas foram enfraquecendo, deixando espaço para as normas legais admissíveis ao desenvolvimento social.

Nos primeiros anos da República a família patriarcal começou a enfraquecer, pois as cidades, as novas profissões, a luz elétrica, os bondes, as lojas comerciais, e as indústrias ameaçavam o patriarca, chegando assim o momento de abandonar a Casa Grande e mudar-se para um palacete na capital. O império do patriarca se reduz, agora ele é um industrial, um pioneiro no melhor estilo capitalista, um banqueiro, um grande negociante e também um fazendeiro. O patriarca é obrigado a ampliar seus negócios nos centros urbanos para que não perca seu patrimônio, assim, além da fazenda ele irá aplicar dinheiro em outras atividades.

No Brasil, assim como nos demais países do mundo, sinais de transformações de forma isolada começaram a ser vistos com os movimentos abolicionistas e republicanos. Devido à grande diferença da formação cultural existente no Brasil, a evolução dos direitos da mulher seguiu atrasada e lentamente. De acordo com Couto (2006),

as mulheres, os índios, as crianças e as minorias étnicas e religiosas foram incorporados como portadores de direitos somente a partir de grandes discussões, e suas inclusões deram-se em momentos diferentes, em sociedades distintas, e não de maneira homogênea e linear (COUTO, 2006, p 37).

Com a Constituição de 1824 surgem as primeiras escolas destinadas à educação da mulher voltadas a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e

ensino brasileiro de instrução primária, sendo ainda proibido que mulheres frequentassem escolas masculinas, tendo como motivos o convívio entre homens e mulheres que segundo a igreja poderia provocar relacionamentos não verdadeiros, e também, porque sendo a instrução dada aos homens em nível mais elevado, não poderiam as mulheres frequentar as mesmas escolas, sendo permitido apenas no século XX.

Neste mesmo século, através de uma participação ativa na sociedade, a mulher através de muita luta, foi adquirindo seus direitos. A Constituição de 1824 organizou o Estado brasileiro que passou a ser composto por quatro poderes, sendo estes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O direito de votar ficou estabelecido para todos os cidadãos livres, do sexo masculino, que tivessem 25 anos ou mais, e uma renda mínima de 100 mil réis. O limite de idade diminuía para 21 anos se o cidadão se tratasse de chefe de família, oficial militar, bacharel, clérigo e empregado público. Assim excluíram-se do direito do voto os escravos, as mulheres e os homens que não fizessem parte das exigências descritas, ou seja, analfabetos e pobres.

No dia 8 de março de 1857, na cidade norte americana de Nova York, 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, cruzaram os braços lutando pelo fim das péssimas e desumanas condições de trabalho. Entre estas, a luta pela redução da jornada de trabalho diária para dez horas, e não dezoito horas como eram exigidas. A polícia, a mando dos patrões, fechou as saídas da fábrica e a incendiaram. Assim, no ano de 1910 em uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o "Dia Internacional da Mulher" seria comemorado no dia 8 de março, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica. A data só foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975.<sup>5</sup>

A mulher para ser considerada absolutamente capaz, iniciou uma longa caminhada na busca de sua própria identidade. Quanto à legislação pertinente

---

<sup>5</sup> Com relação a discussão sobre direitos civis, políticos e sociais, vale lembrar que “data do século XVIII a discussão sobre os direitos civis, que se constituíram, em um primeiro momento, sob a égide do pensamento filosófico do jusnaturalismo e na perspectiva de confronto com o Estado absolutista, defendendo o direito do homem à liberdade, à segurança, à propriedade e à vida. É importante destacar que em parte daquele século a humanidade convivia com a escravidão, com o conceito de incapacidade em relação às mulheres, às crianças, aos índios, e era considerada natural a não-extensão desses direitos a esses segmentos populacionais, bem como a exclusão de homens escravos e não proprietários (COUTO, 2006, p.46).

a ampliação de direitos à mulher, destaca-se a Lei 4.121, de 27 de agosto 1962, Estatuto da Mulher Casada, o qual dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada e o Art 233 do Código Civil que reconhece a mulher como integrante da sociedade conjugal, ainda que de forma subordinada. Reza o referido Artigo, que “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos” (Código Civil, 1916).

Várias mudanças na organização social surgiram requerendo assim uma nova forma de valor, na busca às individualidades e ao imediatismo, surgindo assim, a procura por igualdade de gênero. São estabelecidos novos papéis familiares, os quais modificam a forma de relacionamento entre os homens e as mulheres, e entre os pais e os filhos. Contudo, na atual realidade social, podemos observar que a sociedade ainda assume a força patriarcal, gerando inclusive, algumas expressões da “questão social”, cujo exemplo mais contundente refere-se as inúmeras formas de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

No campo do trabalho houve a criação de leis, mas restando ainda muitas barreiras a serem ultrapassadas, principalmente em se tratando de proteção e incentivo ao trabalho da mulher.

Na década de 1930 as mulheres ocupavam cargos nas indústrias, entre elas: tecelagem, fiação, calçados, vestuário e outros, com faixas salariais mais baixas. Uma das conquistas femininas da história do Brasil é o direito ao voto, pois até 1932, isto era direito apenas dos homens. Em 24 de fevereiro de 1932 o exercício da cidadania foi concedido às mulheres casadas, viúvas e solteiras desde que tivessem renda própria, mas essas restrições foram eliminadas em 1934. Somente em 1946 a obrigatoriedade em votar foi estendida às mulheres.

No Brasil, em termos jurídicos, somente na Constituição Federal de 1988 é que a mulher conquista, ao menos na letra da lei, princípios de igualdade socio-político-econômica. No artigo 5º. da Constituição de 1988, considerada a mais cidadã já elaborada em nosso país, consta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

igualdade, à segurança e à propriedade” (CF, 1988).<sup>6</sup>

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, que substituiu o Código Civil de 1916, consolidaram alguns direitos femininos já existentes no conjunto das relações sociais. A família não seria mais regida pelo pátrio poder. A Constituição da República Federativa do Brasil é considerada o marco de mudança social de quebra de paradigmas, fazendo referência aos homens e mulheres de forma igualizada.

A partir da década de 1960, nos Estados Unidos, começaram a surgir os Movimentos Feministas, que após espalharam-se pelos países ricos do ocidente, promovendo a categorização de gênero, disseminada a partir da década de 1970.

No ano de 1975, realizou-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU-Organização das Nações Unidas, instituindo-se a década da mulher. Nos anos 1990, o movimento social de mulheres foi ampliado e surgiram várias organizações não-governamentais (ONGs), destinadas a defesa de direitos da mulher. A Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977 instituiu a Lei do Divórcio, a partir da qual as pessoas divorciadas passam a ter novas oportunidades de regularização de suas relações afetivas. Ainda assim, o casamento permaneceu como a única entidade de união estável reconhecida pelo direito brasileiro.

## 2.2. A MULHER E O PRIMEIRO-DAMISMO.

A vida cotidiana do ser humano é guiada e constituída por relações sociais, valores, representações materiais, reproduções do imaginário e normas morais. O ser social busca firmar sua individualidade, sua construção social, sua auto imagem, saber quem ele é, tanto em relação à sociedade, quanto em relação aos outros seres sociais e a si próprio.

Neste sentido, Torres (2002) afirma que,

---

<sup>6</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a primeira das sete constituições brasileiras que faz menção expressa aos homens e mulheres, sendo um marco de mudança social de quebra de paradigmas, buscando igualdade dos direitos humanos.

é clara a nossa compreensão de que a identidade de homens e mulheres é uma construção social que advém da formação do ser social, da forma como o mundo da vida lhes foi apresentado, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social (TORRES, 2002, p. 38).

Dessa forma, é dentro de uma sociedade que os sujeitos históricos se reconhecem e são reconhecidos e, inserida nesta ordem de construção da identificação social, está a identidade de gênero. Homens e mulheres se definem e se reconhecem, sendo que esta construção é histórica e tem sua origem na formação do ser social e do modo como sua vida está incluída no mundo, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social.<sup>7</sup>

O Estado brasileiro, durante a Segunda-Guerra, viu-se pressionado a elaborar planos para enfrentar os problemas sociais, assim, o Estado lança mão de princípios assistencialistas para impressionar a sociedade nas problemáticas vinculadas à “questão social”, sendo que as atividades de filantropia e assistencialismo ficam centralizadas na primeira-dama. Neste sentido, Torres (2002) analisa que “a assistência social não é apresentada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes” (TORRES, 2002, p. 40).

Essas relações políticas vêm nas atividades das primeiras-damas meios estratégicos essenciais para garantir as características de certas administrações do governo. Através de suas atividades assistencialistas, acabam dando apoio político ao poder local, sendo esses trabalhos analisados pelos setores subalternizados como ações humanitárias realizadas pelos próprios governantes.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Levando-se em consideração a presença de uma cultura patriarcal na formação sócio histórica brasileira, Torres (2002) reafirma que “é preciso ressaltar que, no que concerne à educação de meninos e meninas em várias sociedades, inclusive na sociedade brasileira, permanece ainda um veio cultural assimétrico de resquícios da cultura do patriarcado, no sentido de primazia do sexo masculino sobre o feminismo, presente na escola, nas instituições, nas organizações, enfim, nas relações sociais.” (TORRES, 2002, p. 75).

<sup>8</sup> Entretanto, Torres (2002), alerta para o fato de que “não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essa mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local. Isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas”(TORRES, 2002, p. 21-22)

A representação da primeira-dama no Brasil começou a aparecer quando Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, resolveu assumir sua participação política nos rumos da Independência do Brasil.

A atuação das primeiras-damas dos governos posteriores passaram a desenvolver atividades assistenciais ligadas ao clientelismo, a filantropia e ao assistencialismo, diferente do governo de Dom Pedro I, onde o primeiro-damismo nasce como gestão política de racionalidade decisória.

Após esse período, somente no governo de Getúlio Dornelles Vargas reaparece a expressividade da figura de primeira-dama no Brasil, com a presidência da LBA por parte de D. Darcy Vargas. As atividades exercidas pelas primeiras-damas, a partir da década de 1940, foram fixando-se como ações de método filantrópico–benemerente no contexto da atenção à pobreza, onde a LBA, constituiu o marco das ações das primeiras-damas no Estado brasileiro.

A LBA, Segundo Falcão (1990), foi “um órgão benevolente chefiado pela primeira-dama que permitiu ao presidente da República e aos governadores dos estados estenderem as suas mãos aos pobres, dando vazão ao populismo e à demagogia” (Falcão, 1990 *apud* Torres, 2002, p. 92). Ainda de acordo com o mesmo autor, “a filantropia, a benesse dos governantes e as primeiras-damas se confundem e idealizam a assistência social aos pobres, isso tudo no imaginário comum” (idem).

Durante o período de ditadura, é pouco divulgada a figura da primeira-dama, período este, no qual as mulheres dos presidentes não assumiram função de destaque. Para Torres (2002), isto ocorre porque “o Estado passa a assumir as “rédeas” da sociedade civil, inclusive das iniciativas voluntárias, criando um circuito de medo. Acrescente-se a isso a característica autoritária do militarismo, extensiva à família, em que as mulheres dos militares tendiam a ser submissas e obedientes às determinações do marido”. (TORRES, 2002, p. 97)

Naquele período, excetuando-se a esposa do presidente Artur da Costa e Silva, Dona Yolanda Costa e Silva, as Primeiras-Damas assumiram a presidência de honra da LBA, desenvolvendo trabalhos assistencialistas,

---

especialmente na área dos estados, promovendo o trabalho das primeiras-damas estaduais.

O Primeiro-Damismo volta apenas a ressurgir na era Collor, onde, no dia 20 de março de 1990, Rosane Collor assume o cargo de presidente da LBA. Pouco tempo depois, antes do impeachment de Fernando Collor, a primeira-dama é afastada da LBA, devido a corrupção e desvio de verbas ocorrido na sua gestão.

Em 1989, a proposta da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), prevista na Constituição de 1988, é aprovada pelo Congresso Nacional, recebendo mais tarde o veto do então presidente Fernando Collor, por inserir o auxílio à família entre os benefícios. Sposati (1995) analisa aquele veto da seguinte forma:

a assistência social no Brasil, jamais se limitou à função *stricto sensu* (fornecedora de ajudas emergenciais). Ela cumpriu e cumpre igualmente a função de distribuidora de serviços sociais aos segmentos caracterizados como pobres ou excluídos. É talvez por isso que a proposta de Lei Orgânica da Assistência Social, vetada em 13-10-1990 pelo presidente da República, não obteve grande repercussão de resistência. A lei deixava explícito o seu vínculo orgânico à previdência social mais que às demais políticas sociais (SPOSATI, 1995, p. 28).

Por parte do governo Collor, não havia interesse em aprovar um projeto que promoveria a assistência social à posição de política pública.

Acrescente-se a esse cenário a condição subalterna que o país assume frente ao projeto neoliberal e às forças internacionais e mercado, que têm no Consenso de Washington (1989) o ponto decisivo.

Essa era a característica de um governo que se dobrava facilmente às orientações político-ideológicas do neoliberalismo, que não estabelecia interlocução com a sociedade civil organizada e que conduzia a nação acima das forças políticas, denotando um tipo de autoritarismo em que só o Estado arbitrava as suas ações.

Somente no ano de 1993, a lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS, foi aprovada no governo de Itamar Franco e a partir de então, a assistência social passa a contar com uma regulamentação própria e prevê a universalização de direitos sociais, conforme indica já o seu art. 1º.:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais,



realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Durante vários anos a questão social não esteve presente nas formulações de políticas no país, sendo recente a implantação do direito universal à política de assistência social. A condição de política pública à assistência social é consolidada na Constituição de 1988, formando o tripé da seguridade social brasileira, juntamente com a saúde e a previdência social.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi extinta a LBA, e criado o Programa Comunidade Solidária para a direção de políticas sociais em associação com a iniciativa privada e organizadas com a sociedade através das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Esse programa era presidido pela antropóloga e primeira-dama do Brasil, Ruth Cardoso. O objetivo era a troca do assistencialismo e do clientelismo por um atendimento aos direitos fundamentais da cidadania. Dirigido sobretudo pelo Gabinete Civil da Presidência da República, o programa Comunidade Solidária, tinha uma Secretaria Executiva, da qual a função seria coordenar e desenvolver uma inter-relação com todos os setores comprometidos nesse plano de luta contra à exclusão social.<sup>9</sup>

O plano possuía também um Conselho nomeado pelo presidente da República. Para execução do programa Comunidade Solidária foram priorizadas cinco áreas de atuação, sendo estas a da saúde, nutrição e alimentação; serviços urbanos; emprego e renda; defesa de direitos; e desenvolvimento rural.

### 3.3. PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

#### 3.3.1 A Emergência do Serviço Social no Mundo

As sociedades na antiguidade eram organizadas pelos clãs, onde em períodos de crise econômica, devido às invasões, guerras e calamidades naturais destacava-se a miséria. Em períodos que não havia crises, a produção

---

<sup>9</sup> De acordo com Sposati (1995), “Isto significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que, na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de manifesta “bondade”, “sensibilidade” e não de políticas públicas” (Sposati *apud* Torres, 2002 p. 102)

excedente da atividade agropastoril era distribuída entre todos igualmente. Naquela sociedade eram considerados pobres apenas os velhos, os doentes, as viúvas, as crianças abandonadas ou órfãs. Nos demais casos, a família, tribo, ou clã, era responsável por assistir os necessitados.

Segundo Oliveira (1996), naquele contexto

não se exaltava a caridade como virtude, nem se tinha consciência de seu papel nas relações sociais. Estas relações com o início da exploração agropecuária – nova forma de atividade econômica - sofreram uma ruptura com o modo de vida anterior, em função da estratificação social daí decorrente. Surgiu, então, a escravidão, a dominação de uns sobre os outros com fins econômicos, fato que se estendeu até a civilização greco-romana (OLIVEIRA, 1996, p. 86).

A caridade passa a ter importância e significado como forma de ajuda a partir do Cristianismo, e, durante a Idade Média as obras de caridade foram administradas pela Igreja. Instituições especializadas como hospitais, orfanatos e escolas começaram a aparecer, e entre os séculos XIII e XIV surgem as irmandades religiosas, dedicando-se principalmente à assistência social. Assim, o Estado não possuía a incumbência de preocupar-se com os pobres, sendo esta preocupação encampada pela Igreja.

Com a dissolução do feudalismo, ocorreu a desarticulação agrária e o deslocamento de enormes massas da população camponesa sem terra em direção às cidades primitivas, formando assim, o primeiro exército de reserva de força de trabalho formado por indigentes, mendigos, pedintes e ambulantes que procuravam auxílio. O Estado para reconhecer-se no poder passou também a intervir no campo da pobreza.

Neste sentido, Oliveira (1996) esclarece que

se durante a Idade Média os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima como das ferramentas com que trabalhavam, do século XVI ao século XVIII, passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados, detendo apenas a propriedade dos instrumentos de trabalho (OLIVEIRA, 1996, p. 90),

Do século XVI ao século XVIII, emerge o capitalismo e os trabalhadores são destituídos dos seus instrumentos de trabalho, ampliando à propriedade privada dos meios de produção. Na Inglaterra o capitalismo se expandiu, no início, em grande escala, assim, suas origens ali são mais visíveis.

Segundo Huberman (2010),

O fechamento de terras e a elevação dos arrendamentos, no século XVI, expulsaram muitos camponeses de suas plantações para as estradas, onde se tornaram mendigos, vagabundos, ladrões. (HUBERMAN, 2010, p. 130).

Cria-se desse modo, uma classe trabalhadora livre da servidão feudal, porém, sem propriedades e sem instrumentos próprios de trabalho, do que resulta a necessidade de venda da sua força de trabalho para os capitalistas em ascensão. No século XIX, ocorre novamente o fechamento de terras, sendo este mais abrangente. Um exército de trabalhadores excluídos e sem terra, que tinha que vender sua força de trabalho em troca de salário, apresentou grande aumento (HUBERMAN, 2010, p. 130).

Os fechamentos do século XVI encontraram relutância, não só dos camponeses, mas também do governo, que tinha receio da violência por parte do exército de pessoas levadas à fome. Tratando-se dos fechamentos do século XVIII, estes foram realizados com a proteção das Leis de Fechamento, as quais foram baixadas por um governo de latifundiários e para os latifundiários (HUBERMAN, 2010, p. 131). Desse modo, o trabalhador sem suas terras estava pronto a ir para a indústria como trabalhador assalariado.

O movimento de fechamento foi mais específico na Inglaterra, mas ocorreu também no continente europeu, o que Huberman (2010), analisa como a ampliação de lucros para os donos de terra. Ele afirma que os capitalistas da época “estavam interessados apenas em arrancar maiores lucros da terra. Se pudessem ganhar mais dinheiro não fechando as propriedades, não teriam fechado”. (HUBERMAN, 2010, p. 131).

Do século XVI até início do século XIX, na Inglaterra, este sistema de tirar o camponês da terra foi constante. Na França a camada social do pequeno camponês proprietário cresceu, não acontecendo o mesmo na Inglaterra, onde o capitalismo industrial progrediu mais rápido do que em qualquer outro lugar e o pequeno proprietário desapareceu quase totalmente.

Segundo Keynes (1923),

Economizar e investir tornaram-se ao mesmo tempo o dever e o prazer de uma grande classe. As economias raramente eram desfalcadas e, com a acumulação do juro composto, foi possível o triunfo material que todos hoje conhecemos. A moral, a política, a literatura e a religião reuniram-se numa grande conspiração para promoção da poupança. Deus e Mammon se reconciliaram.

Paz na terra aos homens de bons recursos. O rico podia, no final das contas, entrar no reino dos céus – apenas se economizasse. (KEYNES, 1923, p. 7, *apud* HUBERMAN, 2010, p. 135).

Com o aumento do comércio e a exploração dos meios naturais, cujos principais exemplos são a África, a América e a Ásia, e também, o desenvolvimento das indústrias manufatureiras, metalúrgica e têxtil, ficou determinado o progresso para poucos e a miséria propagada para muitos (OLIVEIRA, 1996, p.90).

A população rural transferiu-se para atuar na área secundária da economia, ocorrendo assim, um processo de urbanização gradativa, trazendo consigo problemas nas áreas da saúde, educação, trabalho e transporte, intensificando-se o abuso da força de trabalho feminina e infantil.<sup>10</sup>

O capitalismo é baseado na livre troca de mercadorias e possui como objetivo a obtenção do lucro. Sendo assim, o Estado, como objeto de interesse da nobreza, passa a ser uma ferramenta de uma nova classe, a burguesia.

Como enfrentamento à imensa pauperização ocasionada pela expropriação dos meios de produção, no dia 14 de agosto de 1834 foi sancionada, pelo Parlamento Inglês e pelo Rei George III, a Segunda Lei dos Pobres.

Segundo Oliveira (1996), manteve-se, assim, “o princípio e o sistema de auxílio aos sem trabalho, mas alteraram-se as condições em que este deveria ser oferecido. Deste modo, todos os requerentes de auxílio público seriam obrigados a ingressar nas Casas de Trabalho”. (OLIVEIRA, 1996, p. 99).

O objetivo das Casas de Trabalho era fornecer ajuda aos pobres, porém, com um regulamento prisional, onde eram atendidas pessoas excluídas da sociedade, entre eles: homens, mulheres, crianças, ociosos, criminosos e doentes. (OLIVEIRA, 1996). Na verdade, as Casas foram criadas para pressionar os pobres a integrar-se no mercado de trabalho.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> De acordo com Oliveira (1996), “a longa transição do modo de produção feudal, característico da Idade Média, para o modo de produção capitalista, imprimiu nova racionalidade ao sistema de mercado. A decomposição do feudalismo provocou a desarticulação agrária e o deslocamento de grandes massas da população camponesa sem terra, na direção das primitivas cidades” (OLIVEIRA, 1996, p. 90).

<sup>11</sup> “Essas casas eram denominadas de “Bastilha” pelos homens pobres e configuravam uma verdadeira prisão. Seus altos muros e a disciplina carcerária previam, entre outros aspectos, a

No ano de 1869, na Inglaterra, a iniciativa privada destaca-se com a criação das Charities Organization Society, criadas como “uma reação contra a teoria liberal ortodoxa dos meados do século XIX, que propunha deixar à própria sorte aqueles que não conseguissem vencer por conta própria no mercado competitivo” (OLIVEIRA, 1996, p. 104).

O objetivo das “Charities Organization Society” era administrar o trabalho das obras particulares, buscando evitar conflitos entre as classes sociais. Essa instituição foi acolhida em toda a Europa e eram dirigidas por senhoras inglesas, sendo após ampliadas para os Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos foram criadas instituições similares que deram origem, em 1898, à Escola de Filantropia de Nova York. “destinada a formar profissionais habilitados a identificar as questões sociais, diagnosticá-las e abordá-las tecnicamente. Surgiu, dessa forma, o Serviço Social, nova estratégia no tratamento da problemática social” (OLIVEIRA, 1996, p. 102).

Para muitos estudiosos do Serviço Social é a partir da Escola de Filantropia de Nova York que surge a profissão Serviço Social, tendo como precursora Mary Richmond. Ao lado de um grupo de pessoas relacionadas à Sociedade de Organização de Caridade de Nova York, Richmond acreditava que apenas pela reforma social haveria possibilidades de superar os problemas produzidos pelo intensivo processo de industrialização que ocorreu ao longo do século XIX. Neste aspecto, Oliveira (1996) destaca que

Mary repudiava o papel da “trabalhadora social”, reduzido a investigar a verdade da miséria tendo em vista apenas os aspectos econômicos de uma determinada situação e propunha que o indivíduo fosse estudado em seu ambiente social (família, escola, amigos), com vistas à reconstrução social das relações sociais. O atendimento a este deveria ser individualizado, para que se prestasse ao mesmo uma assistência mais técnica e sistemática (OLIVEIRA, 1996, p. 105).<sup>12</sup>

---

separação dos membros da família, trabalho pesado para os homens refeições magras e em silêncio, a proibição de fumar, as visitas raras e pouco conforto” (OLIVEIRA, 19996, p. 99).

<sup>12</sup> Entre as obras de Mary Richmond destaca-se *O Diagnóstico Social* (1917), e *O que é o Serviço Social de Casos* (1922). Cita Oliveira (1996), que Mary Richmond “ao propor que a pessoa humana se reajustasse conscientemente e individualmente ao seu meio social, Richmond direcionou a profissão para os problemas de ajustamento do homem ao meio. As soluções dos problemas econômicos deveriam ser da alçada do Estado, cabendo ao Serviço Social ocupar-se do estudo das relações sociais do indivíduo e sua readaptação à sociedade”. (OLIVEIRA, 1996, p. 105).

Naquela perspectiva, o Serviço Social distinguia-se da caridade ou da filantropia. A ajuda material aos necessitados devia caracterizar-se como parte do ofício, e não como o próprio ofício. A prática da assistência social poderia ser realizada pelas trabalhadoras sociais, contanto que a base do tratamento social de casos individuais estivessem nos princípios do Serviço Social que, empregados através de uma ação reflexiva, levariam ao avanço da personalidade dos “clientes”.

No percurso sócio-histórico do Serviço Social, a preocupação com as adequações individuais ampliou-se progressivamente para a preocupação com as adequações grupais e comunitárias, que no caso brasileiro, perdurou ao longo de quase todo o século XX. Para Oliveira (1996), “pode-se afirmar que o Serviço Social surgiu, como profissão, com o objetivo de atenuar os efeitos das contradições criadas pela consolidação do sistema capitalista mundial em fins do século XIX e início do século XX (OLIVEIRA, 1996, p. 107).

Ao logo do tempo, o profissional do Serviço Social, o assistente social, ao prestar atendimento aos “clientes” tornou-se um agente social de grande importância.

Confirma Oliveira (1996) que este profissional

contrapondo-se às ações apostolares voluntárias, este profissional procurou diferenciar o Serviço Social da caridade tradicional, encarada como mera reprodutora da pobreza, propondo uma ação educativa junto à família trabalhadora, numa linha de prevenção dos problemas sociais (OLIVEIRA, 1996, p. 107-108).

Na época em que o Serviço Social buscava a sua profissionalização, duas encíclicas papais tiveram um papel importante para o fortalecimento da profissão. A primeira é denominada *Rerum Novarum*, divulgada por Leão XIII, nome pontifício do cardeal Gioachino Pecci, a 15 de maio de 1891. A segunda denomina-se *Quadragesimo Anno*, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931. (CASTRO, 2008, p.51).

A *Rerum Novarum* foi escrita no final do século XIX, como enfrentamento da Igreja à expansão crescente do socialismo. A encíclica era uma carta aberta a todos os bispos que tratava sobre questões discutidas durante a Revolução Industrial e as sociedades democráticas. Situava-se em torno da pauperização da classe operária, conforme citação abaixo:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; aos princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.<sup>13</sup>

A encíclica buscava um acordo entre as classes sociais, acreditando em meios compatíveis para conseguir um convívio harmonioso entre capital e trabalho.

Segundo Castro (2008), a encíclica menciona a necessidade de tocar na essência da questão social, explicando que esta tarefa pertence à Igreja pelo motivo da relação que existe entre a sua causa e a do bem comum.

Por um lado, era necessário proteger os trabalhadores explorados e por outro, defendia a preservação da propriedade privada. A encíclica apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, negava o socialismo e defendia os direitos à propriedade privada, sendo que a igreja era possuidora de grandes áreas de terras. O autor explica que a *Rerum Novarum*

salienta as formas de exploração da força de trabalho assalariada, que permitiram a acumulação capitalista. E se é certo que critica a insensibilidade dos “Homens riquíssimos e opulentos”, ela tem, igualmente, o objetivo de enfrentar as propostas socialistas (que, à época, ganhavam numerosos adeptos nas fileiras do movimento operário), defendendo a propriedade privada, pilar fundamental das relações de produção capitalistas (CASTRO, 2008, p. 52).

Além disto, a encíclica desaprova a falta de fundamentos éticos e valores morais na sociedade laicizada de seu tempo, sendo uma das causas dos problemas da sociedade. O Papa Leão XIII recusou as teorias socialistas marxistas, achando que as soluções surgiriam das ações acordadas entre

<sup>13</sup> Disponível em <http://w2.vatican.va/.../documents/hf> . Acesso em: 2015-05-13

Igreja, Estado, empregadores e empregados, procurando uma justiça social na vida socioeconômica e industrial. Sendo que, ao mesmo tempo, o documento critica os excessos do capitalismo e desvaloriza o liberalismo econômico.

A *Rerum Novarum* afirma, em primeiro lugar, que não haverá nenhuma solução aceitável sem o recurso à religião e à Igreja e que qualquer tentativa de resolução dos problemas deverá contar com a cooperação e o esforço dos “príncipes e dirigentes dos Estados, dos patrões e dos ricos e até mesmo dos proletários, de cujo destino se trata”. (Castro, 2008, p. 55).

No documento *Quadragesimo Anno*, de 1931, o Papa Pio XI, em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, exalta a Encíclica anterior e afirma que aquela encíclica “distingue-se particularmente das outras encíclicas por ter traçado, quando era muito oportuno e necessário, normas seguríssimas, para todo o gênero humano, para solucionar os graves problemas da sociedade, compreendidos sob a denominação de “questão social” (Castro, 2008, p.62).

Em seu novo discurso, a Igreja dirigia-se aos novos tempos, baseando-se na expansão do capitalismo. Castro (2008) indica que a proposta das duas encíclicas incidiram “no cenário social e sobre as próprias classes populares, que perderam a sua perspectiva específica, envolvidas pela influência ideológica centralizada pela doutrina da conciliação de classes e da reforma social” (CASTRO, 2008, p. 67).

### 3.2 As Políticas Sociais

Não se pode apontar com exatidão o período de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, sendo que, de acordo com Behring & Boschetti (2009), “elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p.47).

A consolidação e ampliação das políticas sociais encontra-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, principalmente na fase tardia após a Segunda Guerra Mundial.



No ponto de vista econômico, as políticas sociais admitem a função de reduzir os custos da força de trabalho e aumentar a produtividade, e também, manter altos níveis de procura e consumo, em períodos de dificuldade. No ponto de vista político, Behring & Boschetti (2009) indicam que “as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 37).

Mas, as autoras alertam para o fato de que as políticas não podem ser vistas como a solução para as expressões da “questão social”. Elas são insuficientes e parciais, não analisando a essência das contradições próprias do capitalismo. Por isso, para a compreensão das políticas deve-se buscar a gênese dos acontecimentos, ou seja, “as políticas sociais não podem ser avaliadas apenas à partir de sua representação imediata, como um acontecimento social separado, e sim, devem ser situadas como expressão contrária da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da origem”. (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p.39).

Ainda de acordo com as autoras, sobre o ponto de vista histórico, deve-se associar a origem da política social às expressões da “questão social”. Para elas, as políticas devem ser relacionadas às medidas econômicas, que a cada período da história irão dar uma particularidade exclusiva ao capitalismo e às políticas sociais. É preciso refletir e identificar as posições adotadas pelas forças políticas em enfrentamento, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que compõem as camadas sociais. Nas suas palavras,

se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 46).

De maneira geral, os estudiosos são unânimes em indicar que o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BEHRING & BOCHETTI, 2009, p.64).

Quanto à política social no Brasil, Behring & Boschetti (2009), citam “que seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes” (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 78).

Ao longo do século XX foram criadas políticas sociais importantes, a partir das lutas sociais travadas pela classe trabalhadora em busca da garantia de direitos.

Em 1927, foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil, orientação que só veio a se modificar substantivamente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ano de 1932 é um período importante para o entendimento da política social brasileira. Aprova-se a Lei Eloy Chaves, através do Decreto-Lei nº 4.682, que determina a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para certas categorias de trabalhadores, dentre estas a dos ferroviários e dos marítimos. As CAPs junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs – foram as formas originárias da previdência social brasileira.

No que diz respeito a assistência social, em 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual cabia decidir sobre as subvenções às entidades privadas, sobretudo para os cuidados com crianças e adolescentes. Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), responsável pela execução de programas em colaboração entre o poder público e o poder privado, realizando trabalho assistencial junto a famílias pobres por todo o país. A presidente (primeira-dama) atuava junto ao Departamento Nacional da Criança criado em 1940, responsável pela implantação de creches, auxílio à idosos, doentes etc., sendo estas as principais praticas assistencialistas do Estado Vargasista.

A política de assistência social, necessita fazer um grande esforço para se concretizar como política pública e para superar algumas características históricas, onde têm-se como exemplo a LOAS, que só foi sancionada no ano de 1993 e efetivada a partir do ano de 1995.

### 3.3 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

O Serviço Social no Brasil tem suas protoformas nas ações da Igreja Católica que, frente às apreensões originadas pelas lutas operárias, preocupou-se em criar uma prática missionária e evangelista juntamente à sociedade. Contudo, as práticas missionárias da Igreja Católica foram progressivamente sendo institucionalizadas no âmbito do Estado, a partir da implantação de instituições sociopolíticas destinadas a assistência social que de acordo com Yamamoto (2009) articulava repressão e coesão. Portanto, no Brasil, o serviço social não se refere a formas profissionalizadas de caridade e filantropia, mas sim, ao conjunto de políticas e medidas sociais destinadas ao enfrentamento das lutas sociais e à ampliação de expressões da “questão social”, no início do século XX.

Segundo Yasbek (1980, p.167) o processo histórico do Serviço Social brasileiro evidencia-se em quatro fases, quais sejam: a primeira fase incluiu o período de 1930 a 1945, caracterizada por influência européia, confessional e utopista; a segunda fase, entre 1945 e 1958, recebeu influência norte-americana tendo destaque na questão metodológica, coincidindo com a expansão da tecnologia moderna; a terceira fase que foi de 1958 a 1965, vivenciou ainda a influência norte-americana no olhar da colaboração do Serviço Social para o processo social do desenvolvimento; a quarta-fase caracteriza-se pelo movimento de reconceituação do serviço social, com início por volta do ano de 1965, e prolonga-se até os dias atuais. (YASBEK *apud* OLIVEIRA, 1996, p.108)

Para que se possa entender o surgimento do Serviço Social, ressalta-se que a década de 1930 foi muito importante para o país. Foi uma época historicamente marcada por movimentos da classe operária e intervenção do Estado nas expressões da “questão social”. De acordo com Medeiros (2010),

a partir da década de 1930, atores mais abastados da sociedade, em especial, as mulheres burguesas, vinham sendo convidados a contribuir para a diminuição dos problemas sociais, principalmente a pobreza, a partir dos ideários católicos de caridade e amor ao próximo. É a partir dessa década que o Estado brasileiro começará a reconhecer a necessidade de empreender ações interventivas na área social. Embora não tenha tomado essa função como eminentemente sua, serão

gestadas as bases para o que passaria a ser a profissão de Serviço Social (MEDEIROS, 2012, p.79).

Estas damas eram senhoras católicas, esposas e filhas de burgueses ou políticos que reservavam uma parte do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade, as quais eram destinadas aos pobres e abandonados.

No primeiro período Vargas, o Estado intervém como mediador e regulador da “questão social”, moderando as lutas entre a burguesia e o proletariado. Através da consolidação das leis trabalhistas e a implementação das políticas sociais, o Estado atendia as reivindicações das pressões do proletariado desde a década de 1920 (IAMAMOTO, 2009, p.249).

Na década de 1930 o Estado assume o “compromisso de classes”, tentando conjugar Welfare State e a política Keynesiana. Este compromisso representa de um lado, a aceitação do lucro e do mercado e, por outro lado, procura garantir padrões mínimos de bem-estar social à classe trabalhadora, implantando programas sociais. Nesse contexto, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o Estado teve como método o crescimento de instituições federais, estando entre estas a LBA (IAMAMOTO, 2009, p.250).

Neste sentido, a primeira grande instituição nacional de assistência social foi a LBA. A LBA nacional surgiu no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, sendo uma instituição voltada para as causas sociais e assistenciais da guerra, apoiando soldados (ex-pracinhas) e seus familiares. Iamamoto (2009) explica que “da assistência ‘às famílias dos convocados’, progressiva e rapidamente a LBA começa à atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. (IAMAMOTO, 2009, p. 251).

O papel tomado prontamente pela LBA será o de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e ao governo ditatorial. Assim, a partir de um fato emocional, a LBA procurará alcançar e encaminhar apoio político para o governo, desse modo, movimentando sua ação assistencialista. Ainda de acordo com a autora (2009),

“[...] nesse mesmo sentido sua organização estará profundamente ligada ao preço a ser pago pelo esforço de guerra – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena – burguesia urbana – e às profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo”. (IAMAMOTO, 2009, p. 251)

Colocando-se na primeira campanha assistencial de plano nacional, a LBA, foi de importância enorme para a implantação e institucionalização do Serviço Social no Brasil. Essa instituição contribuiu para a organização e expansão da rede de obras assistenciais, inserindo ou firmando nestas, os princípios do Serviço Social e também a consolidação e desenvolvimento do ensino qualificado de Serviço Social. É o que explica Iamamoto (2009) quando diz que

a implantação da LBA parece ter propiciado, principalmente, a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do Serviço Social para a organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança de sua qualidade (IAMAMOTO, 2009, p. 253).

Esse foi um período marcado por consideráveis mudanças políticas, econômicas e sociais. Entre os anos de 1942 e 1944, a LBA foi implantada em vários estados brasileiros, associadas de campanhas de característica ídeo-político e de práticas religiosas- assistenciais.

Entre os anos de 1930 até 1945, o governo de Getúlio Vargas vai se formando através da manifestação da “bondade e do favor”, onde as políticas sociais são vistas como doação do Estado. Nesse mesmo período, Getúlio Vargas assume o compromisso de classes através da presença da era Keynes, em acordo com o sistema de bem-estar social. O governo de Getúlio Vargas, paternaliza suas ações ao classificar o pobre e a pobreza como sendo algo natural e individual na sociedade.

Ao final da guerra, após o ano de 1946, a assistência na LBA é ampliada, sendo sua finalidade prestar assistência materno-infantil às crianças de todo o país, foi assim apontada como “mãe dos pobres, necessitados e carentes” (NEVES, 1994, p.18-19).

Quanto ao sistema de proteção social brasileiro, no ano de 1960, é promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, a qual segundo Oliveira (1996),

unifica o Regime Geral da previdência social para atender a todos os trabalhadores sujeitos ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, excluídos, no entanto, os trabalhadores rurais e domésticos e os profissionais autônomos”. (OLIVEIRA, 1996, p. 62).

Partindo da década de 60, conforme Iamamoto e Carvalho (1982), alguns assistentes sociais passam a assumir uma postura mais progressista diante à realidade, sobretudo profissionais vinculados a trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, resultando assim com o movimento de 1964.

Segundo Marangoni (1980), o Movimento de Reconceituação

É um esforço de mudança dos pressupostos filosóficos, da metodologia e da práxis profissional, em busca de adequação deles às exigências da realidade política, econômica, sócio-cultural dos povos latino-americanos, aos novos aportes das ciências sociais e aos valores que as novas gerações transmitem a um mundo que vive em acelerado processo de transformação. É um questionamento de toda práxis profissional com vistas a uma proposta de trabalho dentro da realidade em que se atua, vista e analisada dialeticamente (MARANGONI, 1980, p. 143, apud OLIVEIRA, 1996, p. 117).

A reconceituação teve como marco o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado na cidade de Porto Alegre, tendo como tema “Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina”.

Após, no ano de 1967, foi realizado em Araxá o “1º Seminário de Teorização do Serviço Social”.

Assim, o Assistente Social negou as práticas assistenciais típicas do Serviço Social tradicional e buscou um status profissional a partir da criação de novos métodos e estratégias de ação.

O 2º Seminário de Teorização do Serviço Social foi realizado em Teresópolis, no ano de 1970.

Cita Oliveira (1996), que “o Serviço Social se atualizou, se modernizou, aperfeiçoando seu instrumental técnico e metodológico, mas não interveio objetivamente na eliminação das situações de carência de sua clientela” (OLIVEIRA, 1996, p. 119).

Após o golpe militar de 1964, nos anos de 1970, a pobreza não era mais vista como um fenômeno natural e conjuntural, mas, estrutural à economia

capitalista (SPOSATI, 1995, p. 17).<sup>14</sup> Nesse mesmo período da ditadura militar, surgem denúncias vindas da classe trabalhadora decorrentes da miséria, onde, aumentou a acumulação capitalista, acelerando a desigualdade social e os enfrentamentos existentes entre as classes (NEVES, 1994, p. 25).

Os anos de 1977 a 1984, nos governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, últimos governos militares, iniciou-se o processo de progressiva abertura política. No governo do Presidente Ernesto Geisel foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) sendo seu objetivo “tocar os focos de pobreza absoluta existentes sobretudo no Nordeste e na periferia dos maiores centros urbanos” (NEVES, 1994, p. 25). A partir do II PND é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) e a LBA é incluída ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Nos anos de 1978 e 1979, após o governo de Ernesto Geisel, importantes manifestações ocorreram por parte da sociedade civil, tanto pelos trabalhadores como pelos empresários e, também por parte da classe média que forçava o Estado para obtenção da anistia, melhoria das condições de vida, liberação da economia e outras.

O ano de 1979, época em que o Brasil passava por dificuldades, fazendo empréstimos ao exterior e vivendo a crise do capitalismo, João Figueiredo assume a presidência. Assim, com a pressão da sociedade, o presidente João Figueiredo promove a abertura política com a anistia política e a reavaliação de partidos, originando o pluripartidarismo (NEVES, 1994, p. 26).

A assistência social ganha nova visibilidade a partir do ano de 1977, onde ocorre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A LBA assume a questão da assistência, ampliando sua área de atuação ao incorporar dois programas originários do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo estes, o Programa do Idoso e o Programa do Excepcional.

No ano de 1984, chega ao fim o período ditatorial, inaugurando o processo de redemocratização no país, após amplas mobilizações populares que exigiam eleições diretas, batizada popularmente de “Diretas Já”.

---

<sup>14</sup> De acordo com Sposati (1995), “nos anos 80 buscou-se uma compreensão crítica da pobreza. Através da prática e estudos qualitativos procedeu-se a sua desmontagem e buscou-se apreendê-la por dentro. Ganha-se, aí, um novo patamar de compreensão” (SPOSATI, 1995, p. 18).

Nesse período, o discurso de “Tudo pelo Social” do presidente José Sarney, tinha como objetivo resgatar a dívida social e acabar com a miséria e pobreza, “mas a situação econômica nesse período fez com que o aumento destas fosse produzido” (NEVES, 1994, p. 40).

No ano de 1986 foi criada, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, uma comissão de apoio à reorganização da assistência social, tendo como objetivo a melhora da execução da política assistencial.

Sposati (1986) afirma que “a nova diretriz seria a modernização deste aparato, a descentralização, municipalização e eleição de novos membros na gestão e operação de programas sociais, sendo estes as associações comunitárias e prefeituras” (Sposati, *apud* Neves, 1994, p. 43).

A Constituição de 1988 instaura a assistência social como política pública inserida no tripé da seguridade social.<sup>15</sup>

Entretanto, apesar da regulamentação prevista na LOAS em 1993, as políticas neoliberais implantadas na década de 1990 pelos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), promovem o retrocesso nos princípios universalizantes da seguridade social, previstos na Carta Magna.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) emerge uma renovada configuração institucional para a assistência social no país. Em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “que unificou a política de combate à fome com as políticas de transferência de renda e de assistência social” (Yazbek, 2012, p.308).

Em 2005, respeitando os princípios norteadores da LOAS, o governo Lula implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política pública de assistência social que vislumbra o alargamento “da agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com as suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos” (NOB/SUAS, 2005, p.15). Trata-se de um regime

---

<sup>15</sup> Segundo Torres (2002) “pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida, passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania” (TORRES, 2002, p. 132).



geral de gestão da política de assistência social que “integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993” (NOB/SUAS, 2005, p.8).

Os eixos estruturantes do Sistema estão voltados para a prioridade à família, o que é denominado matricialidade sociofamiliar. Prioriza também, a descentralização político-administrativa e a territorialização, o estabelecimento de novas bases para a relação Estado e sociedade civil supondo a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede territorializada pela complexidade dos serviços e, o que é mais significativo, em parceria com organizações e entidades de assistência social. Os eixos estruturantes apontam, ainda, para o financiamento e o controle social articulados com a participação popular (MEIRELLES, 2014, p.375).

No aspecto técnico-operativo, a metodologia propõe diferentes “tipos e níveis” de gestão socioassistencial. O modelo de atendimento social caracteriza-se pela implantação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – e de Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) em todos os municípios, além de outros tipos de unidades de atendimento, de acordo com a realidade de cada município (MEIRELLES, 2014, 376).

É no atual contexto que realizamos a pesquisa de campo no município de Guaratuba, no sentido de compreender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no governo local ao longo dos últimos anos.

#### 4.METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

##### 4.1. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratavam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica teve seu embasamento teórico em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases on line. Para Gil (2010), a importância da pesquisa bibliográfica, “reside no fato de permitir ao

investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2010, p. 30).

Vale salientar que os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo, que conforme Richardson (2010), “justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a *natureza* de um fenômeno social”. (RICHARDSON, 2010, p. 79). Já para Minayo, “a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Para a coleta de dados e entendimento empírico do objeto de estudo, fizemos o uso de entrevistas com ex primeiras-damas e assistentes sociais que atuam no Município de Guaratuba.<sup>16</sup>

Utilizamos da entrevista parcialmente estruturada, conforme se pode visualizar em anexo (vide anexo II) a qual, conforme Gil (2010), “é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. (GIL, 2010, p. 105).

Sendo assim, as entrevistas atenderam a métodos qualitativos na escolha dos sujeitos a participarem dela, tendo em vista a necessidade de coerência metodológica. Neste caso, privilegiamos sujeitos que tiveram participação ativa na histórica sócio-política do município, ou nas palavras de Neto (2004),

Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objeto de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (NETO, 2004, p. 54).

Quanto ao tipo de pesquisa, entendemos ser exploratória, pois buscamos pelos aspectos ainda desconhecidos do objeto de estudo,

---

<sup>16</sup> Segundo Richardson (2010), a entrevista “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A à uma pessoa B”. (RICHARDSON, 2010, p. 207).

caracterizando uma primeira aproximação.<sup>17</sup>

Para a exposição e análise dos resultados tomamos a precaução de garantir o anonimato dos sujeitos, protegendo a identidade dos participantes que colaboraram com seus depoimentos, deixando evidente que o principal objetivo é compreender o papel da primeira-dama na sociedade e sua relação com o Serviço Social ao longo do tempo.

A escolha dos sujeitos significativos da pesquisa se deu em função de suas representatividades no processo sócio-político recente do município e, também pelo fato de que poderiam disponibilizar informações que não seriam encontradas em documentos da época, tendo-se presente que este depoimento tem o sentido de uma versão.<sup>18</sup>

Foram escolhidas como sujeitos significativos, 1 ex primeira-dama do município de Guaratuba que atuou no período pós Constituição de 1988, não sendo do período atual, por se tratar de uma prefeita. Além da primeira-dama, elegemos 2 assistentes sociais que atuam no município por um maior período de tempo e acompanharam a atuação da primeira-dama selecionada.

Quanto aos instrumentais de pesquisa, utilizamos do gravador de voz para a coleta de dados, sendo estes transcritas por completo e analisados.

A aplicação da entrevista foi realizada mediante a prévia assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido individual (**Vide Apêndice 3**) que pretendeu informar aos participantes sobre os objetivos da pesquisa, a sua participação voluntária e os benefícios da mesma. As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a alguns motivos, entre eles a dificuldade de acesso a documentos, dados e também a dificuldade de acesso aos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa, sobretudo as primeiras-damas em função da

---

<sup>17</sup> De acordo com Gil (2010), o método exploratório “objetiva determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 2010, p. 152).

<sup>18</sup> Inspiramo-nos em Triviñus, que entende os sujeitos significativos de uma pesquisa como “aqueles que detem o conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que envolvem determinados aspectos da realidade social, podendo expressar o essencial e o detalhe que enriquece a compreensão de determinado objeto de estudo” (TRIVIÑUS, 1987, p. 32).

idade avançada ou de falta de tempo para conceder a entrevista.

Para uma maior compreensão, classificamos as entrevistadas com numerais de 1 a 3. Dessa forma, a entrevistada de número 1, faz referência à ex primeira-dama, sendo as demais, de 2 a 3, relacionadas às assistentes sociais entrevistadas.

## 4.2 RELATÓRIO DE PESQUISA

Primeiramente, dado o exposto, gostaria de relembrar que as determinações das relações familiares reguladas pelo patriarcado atravessaram a história e ainda permanecem na atualidade. Neste processo, as mulheres buscam a igualdade social, econômica e política e conquistaram, aos poucos, seu espaço na sociedade.

Apesar da persistência de inúmeras situações de desvantagens, as mulheres não querem mais ser consideradas como um mero objeto. Nos dias atuais, elas lutam pelos seus ideais, não se dedicam apenas ao marido e aos filhos, contribuem no sustento econômico da família, mesmo tendo sua capacidade de trabalho desvalorizada. Apesar de toda uma luta histórica, da conquista de vários direitos, muitas mulheres ainda desconhecem seus verdadeiros direitos. Durante muitos séculos, os homens determinaram as formas de ser e agir das mulheres, assim, elas caminham lutando contra este poder, desejam ter o direito de opinar, de escolher, e não apenas servir.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconheceu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, permitindo avanços significativos para a efetivação de uma ruptura cultural conservadora em relação à desigualdade de gênero.

Este trabalho de pesquisa deriva de observações e estudos realizados enquanto acadêmica do curso de Serviço Social, onde busquei respostas quanto às relações e poder exercidas pelas primeiras-damas gestoras da assistência social em Guaratuba.

A pesquisa visa conhecer a atuação das primeiras-damas na gestão da secretaria da assistência social de Guaratuba e a compreensão do olhar dado à assistência social e aos seus usuários. Assim, ao final do percurso para

realização deste trabalho conseguimos destacar algumas considerações relativas ao Serviço Social, à assistência social e às primeiras-damas.

Através de entrevistas, tomamos como base a fala de uma ex primeira-dama e de duas assistentes sociais, atuantes no município de Guaratuba, buscando entender de que modo o primeiro-damismo influenciou a política de Assistência Social no município.

A primeira entrevista foi dividida por blocos temáticos (**Vide Apêndice 1**) sendo realizada com uma ex primeira-dama do município de Guaratuba, que atuou nesta posição sócio-política por 16 anos.

#### 4.2.1 EXPERIÊNCIA PESSOAL

O primeiro bloco de entrevista diz respeito à experiência pessoal da ex primeira-dama, sendo que a primeira pergunta é voltada para a sua opinião sobre as funções de uma primeira-dama.

De acordo com a entrevistada, uma primeira-dama deve “manter tudo em ordem” e neste sentido sua função “tornou-se um pouco complicada”.

.Ela relatou que na época não havia pessoas para ajudar, que tudo era visto em cima da hora, e que além do seu serviço, realizava também, o serviço de outras pessoas.

Ao perguntarmos o que ela acredita que poderia ser diferente nas funções de uma primeira-dama, ela afirma que “era uma verdadeira salada” e que muita coisa deveria mudar. Mas, aqui, referia-se somente ao local onde atuava. Relatou que cuidava da terceira idade – Centro de Convivência da Terceira Idade – Segundo registros no site da Prefeitura de Guaratuba, o Centro de Convivência onde realizava reuniões em três dias da semana, com atividades de artesanatos e trabalhos manuais para as mulheres e jogos de mesa para os homens. O Centro de Convivência contava com aproximadamente 320 idosos associados e cadastrados, e durante um dia da semana era realizado um baile.

A ex primeira-dama contou também, que cuidava das “creches” da prefeitura, naquela época, vinculadas à Secretaria Municipal do Bem Estar Social e também da Casa de Passagem. A Casa de Passagem era como se fosse um albergue para pessoas idosas, onde estas podiam passar um ou dois

dias. A ex primeira-dama relata que cuidava da APMI – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Guaratuba – e que funcionava em um espaço doado pela Prefeitura e que atualmente encontra-se abandonado.

Contou ainda, que várias vezes foi pessoalmente à delegacia da cidade, sendo que os pais solicitavam sua ajuda para retirar os filhos que haviam sido presos. Muitas vezes pediam ajuda financeira para que a delegacia soltasse o parente detido, e que ela já compreendia e sabia tudo o que tinha que ser feito.

Na fala da ex primeira-dama, chamou a atenção a maneira como aqueles pais pediam a sua ajuda. Segundo ela, os pais chegavam e diziam: “Primeira-dama, prenderam meu filho, a senhora dá um jeito”?

Quanto aos principais problemas que a ex primeira-dama enfrentou durante o exercício de sua função, diz ter sido a falta de pessoas para ajudar, e como já relatado anteriormente, o fato de ter que resolver qualquer problema que surgisse, inclusive prestar ajuda à Colônia de Pescadores existente na cidade.

Na pergunta de número 5, quando perguntamos se ela acredita ter deixado contribuições para o município, surpreendentemente ela afirma que “em se tratando de projetos, serviços, programas, nenhum foi deixado.” Cita que o governo eleito posteriormente, por questões políticas não continuou com a APMI.

Conta também, que a Terceira Idade já existia, não tendo sido ela a fundadora. Ela diz que “mas era assim... de araque”. Depois fizeram um prédio, o qual ela terminou. Atrás desse prédio, construiu uma creche, que ela cuidava com muito amor. Aqui, não poderia deixar de mencionar Torres (2002), quando analisa que

no trabalho das primeiras-damas, é visível, a utilização dos sentimentos de amor e de doação, por meio dos quais elas vão conquistando a simpatia e a credibilidade das classes subalternas com quem estabelecem relações de serviço, chegando, em alguns casos, a ganhar mais popularidade, que os seus maridos governantes (TORRES, 2002, p. 58).

Quando perguntamos à primeira-dama qual o grau de influência que uma primeira-dama exerce nas decisões políticas do prefeito levando-se em consideração que exerce outras funções na sua vida privada, primeiramente

ela riu e depois esclareceu que tinha bastante abertura para argumentar com o ele, confirmando a análise de Torres (2002), quando afirma que “as primeiras-damas constroem poderes próprios junto às classes subalternas, que vão conquistando no desempenho de seus papéis sociais e nas relações que travam com os usuários dos serviços sociais” (TORRES, 2002, p. 197).

Sobre as vantagens de ser uma primeira-dama, ela relatou que “é só o nome”. Contou que desde quando trabalhava até os dias atuais, todos a querem muito bem, e que após deixar os lugares de trabalho, as pessoas faziam abaixo-assinados para que ela retornasse, cita que “as pessoas da terceira-idade vieram na minha casa e até choraram”.

Relatou que era muito amiga da atual primeira-dama do governo do Estado, Fernanda Richa, da qual recebeu bastante ajuda, sendo que em uma das vezes foram enviados cobertores.

Quanto às desvantagens, a ex primeira-dama não citou nenhuma.

A última pergunta do primeiro bloco, que se refere a indicação de parentes para cargos na prefeitura, ela respondeu que era comum a indicação de familiares para a composição do governo local, mas que nenhum familiar seu havia sido indicado por ela e que nenhum estava na composição do governo local.

Neste primeiro bloco temático, pudemos observar que a atuação desta primeira-dama de Guaratuba confere com as posturas de benemerência e assistencialistas das demais primeiras-damas mencionadas neste estudo, inclusive as esposas de presidentes da República. No decorrer das respostas, observamos que ela não cita nada a respeito da gestão de políticas de assistência social voltadas para os setores pauperizados da sociedade, e também, relata um trabalho apenas de caráter emergencial, sem nenhuma menção à garantia de cidadania. É possível observar também, que ela não concebe as ações sociais desenvolvidas enquanto políticas públicas que envolvem direitos sociais, mas sim, ações sociais que ajudam a população em suas necessidades emergenciais.

Em muitos momentos percebemos que ela fala com emoção, acreditando que se doou intensamente à função de primeira-dama e, mesmo tendo sido muito complicado, ela afirma “ter grande interesse pelas causas sociais”

Verificamos até aqui, através da fala da ex primeira-dama, que ela realizou apenas um trabalho assistencialista, que torna mais evidente os propósitos políticos do governo, promovendo-o junto às classes subalternas.

#### 4.2.2 : Experiência na Secretaria e com as políticas sociais.

Passamos agora ao segundo bloco de perguntas, referentes à experiência da primeira-dama na Secretaria de Guaratuba e com as políticas sociais.

Na pergunta de número 9 perguntamos qual era o nome da Secretaria em que a ex primeira-dama atuou e se o nome foi alterado. A resposta da ex primeira-dama é que atuou na Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social, e que o nome não foi alterado até a presente data.

Quanto às perguntas número 10 e 11, as quais tratam sobre as políticas sociais existentes e as implantadas no seu mandato, a ex primeira-dama não conseguiu responder. Ela disse que “ah, eu não lembro.”

Em seguida, perguntamos quantos técnicos sociais (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) atuavam na Secretaria sob a sua coordenação. Primeiramente ela respondeu que havia oito (8) pessoas que trabalhavam com ela e que eram assistentes sociais. Por ser este um número muito elevado, acreditei haver um engano por parte da ex primeira-dama, refiz a pergunta, e novamente a ex primeira-dama confirma a existência de oito pessoas formadas em Serviço Social na sua gestão como Secretária municipal.

Aqui, é preciso esclarecer que posteriormente, ao entrevistar a assistente social número 2, foi possível detectar ter ocorrido um engano por parte da ex primeira-dama. Observamos também uma contradição, pois anteriormente em uma das respostas, ela cita não ter pessoas para ajudá-la.

Quanto à psicólogos e pedagogos atuando na Secretaria, não soube responder.

Na última pergunta do segundo bloco, onde perguntamos como era sua relação com os técnicos da Secretaria e das instituições sociais, ela respondeu que nunca teve problemas. De acordo com ela, “nunca tive problemas com as assistentes sociais”.



A análise deste bloco de perguntas ficou prejudicada em função de que a ex primeira-dama não soube responder as questões pertinentes as políticas sociais, confirmando a análise já apresentada anteriormente, quando afirmamos que ela concebe as suas ações sociais como ajuda e não como políticas públicas que são implantadas como garantia de direitos à população.

É possível acreditar que a sua maior preocupação está voltada para a auto-imagem de bondade perante a população, confirmando o que Torres (2002) afirma que a imagem das primeiras-damas

remonta a uma mística fundada em valores ditos “femininos” como a caridade, a bondade, a sensibilidade, o amor materno, o que produz no imaginário social a ideia de que as esposas de governantes são mulheres abnegadas, generosas e que trabalham por amor (TORRES, 2002, p.193).

#### 4.2.3 Experiência Política

Passamos ao terceiro e último bloco, que trata sobre experiência política. Neste momento notei que a ex primeira-dama já estava cansada, então passei direto para a última pergunta, onde se desejava saber o que o ex-prefeito achava do seu trabalho. A resposta foi que “ele achava ótimo”.

Podemos comparar a ex primeira-dama entrevistada do município de Guaratuba, com a ex primeira-dama do Brasil, Dona Darcy Vargas, citada anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho, ao observarmos que no Brasil, desde a década de 1940, as ações exercidas pelas primeiras-damas vem se firmando como uma atividade de estrutura filantrópica-benemerente no contexto de atenção à pobreza.

Cito aqui, finalizando, parte de uma entrevista concedida em agosto (1997) por uma assistente social,

as cidadãs brasileiras que chegam ao posto de primeira-dama nos governos estaduais, municipais e federais são pessoas as quais são atribuídas funções para as quais elas não estão preparadas. E muitas vezes, nem conseguem realizar um trabalho dentro das expectativas, dentro dos pressupostos que existem no meio onde elas passam a viver (Entrevista (1997), *apud* Torres, 2002, p. 174).

#### 4.2.4 Entrevistas com as Assistentes Sociais

Na sequência, entrevistamos duas assistentes sociais do município de Guaratuba. Neste caso, as perguntas não estão separadas por blocos temáticos, sendo elaboradas seis perguntas de forma contínua (**Vide Apêndice 2**).

Começamos a entrevista com a assistente social denominada de número1. Perguntamos primeiramente, quais são as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba. A assistente social número 1 nos relata que, durante o exercício de sua profissão, não presenciou muitas gestões de primeiras-damas, e que a última foi há doze anos. Relata que a ex primeira-dama ao assumir a Secretaria, era muito ágil e que resolvia as questões na qual entendia ser seu dever intervir.

A assistente social cita que “naquela época ainda havia muito assistencialismo, muito favoritismo, clientelismo, e que por isto, a secretaria ainda era vista numa forma de ajudar”. Citou também, que “dessa maneira até se conseguia ajudar outras pessoas, mas era um trabalho assistencial, o qual existia bastante naquela época”. O relato da assistente social confirma a análise de Torres (2002), quando diz que essa prática assistencialista refere-se a “atividades desenvolvidas pelas primeiras-damas no âmbito da filantropia e do voluntariado, que não apresentam regularidade, equidade dos serviços e tratamento universalizado da pobreza” (TORRES, 2002, p.24).

Seguindo a entrevista, a assistente social nos relata que depois do mandato da ex primeira dama, os secretários da assistência foram sempre pessoas indicadas, com um posicionamento diferente daquela das primeiras-damas. Ela afirma que “já é uma postura diferente por não ser a primeira-dama, ela já vem com uma outra conotação e uma outra postura”.

Posteriormente, perguntamos à assistente social qual a relação das primeiras-damas com o serviço social. A profissional diz acreditar que persista uma relação de favoritismo e clientelismo vinculados à questão política dos seus maridos governantes. Ou seja, as primeiras-damas, nem sempre

conseguem conquistar seu próprio espaço e, muito menos construir poderes próprios.

Com relação aos conflitos político-ideológicos entre as primeiras-damas e o Serviço Social, a entrevistada respondeu que na sua época, lembrando que foi numa gestão há 12 anos.

Tudo o que um técnico falava ou indicava, a primeira-dama sempre apoiou, embora, o serviço social não tinha o que temos hoje. Tínhamos um número reduzido de assistentes sociais, eram apenas dois (2), não tínhamos psicólogos, pedagogos e todo o aparato que temos atualmente. Então, apagava-se muito o *fogo*, não era feito um trabalho de prevenção e prevenção básica que existe hoje. Além disto, o serviço social não tinha a visão à qual possui atualmente (Assistente Social 1).

No tocante à influência política das primeiras-damas para as políticas sociais do município, a assistente social responde que na realidade, a influência política das primeiras-damas é mais forte quando é uma ação atrelada à ajuda, ao auxílio, ao clientelismo, especialmente, nos períodos próximos a eleições.

A assistente social completa sua resposta, citando que a influência política das primeiras-damas sempre foi bem forte, mas “pelo motivo de não termos mais uma primeira-dama há várias gestões, não saberia dizer como seria a condução de uma primeira-dama nos dias atuais”.

Sobre o primeiro-damismo historicamente exercido em nosso país, A assistente social responde da seguinte forma:

eu não condeno o primeiro-damismo, pois eu acho que nossa profissão começou daí”. Citou também que o primeiro-damismo trouxe consigo o clientelismo, o assistencialismo, mas que na época, não havia esse conhecimento, esse estudo. Com o passar dos anos, o primeiro-damismo foi se remodelando, e com a fundação da primeira escola de Serviço Social, iniciava-se uma evolução, uma outra visão (Assistente Social 1).

Acredita a assistente social, que na realidade, a maior evolução para os assistentes sociais, nos últimos oito anos foi a implantação do SUAS.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Apenas para lembrar, “o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo

Citamos no primeiro capítulo deste trabalho, que o município de Guaratuba possui como atual governante uma mulher, a Prefeita Evani Justus, em seu segundo mandato. Desse modo, perguntamos para a assistente social, se as duas últimas gestões apresentam alguma diferença na gestão das políticas sociais, pelo fato de não ter a influência de uma primeira-dama.

Sua resposta foi que reconhece a diferença não só pelo fato de não ter uma primeira-dama, mas também devido ao SUAS. Relata que as duas últimas gestões já contavam com o SUAS, tendo assim, uma outra perspectiva, e que os técnicos recebem orientações vindas do MDS, desse modo é uma situação totalmente diferente. Nos fala também, que construíram uma equipe de referência para cada setor, para cada trabalho e para cada política. Para ela, “o fato de não haver uma primeira-dama, a gente consegue mais ainda, trabalhar realmente a questão da assistência social, não no assistencialismo”.

Segundo a entrevistada, a atual prefeita do município de Guaratuba, dá carta branca, deixando os assistentes sociais livres para que estes desenvolvam seus trabalhos. Relata que o secretário/a da Assistência é sempre indicação da prefeita/o.

Ao finalizar a entrevista, a assistente social cita que “falta ainda, um pouquinho de reconhecimento da importância do nosso trabalho”.

Passamos agora à entrevista da assistente social denominada de número 2.

Ao perguntar à assistente social número 2, quais as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba, esta responde que começou a trabalhar no município de Guaratuba durante um ano político, de campanha eleitoral, sendo difícil falar pelo motivo de ser um ano muito voltado à questão política.

Em relação à primeira-dama do mandato seguinte ao ano político – ou seja, outra primeira-dama – a assistente social relata não haver contribuição nenhuma e muito pelo contrário, “só atrapalhava a gente”, cita que “ela era o oposto da assistência social”. Cita também que “a primeira-dama era o paternalismo, era a caridade ali pura”. Continua seu relato, dizendo que “a

---

para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal” (MDS).

primeira-dama era o autoritarismo, o abuso de poder, tipo, eu sou primeira-dama, então você tinha que ser amiguinha dela e ir atrás para conseguir as coisas”. Cita também que a primeira-dama “era complicada e que não entendia nada”.

A assistente social relata que a assessoria da primeira-dama, era composta por parentes, e que “era um caos”, “uma fofocarada que rolava”, e que nesta época, estava começando o SUAS. Ela cita o quanto era difícil trabalhar, sendo que a primeira-dama não reconhecia a importância do assistente social, a opinião do técnico não era respeitada, e que “se fazia no oba, oba”.

Ao perguntar para a assistente social qual era o número de assistentes sociais existente na época, esta respondeu que haviam três (3). Assim, podemos comparar com a resposta da ex primeira-dama, que, ao ser entrevistada, nos citou a existência de oito assistentes sociais.

Na sequência, perguntamos qual a relação das primeiras-damas com o serviço social.

A assistente social relata que apesar da ex primeira-dama possuir uma linha de trabalho, esta aceitava a opinião dos técnicos, respeitava o profissional e envolvia bastante o serviço social. Observamos aqui, que a assistente social número 1, possui a mesma opinião. Finalizando a resposta, relatou na sequência, que durante o ano eleitoral, a primeira-dama fez campanha política.

Perguntamos em seguida, se existiam conflitos político-ideológicos entre as primeiras-damas e o serviço social. A resposta imediata da assistente social foi: “ah, com certeza”. A entrevistada cita o seguinte exemplo:

Chegavam cestas básicas. Depois que fechava a secretaria, tinha X quantidade de cestas básicas e quando a gente ia ver tinham sumido. Outra coisa que batíamos de frente era com pedidos de vereador (Assistente Social 2).

No que se refere à influência política das primeiras-damas para as políticas sociais do município, a resposta é de que nunca existiu uma influência positiva. A entrevistada relata que “a influência para mudança da política eu vejo que foi com o SUAS”. Podemos observar aqui, que a assistente social número 1, possui esta mesma visão.

A pergunta de número 5 é sobre o primeiro-damismo historicamente exercido em nosso país. A assistente social relata que o primeiro-damismo foi importante, sendo ele precursor da assistência social.

Chegando à última pergunta, perguntamos se as duas últimas gestões apresentam alguma diferença de gestão das políticas sociais pelo fato de não ter a influência de uma primeira-dama. Em sua resposta, a assistente social relata que

a Prefeita Evani Justus, há um tempo foi secretária da assistência e ela queria... ela tentou agir como uma primeira-dama, com poder absoluto, desse modo, ela entrevistou bastante. Apesar disso, desde quando assumiu a prefeitura, até os dias atuais, aconteceram muitos avanços (Assistente Social 2).

É interessante observar que as duas entrevistadas assistentes sociais entendem que o primeiro-damismo deu origem a profissão. Contudo, vimos anteriormente (vide p. 52), que o Serviço Social no Brasil tem suas protoformas nas ações da Igreja Católica que, frente às apreensões originadas pelas lutas operárias, preocupou-se em criar uma prática missionária e evangelista juntamente à sociedade. Contudo, as práticas missionárias da Igreja Católica foram progressivamente sendo institucionalizadas no âmbito do Estado, a partir da implantação de instituições sociopolíticas destinadas a assistência social que de acordo com Iamamoto (2009) articulava repressão e coesão.

Portanto, no Brasil, o serviço social não se refere a formas profissionalizadas de caridade e filantropia, mas sim, ao conjunto de políticas e medidas sociais destinadas ao enfrentamento das lutas sociais e à ampliação de expressões da “questão social”, no início do século XX.

Vimos também que, as damas de caridade que participavam da Ação Social da Igreja eram senhoras católicas, esposas e filhas de burgueses ou políticos que reservavam uma parte do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade, as quais eram destinadas aos pobres e abandonados.

Portanto, no tocante às origens da profissão no Brasil, existe um equívoco na interpretação das entrevistadas. Contudo, isto não prejudicou as indicações oferecidas para confirmar atividades assistencialistas por parte de algumas primeiras-damas de Guaratuba. Ao contrário, as entrevistadas demonstraram que em determinados momentos, o assistencialismo vem

acompanhado de elementos que lhe são bastante usuais, tais como o autoritarismo e o clientelismo político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo problematizou a atuação das primeiras-damas na esfera pública para que tivéssemos compreensão das ações que estas realizam na Assistência Social. Também discutiu sobre a relação da primeira-dama com os/as assistentes sociais e as contribuições deixadas no contexto das ações voltadas para a Assistência Social. Vimos que ao longo da história, a mulher foi gradativamente participando da vida pública nas diversas sociedades, e que entre estas mulheres encontram-se as primeiras-damas. Estas possuem uma grande influência junto aos sujeitos sociais com os quais estabelecem relações e desenvolvem uma capacidade de liderança quando se colocam no espaço público.

Observamos que algumas primeiras-damas de Guaratuba exerceram suas funções pautadas no assistencialismo, projetando-se como protagonistas de benemerência e de caridade, e que, não compreendiam a pessoa humana como sujeito de direitos ao intervir nas expressões da “questão social”. Desse modo, podemos lembrar o início da década de 1940, quando as atividades praticadas pelas primeiras-damas já eram de ordem filantrópica e benemerente na “atenção aos necessitados”.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conseguiu-se enxergar um novo momento, quando a assistência social foi definida como uma política pública, com um modelo descentralizado e participativo.

Percebemos através das entrevistas realizadas, que as primeiras-damas assumiram a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social sem compreender o processo de garantia de direitos. Desse modo, realizaram atividades assistencialistas historicamente presentes no país. Coloco aqui a observação de que em nenhum momento da entrevista, a ex primeira-dama verbalizou a palavra “direito”.

Diante disto, podemos afirmar que as primeiras-damas apontadas neste estudo não tem clareza do “porquê” estão inseridas no espaço público com a função de dirigir uma Secretaria de Assistência Social. Ou seja, as primeiras-damas assumem a gestão da Assistência Social, sem diferenciar “Assistência Social” e “Assistencialismo”, desconsiderando inclusive, que as políticas sociais



são resultado de uma luta política sócio-histórica travada pela classe trabalhadora para a ampliação de direitos.

Já nas falas das assistentes sociais entrevistadas, constatamos que elas realizam o que está ao seu alcance. As dificuldades encontradas no exercício da profissão foram muitas e atualmente ainda o são. Elas demonstraram que a assistência social é essencial e que é um direito preconizado no SUAS, mas que na prática diária, precisam enfrentar e lutar contra o assistencialismo. Acreditam que para acontecer uma mudança completa, esta só se dará através de luta e resistência, sendo sua atuação em defesa e proteção dos direitos sociais.

As respostas das profissionais revelam que o primeiro-damismo ainda possui uma resistência muito forte para reconhecer a assistência social como um direito da população, e não como uma caridade, uma benemerência ou assistencialismo, pois as políticas do município tendem a ser aquelas recomendadas pelo SUAS, mas os programas e projetos que poderiam ampliar as políticas municipais não apareceram nas falas das assistentes sociais.

Quando perguntamos sobre as relações das primeiras-damas com os assistentes sociais de Guaratuba, esta pesquisa revelou que as suas ações assistenciais acabam dando legitimidade ao poder local, onde a assistência social é associada à ajuda, ao favor dos governantes, sendo levada sob as velhas práticas paternalistas. Verificamos que as primeiras-damas executam ações assistencialistas, evidenciando os propósitos políticos do governo e, assim, promovendo-o junto aos usuários da política.

Observamos pela fala da assistente social número 2, que a relação com as primeiras-damas tende a ser uma relação conflituosa, com contradições, porém, apesar dos obstáculos, os assistentes sociais demonstram lutar por direitos do cidadão, e que seria de suma importância que as primeiras-damas entendessem os usuários do serviço social como sujeitos históricos, como cidadãos de direitos.

As primeiras-damas que estão à frente da gestão da assistência devem ter o conhecimento de que existe uma lei regulamentada, sendo que esta deve ser posta em prática. Estas devem ter total conhecimento da lei, com capacitação e qualificação.

Esperamos que este trabalho possibilite a ampliação desta discussão,

debatendo as abordagens sobre as primeiras-damas e os direitos sociais dos usuários, para que possamos ter uma atuação dos assistentes sociais adequada com a realidade contemporânea. Além disto, entendemos que o primeiro-damismo é muito forte nos municípios do litoral do Paraná, o que muitas vezes acaba dificultando a atuação do assistente social.

A realização desta pesquisa nos ofereceu um maior entendimento sobre a relação da prática com a teoria, ou seja, da práxis profissional do assistente social. Esta relação será como um guia para nossa trajetória profissional, sem esquecer o projeto ético-político, base para o assistente social exercer sua profissão e, do qual, as primeiras-damas não possuem conhecimento para suas ações fragmentadas e imediatistas.

## REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história** /Elaine Rossetti Boschetti. Ivanete Boschetti – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

Carta Encíclica Rerum Novarum. Disponível em:

[http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_lxiii\\_enc\\_150518\\_91\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_150518_91_rerum-novarum.html) Acesso em: 2015-05-15

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

[https://www.planalto.go.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicaohtm](https://www.planalto.go.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicaohtm) Acesso em: 05 nov.2014

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**/ Berenice Rojas Couto. - 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 50. ed. rev. – São Paulo: Global, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil – 5. ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**/Leo Huberman. – 22. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**/Marilda Villela Iamamoto. – 29. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Livreto Perguntas e Respostas: Centro de Referência de Assistência Social-CREAS. Brasília, 2011.

[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03-livreto-perguntas-respostascreas-impressao-20-12\\_editado.pdf.pagespeed.ce.9bE518Hh99.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03-livreto-perguntas-respostascreas-impressao-20-12_editado.pdf.pagespeed.ce.9bE518Hh99.pdf) Acesso em: 2015-06-06

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**/Joaquim da Silva Mafra. – Guaratuba, 1952.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. Primeiro-damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do

Ceará. Fortaleza, 2012.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. *Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores*. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ESS/UFRJ, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/Maria Cecília de Souza Minayo. – 23. ed. – Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**/Ana Elizabete Mota. – 3. ed. –São Paulo: Cortez, 2009.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NEVES, Angela Vieira. A Assistência Social: do discurso à prática profissional – as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, Heloisa M. J. **Assistência Social: do discurso do estado à prática do serviço social**/ Heloisa Maria José de Oliveira. – 2.ed. – Florianópolis: Ed.da UFSC, 1996.

Histórico do Município de Guaratuba

Prefeitura Municipal de Guaratuba. Disponível em:

<http://www.guaratuba.pr.gov.br/portal/> Acesso em: 2015-05-20

Proteção Social Especial. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial> Acesso em: 2015-05-15

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**/Roberto Jarry Richardson. – 3. ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2010.

Secretaria de Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia> Acesso em: 2015-05-20

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social**/Lianzi dos Santos Silva; orientadora: Ana Maria Quiroga. - 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e Política: A Trajetória da Primeira- Dama Darcy Vargas (1930-1945).São Paulo: Editora UNESP. 2008 Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.13, núm. 1, 2009, pp. 243-246 Universidade Estadual de Maringá Brasil.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**/ Iraíldes Caldas Torres. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

TRIVIÑUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.[www.br.monografias.com/trabalhos](http://www.br.monografias.com/trabalhos) Acesso em: 01 maio 2015

Palestra com Isabel Amaral na EIP. Disponível em:  
<http://www.isabelamaral.com> Acesso em: 2015-05-20

.

## APÊNDICES

**APÊNDICE 1:****QUESTÕES DE ENTREVISTA COM PRIMEIRAS DAMAS DE GUARATUBA**

Nome:

Idade:

Curso/Escolaridade:

Períodos em que atuou como primeira dama:

**Primeiro Bloco: Experiência pessoal**

- 1) Na sua opinião, quais são as funções de uma primeira dama?
- 2) O que a senhora acredita que poderia ser diferente nas funções de uma primeira dama?
- 3) A Sra poderia me relatar como foi a sua experiência de trabalho como primeira dama de Guaratuba?
- 4) Quais os principais problemas que a senhora enfrentou quando exerceu a função de primeira dama em Guaratuba?
- 5) A Senhora acredita que deixou contribuições para o município?

Caso Sim,

5.1. Quais as principais contribuições a sra acredita ter deixado para o município de Guaratuba?

6) Pela sua experiência, qual o grau de influência que uma primeira dama exerce nas decisões políticas do prefeito levando-se em consideração que exerce outras funções na sua vida privada?

7) Quais as vantagens e desvantagens de ser uma primeira dama?

8) Na (s) sua (s) gestão (ões) como primeira dama ainda era comum a indicação de familiares para a composição do governo local?

Caso sim,

8.1. A senhora indicou algum familiar para atuar na prefeitura ou na secretaria que dirigiu?

**Segundo Bloco: Experiência na Secretaria e com as políticas sociais**

- 9) Qual o nome da Secretaria em que a sra atuou? Se o nome foi alterado, porque?
- 10) Quais as principais políticas sociais existentes quando a sra assumiu o mandato?
- 11) Quais as principais políticas implantadas no seu mandato?
- 12) Quantos técnicos sociais (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) atuavam na Secretaria sob a sua coordenação?
- 13) Como era a sua relação com os técnicos da Secretaria e das instituições sociais?

**Terceiro Bloco: Experiência política**

- 14) Nas sua (s) gestão (ões), como era a sua relação com o prefeito municipal?
  - 14.1.) Em algum momento a sra discutia ou decidia encaminhamentos com o prefeito nas suas relações privadas?
  - 14.2.) Caso sim, a sra poderia citar alguns exemplos de decisões que foram tomadas no âmbito das suas relações privadas com o prefeito?
- 15) Como o prefeito avaliava ou avaliou o seu trabalho?

Muito Obrigada.



**APÊNDICE 2:****QUESTÕES DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA**

- 1) Pela sua experiência, quais as contribuições deixadas pelas primeiras-damas na história recente da Secretaria do Bem-Estar Social de Guaratuba?
- 2) Qual a relação das primeiras damas com o Serviço Social?
- 3) Existiam conflitos político-ideológicos entre as primeiras damas e o Serviço Social? Caso sim, você poderia relatar alguns exemplos?
- 4) Qual a influência política das primeiras damas para as políticas sociais do município?
- 5) Qual a sua opinião sobre o primeiro damismo historicamente exercido em nosso país?
- 6) As duas últimas gestões apresentam alguma diferença de gestão das políticas sociais pelo fato de não ter a influência de uma primeira dama?

Muito Obrigada!

**APÊNDICE 3:****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada Senhora

Gostaria de convidá-la a participar de um estudo intitulado - Como o “Primeiro-Damismo” influenciou a política de assistência social no governo local do Município de Guaratuba, que tem como objetivos: problematizar a atuação da Primeira-Dama na esfera pública e compreender os papéis desempenhados por elas na Assistência Social; compreender a relação da Primeira-Dama com as/os Assistentes Sociais do Município de Guaratuba; quais as contribuições deixadas no âmbito das ações voltadas para a Assistência Social. A pesquisa, utilizando a metodologia, será realizada primeiramente através de um levantamento bibliográfico; será também realizada pesquisa junto às bases de dados de revistas on line, bancos de teses, dissertações e artigos. Na sequência, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com duas ex-Primeiras-Damas dos últimos governos do município de Guaratuba, e com duas/dois atuais Assistentes Sociais do município. A escolha destes partiu do reforço que poderiam dar à pesquisa, através da disponibilização de informações que não seriam encontradas em documentos da época, tendo-se presente que este depoimento tem o sentido de uma versão.

Consistirá na realização de entrevistas e gravações junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados. Utilizei-me do gravador de voz, na coleta das entrevistas, sendo estas, transcritas por completo e analisadas. Na exposição deste trabalho, a pesquisa tomou a precaução de garantir o anonimato dos sujeitos, protegendo a identidade dos participantes que colaboraram com seus depoimentos. As contribuições deixadas por este trabalho, será o entendimento do verdadeiro papel da Primeira-Dama, se esta tem compreensão sobre as relações sociais, assistência social e poder político, qual o olhar que a Primeira-Dama possui sobre a Assistência social e sobre os usuários.

---

Assistente Social – CRESS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015